



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
Mestrado Acadêmico

ALINNE MEDEIROS TAVARES

**A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PARA
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI:** uma análise a partir
do Centro de Atendimento Socioeducativo

JOÃO PESSOA/PB

2018

ALINNE MEDEIROS TAVARES

**A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PARA ADOLESCENTES
EM CONFLITO COM A LEI:** uma análise a partir do Centro de Atendimento
Socioeducativo

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-graduação em
Serviço Social da Universidade Federal
da Paraíba (UFPB) como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre Acadêmico em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

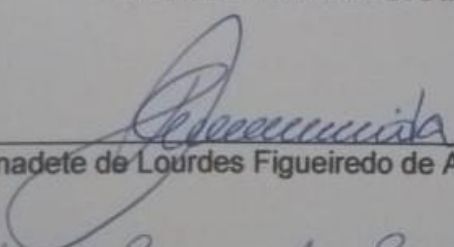
JOÃO PESSOA/PB
2018

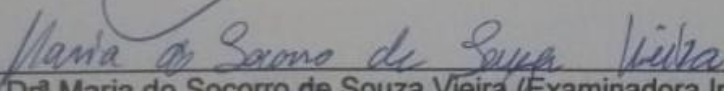
ALINNE MEDEIROS TAVARES

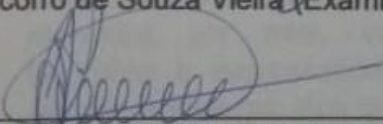
**A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PARA ADOLESCENTES
EM CONFLITO COM A LEI: uma análise a partir do Centro de Atendimento
Socioeducativo**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da Universidade
Federal da Paraíba (UFPB) como
requisito parcial para obtenção do
título de Mestre Acadêmico em Serviço
Social.

BANCA EXAMINADORA:


Profª Drª Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida (Orientadora)


Profª Drª Maria do Socorro de Souza Vieira (Examinadora Interna)


Profª Drª Ana Lúcia Batista Aurino (Examinadora Externa)

João Pessoa/PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

T231m Tavares, Alinne Medeiros.

A medida socioeducativa de internação para adolescentes em conflito com a lei: uma análise a partir do Centro de Atendimento Socioeducativo / Alinne Medeiros Tavares. - João Pessoa, 2018.
133 f.

Orientação: Bernadete de Lourdes Figueredo de Almeida Almeida.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCLA.

1. Medida Socioeducativa. 2. Adolescentes em conflito com a lei. 3. Estado Neoliberal. I. Almeida, Bernadete de Lourdes Figueredo de Almeida. II. Título.

UFPB/CCHLA

DEDICO este trabalho a todos os adolescentes atendidos por mim, compartilhando suas biografias e expressando suas emoções de alegrias e tristezas. Aos que lutam diariamente para sobreviver em uma Unidade de Internação, em especial aos socioeducandos R.J, A.I e M.A por mostrar tanto afeto em um ambiente tão repressivo, minha admiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus**, pela graça de me permitir concluir mais uma etapa na minha vida acadêmica e profissional. Por ser meu auxílio nos momentos de dificuldade. Sem Ele me capacitando não conseguiria conciliar trabalho e Mestrado, nem terminar essa dissertação.

Ao meu esposo **Robson**, pelo incentivo e palavras de otimismo, dividindo comigo todos os momentos, principalmente em dar toda atenção ao nosso filho para eu poder estudar.

Ao meu filho **John Wesley**, meu pequeno de três anos que me dar tanto carinho e me traz tanta alegria nos dias tristes. Tive que abdicar alguns momentos nosso para escrever este trabalho, mas nunca deixei de dar todo o meu amor e carinho a ele.

Ao meu irmão **Alex**, por me dar apoio e me amar do jeito dele. Meu único irmão que Deus me presenteou e deu um sobrinho lindo Guilherme que amo muito.

Aos meus pais **Adelson** (*in memoriam*) e **Marcia**, por acreditar em mim ao investir na minha escolarização, mesmo quando a situação financeira não era tão favorável. Obrigada por suas orações, mãe!

Aos meus avós **Damiana** (*in memoriam*) e **Lauro** (*in memoriam*), em que na conclusão desse trabalho tive essa perda irreparável. Mas, sei que agora ele está descansando nos braços de Deus.

A professora **Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida**, minha orientadora, por me ensinar como fazer este trabalho e também por ouvir meus desabafos em relação ao trabalho. Obrigada por sua paciência diante das minhas várias responsabilidades e por todos os conhecimentos adquiridos ao longo da minha formação na Graduação e no Mestrado. A senhora é um exemplo para mim.

A banca convidada composta pelas **professoras Ana Lúcia Batista Aurino e Maria do Socorro de Souza Vieira**, meus sinceros agradecimentos, pelas contribuições e por terem aceitado o convite de participar desse momento tão importante na minha vida acadêmica. São professoras que conhecem minha trajetória e também estão na luta e na pesquisa sobre os direitos das crianças e dos adolescentes.

Aos meus amigos e amigas de Mestrado, em especial a **Heryvânia** por compreender essa minha dupla responsabilidade trabalho e estudos. Obrigada por ser uma amiga que escuta minhas angústias e me faz rir mesmo quando as coisas estão difíceis.

A equipe técnica da CASE/Abreu e Lima por realizar um trabalho tão importante e ser um grupo forte mesmo diante de tanta dificuldade neste ambiente de trabalho tão insalubre e de periculosidade, os quais são: **Adelaide, Dani, Laís,**

Fernanda, Roberta, Ada, Alberto, Marcela, Márcia, Adriana, Rafaela, Livia, Natalia, Neidja, Erika e Estevão.

A minha equipe interdisciplinar tão querida, que atende os socioeducandos na mesma sala (equipe quatro). **A advogada Ada Alexandre e a pedagoga Roberta Canuto**, companheiras de trabalho que torna leve um ambiente tão tenso. Parabéns pelo profissionalismo e obrigada pelo companheirismo nos meus momentos de stress com as demandas do mestrado.

Aos amigos que ultrapassam os muros da Funase, **Fernanda** por ser essa pessoa acolhedora e está sempre disponível para me ouvir. Você é um presente de Deus para mim. A **Dani** por ser uma pessoa querida que está sempre tão disposta a ajudar e que me acolheu quando cheguei nesta Unidade. A **Marcela**, a assistente social, companheira de luta e de risadas. Você é um exemplo de profissional para mim. Admiro demais vocês!

Por fim e não menos grata, meus sinceros agradecimentos a todos os **socioeducandos** que compartilharam comigo de forma tão clara seus sentimentos e sua rotina no CASE. Obrigada pela comunicação e confiança!

“Pobreza não é culpa. Pobreza é injustiça.”
(*John Wesley, Inglaterra, 1753*)

RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado intitulada A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: uma análise a partir do Centro de Atendimento Socioeducativo, vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Trata-se de um estudo investigativo, cujo objeto circunscreve-se no âmbito da Política de Proteção à Criança e ao Adolescente, e, objetiva a analisar a efetividade da medida socioeducativa de internação para adolescentes em conflito com a lei. Tipifica-se como pesquisa de campo com adoção de procedimentos metodológicos quanti-qualitativos em torno de um universo amostral composto por 25 adolescentes privados de liberdade internos no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) do município de Abreu e Lima/PE. Essa análise embasa-se em estudos de teóricos de autores que estudam as temáticas que perpassam o objeto de estudo, bem como em legislações pertinentes à área da infância e juventude. As discussões realizadas neste trabalho fundamentam-se na perspectiva crítica marxista, mediante a adoção do método materialista-histórico e dialético por permitir a apreensão das contradições da sociedade capitalista em torno dos processos sociais em sua totalidade. Os resultados desta pesquisa apontam que o Estado Neoliberal ao reduzir gastos sociais para investir na área econômica, contribui para o estabelecimento de um “Estado Penal” que tem como característica a criminalização da pobreza e o encarceramento em massa, funcionando como instrumento da classe dominante para controlar as possíveis ameaças à ordem capitalista estabelecida. Os resultados indicam a afirmação da hipótese de pesquisa de que o avanço das políticas neoliberais e a contrarreforma do Estado trouxeram retrocessos e dificuldades à proposta pedagógica do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído em 2012. Em termos conclusivos, atesta-se que as problemáticas sociais vivenciadas pelos adolescentes em conflito com a lei são criminalizadas e os mecanismos de enfrentamento têm acontecido cada vez mais por um Estado repressor, portanto, afastado da perspectiva da garantia de direitos.

Palavras-Chave: Medida Socioeducativa. Adolescentes em conflito com a lei. Estado Neoliberal.

ABSTRACT

This Master's Dissertation entitled THE SOCIOEDUCATIVE MEASURE OF INTERNAÇÃO PARA ADOLESCENTES IN CONFLICT WITH THE LAW: an analysis from the Center for Socio-Educational Assistance, is linked to the Post-Graduation Program in Social Service of the Federal University of Paraíba. It is an investigative study whose object is limited in the scope of the Protection Policy to the Child and Adolescent, and aims to analyze the effectiveness of the socio-educational measure of hospitalization for adolescents in conflict with the law. It is typified as a field survey with the adoption of quantitative-qualitative methodological procedures around a sample universe composed of 25 adolescents deprived of their liberty in the Center for Socio-Educational Assistance (CASE) in the municipality of Abreu e Lima / PE. This analysis is based on studies by authors theorists who study the themes that pervade the object of study, as well as legislation relevant to the area of childhood and youth. The discussions carried out in this work are based on the Marxist critical perspective, through the adoption of the materialist-historical and dialectical method by allowing the apprehension of the contradictions of capitalist society around the social processes in their totality. The results of this research indicate that the Neoliberal State, by reducing social expenditures to invest in the economic area, contributes to the establishment of a "Criminal State" that has as a characteristic the criminalization of poverty and mass incarceration, functioning as an instrument of the ruling class to possible threats to the established capitalist order. The results indicate the affirmation of the hypothesis of research that the advance of the neoliberal policies and the counter-reform of the State brought backs and difficulties to the pedagogical proposal of the National System of Socio-educational Assistance (SINASE), instituted in 2012. In conclusive terms, it is confirmed that the social problems experienced by adolescents in conflict with the law are criminalized and the mechanisms of confrontation have increasingly happened by a repressive State, therefore, away from the perspective of the guarantee of rights.

Keywords: Socio-educational Measure. Teens in conflict with the law. Neoliberal State.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idades dos socioeducandos entrevistados no CASE.....	66
Gráfico 2 - Existência de filhos segundo socioeducandos entrevistados no CASE.	68
Gráfico 3 - Acesso ao trabalho pelos socioeducandos entrevistados no CASE.	71
Gráfico 4 - Socioeducandos usuários de drogas ilícitas entrevistados no CASE.	74
Gráfico 5 - N° de famílias que recebem algum benefício assistencial/previdenciário segundo os socioeducandos entrevistados no CASE.	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nível de escolaridade dos socioeducandos entrevistados no CASE.	69
Tabela 2 –Tipos de Trabalho dos socioeducandos entrevistados no CASE	72
Tabela 3 – Tipos de drogas que já foram utilizadas pelos socioeducandos entrevistados no CASE.	76
Tabela 4 – Modelos de configuração familiar dos socioeducandos entrevistados no CASE.....	78
Tabela 5 – Responsável que trabalha segundo os socioeducandos entrevistados no CASE.....	80
Tabela 6 –Tipo de trabalho dos responsáveis pelos socioeducandos entrevistados no CASE.	81
Tabela 7 – Escolaridade dos responsáveis pelos adolescentes entrevistados..	82
Tabela 8 – Benefícios recebidos pelos responsáveis dos socioeducandos entrevistados no CASE.	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A CRISE DO CAPITALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS: inflexões na juventude	23
1.1 Estado Social: mudanças na proteção ao adolescente e ao jovem	23
1.2 Estado Penal: expansão da criminalização do jovem pobre.....	29
1.3 Influxos do Neoliberalismo no Mundo do Trabalho para a Adolescência/Juventude	38
1.4 Rebatimentos do Neoliberalismo nas Políticas Sociais: avanços e retrocessos no atendimento aos socioeducandos	44
1.4.1 Do Estatuto da Criança e do Adolescente aos desafios atuais no governo Temer: avanços e retrocessos	49
2. A REALIDADE PESQUISADA: a caracterização do Centro de Atendimento Socioeducativo e o perfil dos adolescentes internos e respectivos familiares.....	58
2.1 Medidas Socioeducativas: breves considerações conceituais.....	59
2.2 Caracterização do Centro de Atendimento Socioeducativo: <i>locus</i> da pesquisa	61
2.3 Perfil dos Socioeducandos no Centro de Atendimento Socioeducativo e seus respectivos familiares	65
2.3.1 Caracterização do Perfil dos Socioeducandos Entrevistados.....	66
2.3.2 Caracterização do Perfil das Famílias dos adolescentes entrevistados	78
3. A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: uma análise a partir das perspectivas dos socioeducandos entrevistados no CASE	88
3.1 Tempo de privação de liberdade na medida de internação	89
3.2 Convivência familiar na medida de internação	95
3.3 Rotina e as atividades pedagógicas na medida de internação.....	101
3.4 Atos infracionais da medida de internação.....	110
3.5 Função da medida socioeducativa de internação	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICES.....	126
APÊNDICE A – Modelo de Instrumento de Coleta de Dados	127
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	130
APÊNDICE C – Termo de Assentimento.....	132
ANEXOS	134
ANEXO A - Parecer do Comitê de Ética do CSS/UFPB	135

INTRODUÇÃO

O presente estudo investigativo intitulado “*A medida socioeducativa de internação para adolescentes em conflito com a lei: uma análise a partir do Centro de Atendimento Socioeducativo*” configura-se como uma Dissertação de Mestrado Acadêmico, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Paraíba.

A centralidade investigativa versa analisar a medida socioeducativa sob a perspectiva dos adolescentes que estão privados de liberdade, em instituição governamental no estado de Pernambuco, a partir dos influxos neoliberais que demarcam a atual conjuntura brasileira, incidindo no processo de ressocialização de adolescentes que cometeram atos infracionais.

A aproximação com o tema surgiu das experiências vividas como aluna regularmente matriculada no Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Primeiramente, ao participar do curso “Formação/ Capacitação para Profissionais que atuam no sistema Socioeducativo de Privação de Liberdade e em Meio Aberto em Municípios da Paraíba”, promovido pela UFPB e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDR/PR), que ocorreu no período de junho a novembro de 2010.

Em 2011, destaca-se a participação no Projeto de Extensão da UFPB intitulado “Formação e Articulação em Rede: a implementação do sistema de garantia dos direitos da criança e adolescente” em parceria com a Rede Margarida Pró-Crianças e Adolescentes (REMAR).

Posteriormente, apresentou-se a oportunidade de participar da pesquisa realizada pelo Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPACOPS) intitulada “As Instituições de Acolhimento de João Pessoa/PB: Avanços e Perspectivas Pós-Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária”, a qual objetiva realizar um processo investigativo analítico acerca da realidade atual das Instituições de Acolhimento para crianças e adolescentes de João Pessoa a luz dos gestores, dos executores (técnicos ou não) e das crianças e adolescentes acolhidas.

Essa vivência acadêmica sobre a realidade das crianças e adolescentes estimulou realizar a pesquisa sobre medidas socioeducativas durante a realização do Estágio Supervisionado no Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS/MSE), que atua com medidas socioeducativas em meio aberto. Posteriormente, deu-se a participação no Estágio Extracurricular no Setor Psicossocial da Segunda Vara da Infância e Juventude, com atuação junto a adolescentes em conflito com a lei, antes das audiências de julgamento.

Esse processo desenvolvido durante a formação acadêmica na Graduação resultou na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em 2012 que contemplou um estudo investigativo sobre o funcionamento da rede de serviços de medidas socioeducativas, a partir da perspectiva dos profissionais da rede do Sistema Socioeducativo do município de João Pessoa / PB, mediante uma pesquisa de campo em que foram realizadas entrevistas junto a onze profissionais de distintas instituições que atuavam na operacionalização dessas medidas.

Em 2015, deu-se a nomeação por concurso público para a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) para o cargo de Analista de Gestão Socioeducativa, com a função de Assistente Social, para compor a equipe técnica do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), no município de Abreu e Lima/PE.

A experiência nesse trabalho tem proporcionado reflexões acerca da medida socioeducativa e o seu papel na vida de um adolescente com privação de liberdade, geralmente, perpassada por um histórico de falta de acesso às Políticas Sociais, violências domésticas e outros tipos de violações de direitos.

Os atendimentos aos socioeducandos têm sido desafiadores. A aproximação a essa realidade é um processo eivado de contradições, uma vez que os profissionais também representam o Estado: do acolhimento institucional inicial à liberação do adolescente traduz uma trajetória incerta. Muitas vezes, o cumprimento do processo de internação é concluído e finalizado com gestos de carinho e reconhecimento pelos socioeducandos; e em outras vezes, esse processo é interrompido por causa de rebeliões, fugas e mortes, em que esses adolescentes tornam-se vítimas e reprodutores desse sistema injusto e desigual.

As medidas socioeducativas regulamentadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelecem a responsabilização, a educação e a

reintegração do adolescente em conflito com a lei. Contudo, a realidade revela sérias contradições que perpassam todo o processo de implementação dessas medidas. Em face dessa constatação, mediada pelo contexto de negação de direitos advindos do Estado Neoliberal brasileiro, emergem questionamentos na atuação profissional como assistente social, inserida nesse processo: em que alcance as consequências da atual conjuntura socioeconômica infletem na socioeducação? A medida socioeducativa de internação no contexto atual tem cumprido a sua dimensão pedagógica? Qual a percepção dos socioeducandos acerca da privação de liberdade?

Tomar como objeto de estudo a análise dessas medidas socioeducativas demanda compreendê-las a luz das determinações históricas da sociedade brasileira, marcada pela desigualdade social e da atual conjuntura socioeconômica e política que implicam, sobretudo, em sua efetividade. Essa preocupação investigativa se dá pela necessidade de analisar esse tema com base na perspectiva da totalidade social, em que se evidencia que as mediações que permeiam a realidade dos adolescentes em conflito com a lei e a implementação das medidas socioeducativas são determinadas pelas contradições das relações socioeconômicas na sociedade capitalista.

Este trabalho fundamenta-se em uma análise histórico-crítica acerca das Políticas Sociais direcionadas às instituições executoras de medidas socioeducativas, uma vez que a Política de Proteção à Criança e ao Adolescente não pode ser discutida sem a devida mediação das múltiplas determinações que a constituem. Nesse entendimento, a análise da Política da Socioeducação não se limita a discutir a eficiência e eficácia da medida de internação sob o aspecto descritivo ou prescritivo, mas avaliar analiticamente as condições para sua efetividade.

Por conseguinte, o presente estudo versa sobre uma investigação de um determinado objeto de estudo, extraíndo suas características, mediações e determinações por considerar que “[...] toda análise de processos e relações sociais, na verdade é impregnada de política e disputa de projetos societários” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.25). Em outras palavras, asseveram as referidas autoras:

A análise das políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre

Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, recusa a utilização de enfoques restritos ou unilaterais, comumente presentes para explicar sua emergência, funções ou implicações (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.36)

A Política Social é fruto da mobilização e organização da classe trabalhadora, como também é demanda do capital como forma de estratégia para reproduzir e manter o sistema atual, controlando a força de trabalho. Para Netto (1992), na idade do monopólio, o capital para efetivar-se com êxito necessitou de mecanismos de intervenção extra econômicos, sendo o Estado à instância responsável por essa intervenção que incide diretamente na organização e no interior da dinâmica econômica. “Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas”. (NETTO, 1992, p. 25) Portanto, o Estado vai assumindo diversas configurações no decorrer do processo histórico com o intuito de atender as necessidades do sistema capitalista e dar respostas ao enfrentamento da “questão social”.

O tema a ser pesquisado constitui-se um debate contemporâneo, considerando as propostas polêmicas que são lançadas na sociedade brasileira, como por exemplo, a redução da maioria penal. É imprescindível uma análise de como ocorrem o atendimento e a reintegração social do adolescente em conflito com a lei, pois se vive em um país com profundas desigualdades socioeconômicas estruturais, adensadas por um Estado Neoliberal que não intervém nas graves contradições sociais, como a desigualdade de renda e de acesso a bens e serviços da sociedade.

Nesse contexto, são geradas profundas expressões da questão social, como a barbárie banalizada e o consumismo exacerbado que atingem crianças e adolescentes que os tornam, ora vítimas, ora produtoras de violência, conforme o que se constata nos dados do Mapa da Violência dos Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil (2015).

[...] as causas externas de mortalidade vêm crescendo de forma assustadora nas últimas décadas: se, em 1980 representavam 6,7% do total de óbitos na faixa de 0 a 19 anos de idade, em 2013 a participação elevou-se de forma preocupante: atingiu o patamar de 29%. Tal é o peso das causas externas, que em 2013 foram responsáveis por 56,6% – acima da metade – do

total de mortes na faixa de 1 a 19 anos de idade. Só para se ter ideia do significado: no ano de 2013, os homicídios representam 13,9% da mortalidade de 0 a 19 anos de idade (WAISELFISZ, 2015, p. 9).

Segundo esse autor, os homicídios entre os adolescentes representam, nos dias atuais, quase a metade da mortalidade da faixa de 16 e 17 anos, e, que é possível observar que a tendência é aumentar mais ainda no futuro, posto que as estatísticas apresentadas no *Mapa da Violência dos adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil* (2015) traduzem apenas a ponta de um *iceberg*, em razão de a violência estar escondida por um profundo bloco de gelo, em que apresenta “[...] só um minúsculo fragmento desse iceberg que são as ações que, de forma intencional, provocam a morte de adolescentes e são registradas e institucionalizadas, através da declaração de óbito no Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde”. (WAISELFISZ, 2015, p. 67)

Com a crise de 1970, o Capital buscou alternativas para retomar seus níveis de acumulação, que se expressam até os dias atuais em novas formas de gestão social privatista e controle do trabalho precarizado sob a égide do Estado Mínimo (Estado neoliberal). Essas novas formas de acumulação e de exploração provocam influxos nas Políticas Sociais, especificamente no caso desta pesquisa, na Política de Atendimento Socioeducativo. O avanço das políticas neoliberais no Estado, denominado de contrarreforma do Estado, gera retrocessos políticos e econômicos, além de dificuldades operacionais à proposta pedagógica do SINASE.

Em torno dessa constatação, levanta-se a seguinte hipótese de pesquisa: a lógica do Estado neoliberal brasileiro, urdido em defesa dos interesses do grande Capital, incide sobre a precarização das Políticas Sociais no atendimento das necessidades da população. Inserida esse contexto conjuntural, a medida socioeducativa adquire uma conotação repressora, inerente à conformação de Estado Penal, que se afasta da perspectiva de direitos sociais ao criminalizar os adolescentes em conflito com a lei.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a efetividade da medida socioeducativa de internação para adolescentes em conflito com a lei. E os objetivos específicos são: Contextualizar criticamente as transformações societárias no Capitalismo Contemporâneo e suas inflexões na formação do

Estado Neoliberal brasileiro que incidem sobre as Políticas Sociais e a Política de Atendimento Socioeducativo; Caracterizar o CASE de Abreu e Lima/PE e o perfil socioeconômico dos adolescentes privados de liberdade internos nesse Centro e os seus familiares; e, Analisar a compreensão dos adolescentes em conflito com a lei acerca da medida socioeducativa de internação a partir dos parâmetros pedagógicos elencados pelo SINASE.

O SINASE apresenta parâmetros para a operacionalização das medidas socioeducativas que reafirmam a natureza educativa ao seguir os acordos internacionais de direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário, especialmente dos direitos das crianças e dos adolescentes. Esse Sistema promove alinhamento conceitual e operacional estruturado em bases éticas e pedagógicas que visam permitir a efetividade e eficácia na execução dessas medidas, ao traçar princípios e competências para cada esfera do governo, assim como diretrizes para o funcionamento do atendimento socioeducativo.

No que se refere ao percurso metodológico, esta pesquisa tipifica-se como uma pesquisa de campo de cariz analítico com uso de metodologias qualitativas e quantitativas. As metodologias da pesquisa adotadas detiveram um procedimento em comum: a interlocução entre a análise subjetiva (derivada da empiria) e a teoria que

[...] se concretiza pela articulação entre as impressões captadas pelo pesquisador através da observação, das anotações no diário de campo, da coleta dos dados empíricos e de outras formas de captura do real investigado em mediações constantes com as explicações derivadas das análises teóricas de autores que trabalham o objeto de estudo pesquisado (ALMEIDA, 2008, p.15).

Para tanto, procedeu-se a uma análise investigativa sob a perspectiva marxista por esta permitir a apreensão dos processos sociais em sua totalidade através do método materialista-histórico e dialético, por propiciar uma análise crítica das contradições - geradas pela sociedade capitalista – que se materializam em fenômenos sociais para além do imediatismo no sentido de alcançar sua essência. De acordo com Netto (2011, p.22) “[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto”.

Tendo em vista a compreensão da realidade a partir da sua totalidade e das contradições que circunscrevem o ato infracional, esta pesquisa partiu de uma análise crítica sobre as Políticas Sociais e as medidas socioeducativas destinadas ao adolescente que cometeu ato infracional.

Os sujeitos desta pesquisa foram os adolescentes de sexo masculino que cometeram atos infracionais e estão privados de liberdade em uma Unidade de Internação em Abreu e Lima, estado de Pernambuco: o Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE). No momento da pesquisa, essa Unidade atendia a 205 adolescentes internos do sexo masculino que possuem a idade de 16 a 21 anos (em caráter excepcional), apesar de a estrutura física ser construída para comportar 98 adolescentes.

Esse número de adolescentes internos é dividido por sete equipes, compostas pelos seguintes profissionais: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e advogados que atendem os adolescentes individualmente com frequência semanal.

A amostra desta pesquisa foi formulada segundo o critério de acessibilidade (GIL, 2002), composta pelos adolescentes internos que esta pesquisadora acompanha na equipe profissional, que atualmente estão em torno de 30 adolescentes. Contudo, apenas 25 adolescentes que se dispuseram a responder os questionamentos da entrevista, pois cinco se recusaram a participar por estarem em processo de transferência da Unidade após rebelião ocorrida. A amostra por acessibilidade, conforme ressalta o citado autor (2002, p. 104), subentende quando “[...] o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo”.

Assinalam-se os principais desafios encontrados para a materialização desta pesquisa de campo: 1- a dificuldade na morosidade do Poder Judiciário para expedir a resposta do pedido de autorização desta pesquisa, diante da burocracia e da grande demanda da 1ª Circunscrição da Vara Regional da Infância e Juventude da Capital de Pernambuco; 2- a falta de sala de atendimento individual para realizar a pesquisa, sobretudo, após uma rebelião em que foram destruídos vários espaços, sendo necessário fazer a pesquisa em horários alternativos, como os plantões dos finais de semana, de modo a garantir a individualidade e o sigilo das informações.

No desenvolvimento da pesquisa foram respeitados os princípios éticos que estão previstos na Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais. Antes de iniciar as entrevistas, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde (CEP/CCS/UFPB), que expediu a Certidão de Aprovação pelo CONEP, conforme anexo deste trabalho.

A participação do adolescente na pesquisa deu-se mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou do Termo de Assentimento (TA), cujo modelo se encontra no apêndice deste trabalho. Neste termo foi garantido aos sujeitos pesquisados total anonimato, primando-se ainda pelo livre acesso aos resultados da pesquisa, conforme estabelece a supracitada Resolução. Evidencia-se que as entrevistas com os adolescentes foram realizadas após a autorização dos seus respectivos responsáveis com a explicação do que era a pesquisa, nos dias destinados à visita na Unidade.

Quanto ao uso dos instrumentos e técnicas, ressalta-se que na fase de coleta dos dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, construídas sob a forma de roteiro previamente estabelecido. Nessa fase, registra-se o levantamento realizado das leituras bibliográficas e documentais através de livros, artigos, textos e legislações, em meio impresso e eletrônico, que subsidiaram a construção teórica nas análises conjunturais e nas discussões dos dados empíricos.

Para a interpretação dos dados, recorreu-se à análise estatística através da leitura descritiva dos dados objetivos coletados das respostas às questões fechadas (objetivas) mediante o uso de Tabelas, de Gráficos e de Quadros. E na interpretação dos dados qualitativos ou subjetivos, foi utilizado a análise de conteúdo que “[...] corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da expressão”. (BARDIN, 2007, p. 103).

O estudo das categorias temáticas que perpassam o objeto de análise desta pesquisa direcionou-se a autores que adotam uma perspectiva social crítica, dentre os quais, citam-se: FALEIROS (2004), RIZZINI (1995), SALES (2007), SIQUEIRA (2013), VOLPI (2011), WACQUANT (2007), MONTAÑO (2012), entre outros.

A lógica expositiva deste trabalho divide-se em três (03) capítulos, cujos dois primeiros capítulos foram devidamente apreciados e enriquecidos pelas críticas e contribuições das professoras componentes da Pré-Banca Examinadora, bem como se destacam os subsídios analíticos recebidos para proposta do terceiro capítulo. Os capítulos apresentam o seguinte conteúdo:

O primeiro capítulo **A CRISE DO CAPITALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETARIAS: inflexões na juventude** versa sobre a crise do capitalismo nos anos 70 e suas consequências na formação de um Estado Penal que criminaliza os pobres; e os influxos desse Estado Neoliberal sobre a precarização das Políticas Sociais e do mundo do trabalho que infletem sobre a atual gestão da Política da Criança e do Adolescente.

O segundo capítulo **A REALIDADE PESQUISADA: o Centro de Atendimento Socioeducativo e perfil dos adolescentes internos e suas respectivas famílias** parte da reflexão teórica sobre as medidas socioeducativas e, em seguida, caracteriza o CASE/ Abreu e Lima/PE que é o *locus* da pesquisa; e a análise dos traços do perfil dos adolescentes entrevistados e dos familiares.

O terceiro capítulo **A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: uma análise a partir das perspectivas dos socioeducandos entrevistados** trata da leitura crítica acerca dos fragmentos de fala dos socioeducandos, retirados das respostas às questões levantadas na entrevista em torno de cinco eixos investigativos: tempo de privação de liberdade na medida de internação, convivência familiar na medida de internação, rotina e as atividades pedagógicas na medida de internação, atos infracionais da medida de internação e função da medida socioeducativa de internação.

Em seguida, apresentam-se as considerações finais que buscam sintetizar as análises conclusivas acerca do objeto deste estudo investigativo, cujos resultados revelaram que o Estado Neoliberal ao defender os interesses do Capital provoca graves inflexões, como o sucateamento das Políticas Sociais que atinge, sobretudo a população pobre. Nessa conjuntura, a medida de internação perde a sua essência socioeducativa ao se tornar cada vez mais punitiva, característica de um Estado Penal que criminaliza a classe social trabalhadora, comprovando a hipótese deste estudo. Finaliza-se este trabalho

com registro das referências consultadas e a apresentação dos apêndices e anexos.

Esta pesquisa apresenta relevância por subsidiar o debate contemporâneo acerca da redução da maioridade penal que perpassa a sociedade brasileira, bem como por analisar as dificuldades na implementação da medida de internação no atual estágio capitalista, contribuindo para a discussão do tema no âmbito acadêmico e na gestão técnica dessa Política. Nesse sentido, esta pesquisa torna-se importante para a atuação profissional, uma vez que o aprofundamento e a sistematização dos dados socioeconômicos dos adolescentes e suas famílias são discutidos no sentido de embasar o planejamento das ações das equipes técnicas no acompanhamento aos socioeducandos.

Salienta-se também a importância dessa temática para a sociedade, para os formadores de opinião, uma vez que tem sido amplamente divulgada de forma ideologizada nos meios de comunicação, com discussões de teor conservador nas redes sociais, sobretudo em razão das rebeliões constantes nos presídios e unidades de internação de adolescentes.

Por fim, registra-se que este estudo investigativo não tem a pretensão de esgotar a temática estudada, mas, espera-se que esta análise possa de alguma forma, contribuir com outras pesquisas que discutam a realidade dos adolescentes que estão privados de liberdade.

1. A CRISE DO CAPITALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETARIAS: inflexões na juventude.

O primeiro Capítulo deste trabalho versa sobre as determinações que incidem sobre a atual conformação das políticas sociais, considerando os elementos contraditórios que a fundam, bem como a sua relação com o Estado e a nova configuração do trabalho, no contexto neoliberal.

No intuito de adensar e subsidiar o debate, no primeiro momento será analisado o novo papel do Estado, tecendo considerações históricas sobre o perfil do Estado Social e sua passagem para o Estado Penal no neoliberalismo que vai refletir na punição do jovem pobre e no encarceramento em massa.

No segundo momento discorre-se sobre as atuais configurações do trabalho a partir da crise do capitalismo nos anos 70, revelando as consequências da reestruturação produtiva nas fragilidades das relações de trabalho e na falta de acesso de jovens ao emprego.

Ao final, se conclui com algumas considerações sobre as formas que eram tratadas as crianças e adolescentes na perspectiva de “situação irregular”, dispostas nos anteriores “Códigos de Menor” e na aprovação do ECA, considerando o atual contexto de desregulamentação de direitos referentes à Política da Criança e do Adolescente no Brasil.

1.1 ESTADO SOCIAL: mudanças na proteção ao adolescente e ao jovem.

Compreender a relação entre Estado e as políticas sociais é fundamental, pois quando a política social é analisada sabe-se que é preciso apreender continuamente o movimento real e concreto das forças sociais e da conjuntura, em outras palavras, levar em consideração fatores socioeconômicos. Portanto, as políticas sociais são desenvolvidas em um contexto de intensas contradições, conflitos e lutas de classe, sendo resposta da organização e da reivindicação da força de trabalho.

É imprescindível analisar o Estado no interior do capitalismo, pois mesmo que o Estado seja mais antigo que o capital, é por ele urdido. “Um aparelho de estado que não preserva a ordem social e política seria tão impensável quanto

um extintor de incêndio que espalha chamas ao invés de apagá-las” (MANDEL, 1982, p. 348). Corroborando com essa ideia, Netto (1992, p.26) afirma que:

[...] o Estado funcional ao capitalismo monopolista é no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista.

Sabe-se que as mudanças nas formas de intervenção do Estado na economia e na sociedade são fundamentais para o capital continuar controlando a força de trabalho. Para o liberalismo econômico, que emerge no séc. XVIII pelos precursores Adam Smith (1723 -1790) e David Ricardo (1772-1823), essa intervenção estatal nas Políticas Sociais eram gastos negativos para a economia.

O liberalismo prevê a liberdade para o mercado, através da livre concorrência e a não regulamentação do Estado, que resultou em seriíssimas consequências, decorrentes da competitividade e superprodução como a Crise de 1929 e as duas Guerras Mundiais.

Denominou-se de Estado de Bem-Estar Social, o modelo capitalista configurado após a Segunda Guerra Mundial, em que o Estado passa a ser agente regulamentador da vida social, política e econômica do país, através da proposta keynesiana de “pleno emprego” e das políticas sociais. John Maynard Keynes (1883-1946) defendia o Estado como agente indispensável na economia, questionando as ideias do livre mercado do liberalismo, contudo, não defende o fim do capitalismo.

Esse modelo de intervenção estatal, que se originou da “Grande Depressão”, ocorreu como uma alternativa para não adesão da sociedade as ideias comunistas no período da Guerra Fria. O propósito desse modelo de Estado foi ressuscitar a economia através de investimentos na proteção social dos cidadãos, a fim de fortalecer um público consumidor, comprometendo-se a garantir educação pública, assistência à saúde, transporte, seguro-desemprego, etc.

Hobsbawn (1995), em sua obra “A era dos Extremos”, afirma que no período de crescimento econômico que foi chamado dos “anos dourados” dos países desenvolvidos, a juventude passou por mudanças diante da expansão de

mercado de trabalho que estimulava uma nova “autonomia” em contraposição ao que se apresentava no perfil dos jovens que eram influenciados pela era romântica do início do século XIX. Esse período de expansão econômica trouxe mudanças para a adolescência que estava em busca de sua identidade própria e tornava-se cada vez mais independente, expressando-se através de estilos de músicas e roupas próprias da sua faixa etária

O surgimento do adolescente como autor consciente de si mesmo era cada vez mais reconhecido, entusiasticamente, pelos fabricantes de bens de consumo, às vezes com menos boa vontade para os mais velhos, à medida que iam expandir-se o espaço entre os que estavam dispostos a aceitar o rótulo de “criança” e os que insistiam no de “adulto”. (HOBSEBORN, 1995, p. 318)

Para esse autor, como novidade da cultura juvenil nas “economias de mercado desenvolvidas”, foi que os jovens detinham o poder de compra, assim como foi a espantosa rapidez da mudança tecnológica que eram projetados por esses jovens, na qual davam vantagens sobre seus antecedentes. Diante da prosperidade e do Pleno Emprego da “Era do Ouro”, os adolescentes que entraram no mercado de trabalho em tenra idade tinham poder aquisitivo maior que seus pais.

Esse autor supracitado ainda destaca o espantoso internacionalismo, diante da hegemonia dos Estados Unidos (Pós Segunda Guerra Mundial) exercida sobre os países em desenvolvimento através da expansão dos meios de comunicação (rádio, discos, fitas, televisão) que difundiam, sobretudo, novos valores através do consumo como: gostos da moda e padrões de comportamento que se afastavam do tradicional, ganhando uma dimensão mais universal, por meio da pressão dos seus pares, em que Hobsbawm chama de “cultura jovem global”. Salienta-se ainda que na década de 1950, “[...]os jovens das classes alta e média, pelo menos no mundo anglo saxônico, que cada vez mais dava a tônica global, começaram a aceitar a música, as roupas e até a linguagem das classes baixas urbanas, ou que tornavam como seu modelo” (HOBSEBORN, 1995, p. 324)

Um outro aspecto a ser considerado é a expansão do consumo de drogas como forma de rebelião, trazendo como destaque a popularização do uso da

maconha, até chegar à década de 1990 com rapidez um enorme mercado para a cocaína. Portanto, “[...] liberação pessoal e liberação social davam-se as mãos, sendo o sexo e as drogas as maneiras mais óbvias de despedaçar as cadeias do Estado, dos pais e do poder dos vizinhos, da lei e da convenção” (HOBSBAWN, 1995, p. 326). Essas mudanças na cultura juvenil junto ao uso da internet, fruto da globalização, transformou crime como o tráfico de drogas algo autenticamente organizado, expandindo-se na articulação de várias classes sociais em diversos países.

Os adolescentes e jovens passaram a ser extremamente afetados no mundo globalizado, seja por sofrer violências, seja por violentar. Apesar de viverem uma história em que são violentados, são as violências produzidas por eles que ganham visibilidade na sociedade, na medida que a mídia mostra com prioridade situações de violência e de “insubordinação”, como, por exemplo, as gangues de Nova York, as rebeliões, as bandas de rock e os massacres cometidos por adolescentes nas escolas dos Estados Unidos - Columbine. (OLIVEIRA E SILVA, 2005, p. 81)

Para Ianni (2005, p. 205), a globalização “[...] expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial”. A globalização impacta a economia, a política, a cultura, as relações de trabalho e o papel do Estado. Esta globalização foi impulsionada com a derrocada do bloco socialista pós-Guerra Fria, na qual tem como emblema do término do mundo bipolarizado com a queda do Muro de Berlim (1989). Segundo esse autor, a globalização:

Articula os mais diversos sistemas socioeconômicos nacionais e regionais, os mais distintos projetos nacionais de organização da economia, as mais diferentes formas de organização social e técnica do trabalho, subsumindo moedas, reservas cambiais, dívidas externas e internas, taxas de câmbio, cartões de crédito e todas as outras moedas reais ou imaginárias. (IANNI, 2005, p. 212)

Com a globalização, há uma transformação nas relações trabalhistas, por meio da intensificação da Nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), assim são expandidas as empresas multinacionais, também conhecidas como empresas globais. Essas empresas globalizam não apenas a produção, mas também o consumo.

Para Ianni (2005, p. 217) “[...]a própria cultura encontra novos horizontes de universalização, ao mesmo tempo que se reafirma ou recria em suas singularidades. O que era local e nacional pode tornar-se mundial, o que era antigo pode revelar-se moderno e contemporâneo”.

Destarte, com a crise da década de 1970, a resposta do Capital foi um processo de reorganização de seu sistema ideológico e político de dominação que teve como fatores de maior destaque “[...] o advento do neoliberalismo com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal” (ANTUNES, 2009, p. 33). O modelo de gestão do Estado Neoliberal implementado a partir do final da década de 1970 foi uma das consequências inerentes às transformações ocorridas no âmbito do trabalho.

[...] as profundas transformações emergentes desde a década de 1970, que redesenharam amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo – está claro que, planetarizado, este capitalismo apresenta traços novos e processos inéditos. Estas transformações estão vinculadas às formidáveis mudanças que ocorreram no chamado ‘mundo do trabalho’. (NETTO, 2011, p. 11)

Segundo Sartório (2007, p. 78) a adolescência associada à violência, a criminalidade e ao uso de entorpecentes, “[...] tem relação direta com determinações macrosociedade do contexto da globalização e das mudanças no mundo do trabalho”. Essas mudanças obrigam a classe trabalhadora a executar múltiplas funções, tornando-se trabalhadores polivalentes, em função de novas tecnologias, nas quais são estratégias que culminam na redução da oferta de trabalho e ocasionam subempregos.

No bojo dessas transformações da produção capitalista, sob a égide da mundialização do capital, que se instituem as políticas educacionais de formação profissional, com suas concepções de empregabilidade e competência que se mostram excludentes para os adolescentes em conflito com a lei, visto que esses sujeitos, em virtude do estigma que sofrem por causa de seu envolvimento com atos ilícitos, encontram maiores dificuldades em se inserirem no mundo do trabalho.

Assim, com a crise que ocorre na década de 1970, que trouxe rebatimentos no mundo do trabalho, e conseqüentemente no consumo, também

culminou em mudanças no comportamento dos jovens que foram atingidos com o desemprego em massa, precarização e novas formas de exploração no mundo do trabalho.

Esse modelo de Estado entrou em colapso nos anos 1970, com a crise do capitalismo, na qual teve como estratégia o retrocesso de direitos e a diminuição da intervenção do Estado. Essa crise resultou em grandes transformações societárias com base no processo de globalização e mundialização do capital. Nascia, então, o Estado Neoliberal.

O neoliberalismo foi implementado inicialmente no centro do capitalismo da Inglaterra e dos Estados Unidos, ele se expandiu através do Programa de Publicização, “[...] que se expressou pela criação de agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para a execução das políticas públicas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 154).

Essa crise econômica e social afetou os países latino americanos, marcados pela subordinação e dependência financeira, que implementou o modelo neoliberal baseado na lógica de mundialização do capital a fim de encontrar respostas para enfrentar as consequências desta crise.

Segundo Behring e Boschetti (2011), a reforma do Estado passa a ser denominada de contrarreforma, pois suas medidas provocaram uma desestruturação do Estado e uma perda dos direitos conquistados pelos trabalhadores através de suas reivindicações. Essas mudanças propostas no Consenso de Washington resultaram no aumento das desigualdades econômicas e sociais.

No Brasil, na década de 1990 no governo Fernando Henrique Cardoso, a “contrarreforma” do Estado é apresentada através do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, que foi sancionado em novembro de 1995.

De acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 166), as mudanças produzidas nos anos 90 no Brasil com o “Plano Real e a recomposição burguesa” no processo de reforma do Estado, são responsáveis por um “deslocamento patrimonial dos capitais e uma inserção mais forte do capital estrangeiro, bem como uma rearticulação política com forças conservadoras e que reverteu à pauta progressista dos anos 80”.

Inicia-se, assim, uma reconfiguração das Políticas Sociais do país, estas sob a ótica de capitais externos e ditames de órgãos como FMI e Banco Mundial, que trouxeram rebatimentos na forma do Estado enfrentar as expressões da “questão social”. Diante dessa situação, emerge um Estado que intervém de forma mínima e coercitiva para manter o controle social.

1.2 ESTADO PENAL: expansão da criminalização do jovem pobre

A crise contemporânea do capital e suas estratégias de superação têm deixado consequências profundas nas sociedades capitalistas, sobretudo nos países dependentes como o Brasil. Salienta-se que com o auxílio da mídia sensacionalista, a pobreza tem sido associada à prática de crimes, principalmente roubos e tráfico de drogas. Sendo este último propagado pelos setores dominantes por meio da imagem de favelas e seus moradores, sobretudo, jovens pobres e negros.

Na lógica da criminalização, surge o papel do controle social para conter as “classes perigosas”¹, demonstrado na Lei dos Pobres (*Poors' Law*, em 1834) entre outras leis que surgem da necessidade do controle através do Estado.

Desta feita, diante do desafio de controlar as possíveis ameaças a ordem é estabelecido o “Estado Penal”, como instrumento da classe dominante, que tem como característica a criminalização da pobreza e o encarceramento em massa.

O conceito de Estado Penal foi discutido por Lööc Wacquant, sociólogo que estuda a violência urbana, a questão racial e a criminalização na França e nos Estados Unidos da América, questionando a minimização da proteção social estatal no contexto neoliberal. De acordo esse autor o neoliberalismo e sua expressão no Consenso de Whashington tem influência direta no Estado Penal, uma vez que “[...] a penalidade neoliberal pretende remediar com ‘mais Estado’ policial e penitenciário o ‘menos Estado’ econômico e social”. (WACQUANT, 2001, p.07)

Segundo Wacquant (2008) desde dos anos 70 do século XX, que ocorre o hiperdimensionamento do Estado Penal nos Estados Unidos, através da diminuição de um Estado Social com investimentos nas políticas sociais básicas para ocorrer o deslocamento de recursos para a segurança pública, revelando o

viés repressivo e punitivo da política governamental norte-americana. Conforme Wacquant (2007, p. 15) salienta:

[...] a irresistível ascensão do Estado penal nos Estados Unidos durante as três últimas décadas não é uma resposta ao aumento da criminalidade – que permaneceu praticamente constante, em termos globais, antes de cair no final do período – mas sim aos deslocamentos provocados pela redução de despesas do Estado na área social e urbana e pela imposição do trabalho assalariado precário como nova norma de cidadania para aqueles encerrados na base da polarizada estrutura de classes.

Wacquant elaborou uma análise sobre o fortalecimento de um Estado Penal a partir da apreensão da relação entre a ampliação drástica do número de presos nos países capitalistas e um Estado Mínimo para as políticas sociais. Um Estado que substitui o aparato social pelo policial, prisional e punitivo.

Em outras palavras, para controlar as lutas provenientes das tensões ocasionadas pelo desemprego ou trabalho precarizado e pela retração dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, o Estado usa de estratégias de disciplinamento por meio do aparato jurídico e policial, assim como pela exaltação do sentimento de medo e insegurança social diante das mudanças no mundo do trabalho.

Segundo Faustino (2010, p. 14), a passagem do Estado Social para o Estado Penal é “marcada pela intensificação dos preconceitos em relação aos pobres, articulando políticas governamentais de caridade com a ampliação da repressão para enquadrar o ‘público alvo’ ao perfil desejado das classes dominantes”. O contexto de ampliação desse Estado Penal tem como pano de fundo a crise estrutural do capital dos anos 1970, que renega o direcionamento político adotado pela social democracia para submeter-se às políticas de cunho estritamente neoliberal.

Conforme identifica Iturralde (2012), a contribuição de Wacquant sobre as políticas de segurança social ou assistencial e a política criminal estão imbricadas no objetivo do controle dos pobres através da vigilância, das condicionalidades presentes nos programas, do estigma e da imposição de sanções e regras.

As políticas assistenciais transformaram-se em programas de trabalho (precário) obrigatório (*workfare*), sem o qual as

peças não podem aceder à ajuda estatal. Enquanto isso, a prisão perdeu toda a pretensão reabilitadora, pois sua função principal é a incapacitação de setores marginais da sociedade. Ambas as políticas estão dirigidas para a mesma população e têm uma lógica similar que busca tornar invisíveis as populações problemáticas, empurrando-as para os espaços mais marginais da sociedade: o mercado de trabalho secundário, precário e mal remunerado; os guetos, as favelas e as invasões; ou as prisões (ITURRALDE, 2012, p. 170)

Wacquant (2001) revela algumas consequências do Estado Penal nos Estados Unidos: a quadruplicação da população carcerária na década de 1990; o surgimento e a proliferação de novas profissões tais como consultor em segurança; a adoção de uma política de segurança chamada “tolerância zero”; constante perseguição dos pobres nos espaços públicos; e o aumento das prisões.

Destarte, vale salientar que ao considerar que o Estado Penal tem como característica a criminalização dos pobres, deve-se levar em conta, a partir de uma perspectiva marxista, que a pobreza é necessária para a expansão da acumulação capitalista. Considerando o estudo de Siqueira (2013) acerca da pobreza, compreende-se que esta não é um fenômeno isolado e individual, ou resultado da escassez das sociedades pré-capitalistas, mas é a expressão do processo de acumulação do próprio capitalismo.

A pobreza e a desigualdade são expressões da “questão social” diante da produção social da riqueza pelos trabalhadores e a apropriação privada dessa riqueza pelos capitalistas. A pobreza só pode ser explicada a partir do processo de contradição e luta de dois projetos antagônicos capital x trabalho. Siqueira (2013) se debruça sobre as obras de Marx no que se refere ao entendimento dos fundamentos históricos e teóricos acerca do exército industrial de reserva e a superpopulação relativa.

À medida que há o avanço das forças produtivas, há uma crescente diminuição da necessidade do capital variável [...], mas a verdade é que a acumulação capitalista tende a produzir uma população trabalhadora supérflua, isto é, que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (SIQUEIRA, 2013, p.165).

A população, considerada supérflua, é a chamada exército industrial de reserva, sendo imprescindível ao capitalismo para aumentar a concorrência e a produção dos trabalhadores por medo do desemprego, assim como para manter os salários baixos frente aos lucros. Para Marx (2013, p.147) “[...] a população trabalhadora, ao produzir acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente uma população supérflua”.

A substituição da força de trabalho pela maquinaria e outros meios de produção, resultado do próprio desenvolvimento das forças produtivas, acarreta a diminuição de trabalhadores, que ao perder a sua única fonte de renda (salários) acaba provocando o empobrecimento e pauperização de suas condições de vida.

Extraído das obras de Marx, Siqueira (2013) apresenta as três formas de superpopulação relativa, quais sejam: flutuante – cujos trabalhadores são os que atendem ao trabalho temporário, que é o trabalho sazonal; estagnada – cujos trabalhadores se encontram em atividades informais, com ocupações irregulares; e, por último, os trabalhadores que se encontram em situação de pauperismo – são aqueles que são aptos para o trabalho sendo em condições cada vez mais precarizadas e aqueles trabalhadores considerados incapazes de trabalhar.

Siqueira corrobora que o desemprego é necessário ao sistema, portanto, não é um problema pontual que pode ser resolvido mediante medidas paliativas como os programas de qualificação profissional, microcréditos, etc. A pobreza é inerente e fundamental ao modo de produção capitalista, sendo ineliminável. Com o aumento da riqueza, aumenta-se a pobreza e esta relação faz perdurar o modo de produção capitalista, explicitada na lei geral de acumulação. Esse processo de empobrecimento da classe trabalhadora vai se manifestar em suas condições de vida através da falta de acesso à educação, moradia, trabalho, lazer, saúde, etc.

Na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, as expressões da “questão social” como a pobreza nesse caso, vão necessitar do Estado para intervir tanto respondendo às demandas/necessidades dos trabalhadores como também do capital ao criar condições para a produção e consumo, mediante as políticas sociais, permanecendo intocável os fundamentos da ordem do capital. No

neoliberalismo, a pobreza é retomada como um problema individual-pessoal, dando lugar de ações filantrópicas/assistenciais.

Desta forma, em vez de tratar da pobreza com ações filantrópicas/assistenciais, ela passa a ser reprimida e castigada. A beneficência e os abrigos passam a ser substituídos pela repressão e reclusão dos pobres. A ideológica expressão de "marginal" começa a adquirir uma conotação de "criminalidade". O pobre, aqui identificado com "marginal", passa a ser visto como ameaça à ordem. (MONTAÑO, 2012, p.273).

Ao considerar esse conceito de pobreza, nota-se que o Estado repressor perpassa dentro e fora do segmento do sistema prisional, no qual a criminalidade é enfrentada por meio de seu aparato punitivo e estigmatizador. Para Almeida (2004, p.28), quanto maior a violência produzida pela criminalidade, maior a legitimidade dada ao Estado pela sociedade para produzir uma violência ainda maior, estabelecendo um ciclo de desumanidade e violações de direitos que é potencializado a cada dia nos presídios e nas comunidades.

O Estado Penal ao criminalizar os jovens pobres e negros, dissemina o "medo ao outro", o que significa que os efeitos deletérios da crise avançam sobre as relações sociais, ratificando desigualdades e produzindo preconceitos, medo e desconfianças. Esse sentimento de insegurança fortalece a lógica do Estado Penal. Dados atuais do *Atlas da Violência* (2017), no Brasil, revelam que a população negra, jovem e de baixa escolaridade continua totalizando a maior parte das vítimas de homicídios no país, nos quais a população negra corresponde a maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios.

De acordo com informações desse Atlas (IPEA, 2017), os negros possuem chances 23,5% maiores de ser assassinados em relação aos brasileiros de outras raças, já descontando o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência. Esse documento revelou também que o assassinato de jovens do sexo masculino entre 15 e 29 anos corresponde a 47,85% do total de óbitos registrados no período estudado. De acordo com esses dados, nota-se que esse problema histórico de tratamentos aos negros que tem sua origem desde da colonização do Brasil e persiste nos dias atuais, e é um fator que não pode ser desconsiderado na formulação das políticas públicas.

Outro dado revelado no Relatório *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras* (OXFAM, Brasil, 2017), em relação à renda é que “[...] 1% mais rico da população recebe, em média, mais de 25% de toda a renda nacional, e os 5% mais ricos abocanham o mesmo que os demais 95%. Uma pessoa que recebe um salário mínimo mensal levaria quatro anos trabalhando para ganhar o mesmo que o 1% mais rico ganha em um mês”. Portanto, é um país de extrema concentração de renda e desigualdade social.

Um outro importante aspecto do Estado Penal é a transferência de sua responsabilidade para o Poder Judiciário para a resolução dos conflitos sociais, que são meramente de ordem política e econômica. A judicialização da questão social é prejudicial para a política da criança e do adolescente, pois muitas vezes o poder judiciário prioriza a medida de privação de liberdade, mesmo tendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) definido que essa sanção só poderá ser aplicada em caráter excepcional. Essa ação traz retrocessos ao reproduzir o Código Penal, gerando a superlotação pelo encarceramento em massa.

[...] às modificações do próprio Estado e ao crescimento das políticas neoliberais [...] o Poder Judiciário vem assumindo um protagonismo na resolução dos conflitos da ordem social e política que perpassa pela negação dos direitos difusos e coletivos. Esses direitos, conquistados, mais enfaticamente, a partir da Constituição Federal de 1988, trazem como efeito a judicialização da política e das relações sociais, pois dizem respeito às políticas públicas, ou seja, a operacionalidade e garantia dos direitos difusos e coletivos, como os direitos de crianças e adolescentes, direitos dos idosos, direitos das mulheres, etc, passam diretamente pela implementação das políticas públicas a serem efetivadas pelo Estado. Com a desresponsabilização do Estado nas políticas públicas, o Poder Judiciário tem sido acionado na resolução desses conflitos, que eminentemente são conflitos econômico-político-sociais (SARTÓRIO, 2007, p. 86)

A consequência desse Estado Penal está na falta de estrutura nas instituições de privação de liberdade, como também o uso abusivo nas formas de contenções de rebeliões que geralmente são coibidas com brutalidade e força excessivas. Diante dessas práticas que as internações e presídios apresentam, a reincidência tem sido cada vez mais frequente, uma vez que é marcado por uma Política Neoliberal de falta de recursos financeiros, materiais e humanos e da reprodução da violência para a resolução de conflitos. A realidade carcerária

brasileira reflete de forma fidedigna uma sociedade marcada pelo preconceito, com recortes de cor e desigualdade de renda, onde a violência é usada para conter “as classes perigosas” que revelam tais contradições da sociedade.

Um exemplo da forma mais brutal e desumana desse Estado Penal no Brasil, foi nos anos 1990, mais precisamente em 2 de outubro de 1992, conhecido como “Massacre do Carandiru”. Uma briga entre presos da Casa de Detenção de São Paulo deu início a um tumulto no Pavilhão 9, que culminou com a invasão da Polícia Militar e a morte de 111 detentos.

A intervenção da Polícia Militar, liderada pelo coronel Ubiratan Guimarães, tinha como justificativa acalmar a rebelião no local. Apesar desse coronel ter sido inicialmente condenado a 632 anos de prisão por 102 das 111 mortes do massacre (seis anos por cada homicídio e vinte anos por cinco tentativas de homicídio), no ano seguinte, ele foi eleito deputado estadual por São Paulo. Meses após ter sido absolvido da sentença condenatória, o coronel Ubiratan foi assassinado com um tiro na região do abdômen. Segundo reportagens, um ano após esse massacre surgiu a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) como consequência dessa realidade carcerária no Brasil.

Esse aumento da população carcerária pela presença de um Estado Penal, gerando superlotação, culminou na radicalização do crime. O berço das principais facções criminosas do Brasil são os presídios. À medida que aumentou o comércio ilegal de drogas, que faz circular internacionalmente grandes quantias de dinheiro, também surgem outros tipos de crimes como o de tráfico de armas (para municiar os pontos-de-venda) ou de lavagem de dinheiro (para legalizar as fortunas ganhas com o tráfico).

Com a globalização e a criação de novas tecnologias, as organizações criminosas se expandiram. Usando da ferramenta da corrupção, essas facções conseguem alguns aliados no sistema policial, judicial, penitenciário e político, uma vez que o consumo de drogas é, sob a ótica capitalista, um negócio rentável e lucrativo.

[...] uma vez que se vale de uma organização e ideários empresariais, [...]. A indústria do tráfico de drogas utiliza armas poderosas, mobiliza recursos altíssimos, um número significativo de pessoas, inclusive crianças e adolescentes, que atuam como aviõezinhos na entrega das drogas nos territórios delimitados. (SARTÓRIO, 2007, p. 83)

Castells (1999), em sua obra *Fim de Milênio*, traz considerações sobre a economia do crime global. Esse autor afirma que a prática do crime é antiga, mas o crime global, com a formação de redes ilegais por todo o planeta constituiu-se um fenômeno recente que afeta profundamente a economia no âmbito internacional e nacional, a política, a segurança, entre outras esferas da sociedade.

Castells (1999, p. 56) apresenta que as principais atividades do crime organizado são o “[...] tráfico de drogas, o tráfico de armas, o tráfico de material nuclear, o contrabando de imigrantes ilegais, o tráfico de mulheres e crianças, o tráfico de órgãos e a lavagem de dinheiro.” Crimes estes que se constituíram a partir da globalização e da mundialização do capital.

Para o referido autor, a lavagem de dinheiro é fator fundamental nesse sistema, pois são realizados esquemas financeiros por meio de redes de comércio internacional em que entrelaçam a economia ilegal com a economia formal dos mercados financeiros. Portanto, constitui-se uma conexão que traz rebatimentos para a economia global, pois as organizações criminosas estabelecem suas operações de uma forma transnacional, aproveitando-se das novas tecnologias de comunicações e da rede de transportes.

Recentemente foi visto nos jornais (impressos e televisivos) de maior circulação e audiência mais uma ação do Estado contra o tráfico de drogas na conhecida Cracolândia, no centro da cidade de São Paulo/SP. A atual gestão do prefeito João Doria (PSDB) utilizou-se da força policial para demolição de imóveis, retirada de barracas e de cobertores, e internação compulsória aos usuários do crack. Sabe-se que essas ações para recuperação de edifícios, praças e avenidas não são acompanhadas de planejamento para acompanhamento dos grupos mais vulneráveis que vivem ou trabalham na área, como os moradores de rua e os catadores de material reciclável.

É importante lembrar aqui também o episódio da “Chacina da Candelária”, que ocorreu na noite de 23 de julho de 1993, próximo à Igreja da Candelária, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro. Neste crime, oito jovens (seis adolescentes e dois maiores de idade) que estavam em situação de rua foram assassinados por policiais militares.

Esses segmentos são os que pertencem ao exército industrial de reserva. Aqueles que são excluídos do mercado de trabalho e consumo, os que se encontram em situação de pauperismo. No Estado Penal, para essa parcela da população é preciso ocorrer a institucionalização (abrigos, internações compulsórias ou prisões). Por outro lado, existe o aproveitamento de alguns meios de comunicação, assim como de parcela da sociedade que se utilizam desses episódios para justificar o extermínio como algo que resolverá a “guerra às drogas”. Sendo essa uma estratégia para criminalizar a pobreza.

Reconhece-se que os grandes traficantes (responsáveis pela produção, transporte e refino de substâncias ilegais) e os seus aliados que estão dando base de sustentação através da corrupção, não estão em lugares como a Cracolândia. Desta feita, torna-se uma ação higienista sobre aqueles que se expõem à sociedade para usar ou vender tal droga. Para os presos, resta ficar em um sistema que não contribui para sua ressocialização e que o auxilia na manutenção do seu vício.

A “guerra às drogas” é uma guerra contra os pobres, que são vítimas de um sistema onde há concentração extrema de renda, que tem interesse na manutenção de milhões de desempregados, para os salários manterem-se baixos. As ações não podem ser paliativas, precisam ser compreendidas na sua totalidade a partir da análise da produção e reprodução do sistema capitalista. Esse tipo de ideia, cotidianamente propagada pela mídia, transfere o problema ao indivíduo, não apontando para a totalidade expressa nas contradições da relação capital x trabalho que geram perversas expressões da questão social.

Portanto, não podemos dissociar das análises conjuntas desses determinantes do contexto da crise do capitalismo, cujas estratégias de superação concentram-se no neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva, redefinindo, assim, o papel do Estado, principalmente para com as políticas sociais. Assim, as múltiplas contradições geradas pela sociedade capitalista se materializam na “questão social” que ganha concretude nas mais diversas expressões, sendo uma delas a realidade dos adolescentes em conflito com a lei.

1.3 INFLUXOS DO NEOLIBERALISMO NO MUNDO DO TRABALHO PARA A ADOLESCENCIA E A JUVENTUDE

Segundo as leis de proteção à Criança e ao Adolescente no Brasil, o objetivo primordial das medidas socioeducativas é possibilitar ao adolescente a construção de um novo projeto de vida que lhes permita romper com a prática do ato infracional. A proposta de inserção na profissionalização é uma das estratégias para a ressocialização de modo que os mesmos possam acessar o mercado de trabalho, conforme preconiza o Art. 69º do ECA que prevê “[...] o direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho”. (BRASIL, ECA, 2012, p. 36)

Compreender a atual configuração do capitalismo marcada pela orientação política neoliberal, pela reestruturação produtiva e pela mundialização do capital é fundamental para não reproduzir um discurso estigmatizador que criminaliza os pobres, atribuindo ao adolescente a responsabilidade pelos comportamentos de sua condição, dando lugar a filantropia/assistencialismo para resolução de um caso individual ao invés de ações mais abrangentes e coletivas.

A relação entre a adolescência/juventude e trabalho demonstra como o capitalismo vem exercendo o controle social através do trabalho para manter a ordem social, gerando condições para sua reprodução através das gerações. A conjuntura internacional que antecedeu o Estatuto da Criança e do Adolescente (décadas de 70 e 80) passou por mudanças que culminou no exaurimento de um Estado interventor socialmente para se conformar em um Estado Neoliberal.

Após um período próspero de acumulação de capital no auge do fordismo e do keynesianismo das décadas de 1950 e 1960, o capital passou a entrar em crise diante da crescente queda da taxa de lucro decorrente do excesso de produção gerada pelo modelo taylorista/fordista, associada à crise do petróleo e tendência da desvalorização do dólar, provocando a intensificação das lutas sociais por meio de greves e manifestações.

A crise do sistema de produção capitalista na década de 1970, conhecida como “crise estrutural do capital”, segundo Mészáros (2009), impulsionou transformações sócio-históricas que trouxeram consequências ao mudar a estrutura social. O sistema capitalista ao buscar uma forma de se manter, insere a implementação de um amplo processo de reestruturação do capital, para retomar a taxa de lucro e a acumulação, que atingiu a forma de organização do mundo do trabalho.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2009, p. 31).

Através do avanço tecnológico e da globalização, houve uma alteração no padrão fordista de produção e gerenciamento da força de trabalho, passando a ter novas práticas gerenciais centradas na produção enxuta, de modelo flexível expresso no toyotismo. Essa mudança na estrutura produtiva impulsionada pela mundialização do capital, é uma estratégia de neutralizar todas as formas de organização e resistência dos indivíduos ao descentralizar a produção, não se limitando às fronteiras territoriais.

Essas transformações no processo de reestruturação produtiva que provocaram consequências como a precarização das relações de trabalho, trazendo para os trabalhadores uma redução de direitos (salários, empregabilidade, estabilidade, previdência, entre outros), gerando uma grande insegurança, xenofobismo, aumento da pobreza, entre outras expressões da questão social.

No Brasil, a era neoliberal vem se apresentar no período da presidência de Collor, instaurando-se intensificadamente em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso com a Reforma do Estado, trazendo rebatimentos no mundo do trabalho e nas políticas sociais.

Além da flexibilização e da precarização das relações de trabalho, desregulamentando as leis trabalhistas, há também a incorporação de novas tecnologias, como a robótica e a informática, o que tem tornado o mercado de trabalho cada vez mais seletivo e competitivo, exigindo um alto nível de qualificação profissional.

As qualificações necessárias para cumprir as exigências do mercado revelam o caráter contraditório do capitalismo por não são acessadas de forma universal, uma vez que é necessário a formação do exército industrial de reserva, expressado no desemprego e noutras formas de pauperização dos trabalhadores. Além disso, salienta-se que nem todos que têm qualificação profissional acessarão obrigatoriamente ao mercado de trabalho.

Quando se coloca, do ponto de vista capitalista, a questão da qualificação para o controle dos processos autônomos e informatizantes de produção o que ocorre é a potencialização da alternância e da polivalência dos trabalhadores. Para o capitalismo é necessário o treinamento polivalente, para que crie operários de olho vivo e mão forte; mas com uma capacidade relativa de adequar-se rapidamente à diversidade de funções. Não se necessita de um homem omnilateral, educado politeticamente entre trabalho, trabalho manual e trabalho intelectual. (DIAS, 1997, p. 131).

Evidencia-se ainda que essas exigências do mercado de trabalho favorecem o discurso de mérito pessoal, não sendo considerada a estrutura socioeconômica que se insere. Essa situação é mais acentuada para os adolescentes que cumpriram alguma medida socioeducativa por sofrer estigmas por causa de seu envolvimento com atos ilícitos, encontrando ainda mais dificuldades em acessarem o mundo do trabalho. A recusa ao trabalho pelo adolescente/jovem não passa de um estereótipo, por ocorrer a redução de emprego ao exigir trabalhadores polivalentes e priorizar o trabalho morto sobre o vivo.

Essa dificuldade de acesso ao trabalho pelo adolescente/jovem que cometeu ato infracional também passa pela questão da escolarização. A escola é produto de uma construção histórica coletiva, que na atualidade situa-se em uma realidade que tem como marca principal o modo de produção capitalista, passando a educar e formar cidadãos úteis e produtivos para o trabalho.

Uma leitura histórica da origem da escola, enquanto instituição central do projeto societário da burguesia nascente nos mostra que esta escola era concebida, por excelência, como uma instituição social e cultural, de produção de conhecimento e de valores e como espaço de desenvolvimento lúdico, estético e artístico para as crianças e jovens. Mas, o mesmo retrospecto histórico nos evidencia que esta não era e nunca foi a escola para todos. Como mostra inúmeros estudos, a escola para a classe trabalhadora sempre foi outra - uma escola para a disciplina do trabalho precoce e precário. (FRIGOTTO, 2004, p.195)

Com a proposta da universalização do acesso à educação, principalmente no ensino fundamental, tem-se a ampliação da quantidade de escolas. Contudo, a qualidade da estrutura e do ensino encontram-se precários. Em um contexto de minimização de investimentos na área social, o espaço educacional se apresenta cada vez mais desestimulante para os adolescentes que se deparam com o sistema público de ensino: escolas sucateadas, professores com baixos salários que ficam desestimulados e sem incentivo para processo de formação continuada.

Essas características resultam no fracasso escolar, marcado pelos elevados índices de repetência e evasão escolar por esses jovens. Os problemas são diversos, fruto de um sistema econômico que não permite materializar um compromisso em políticas públicas amplas e de qualidade.

A juventude negra e pobre é a mais afetada por essa dificuldade de acesso e permanência, o que torna um impedimento também para entrada na universidade. Essa desigualdade é também apresentada pela qualidade do ensino, em que é necessário que os professores tenham valorização profissional por meio de salários dignos e capacitação continuada. Portanto, a escola como espaço de sociabilização e reprodução das relações sociais também vem sofrendo mudanças advindas das transformações societárias do atual estágio capitalista.

Na sociedade capitalista atual marcada pela crise do trabalho assalariado, com a flexibilização e a precarização das relações de trabalho, com a desregulamentação dos direitos trabalhistas e previdenciário, com o desemprego estrutural, todos esses impactos atingem de forma brutal os segmentos sociais mais pobres, consequentemente, os adolescentes. Esses sujeitos são vistos como perigosos para a continuação da reprodução da ordem capitalista, encontram-se fora das instituições formais de

integração social, como a escola e o mercado de trabalho.
(SARTÓRIO, 2007, p. 78)

A adolescência é uma fase de mudanças físicas, psicológicas e sociais, na qual o indivíduo se distancia dos comportamentos de criança para adquirir competências que o levam a assumir os deveres e papéis sociais dos adultos.

Ozella (2003, p. 20) declara que “[...] devemos entender a adolescência como constituída socialmente a partir de necessidades sociais e econômicas dos grupos sociais e olhar e compreender suas características que vão se constituindo no processo”.

Entender essa fase é fundamental para compreensão que a exclusão e a invisibilidade dos adolescentes pobres na atual economia de consumo fazem com que muitos se sintam atraídos pelo mundo do crime com suas ofertas e “facilidades” para obtenção de determinados bens de consumo.

Em um contexto marcado pela invisibilidade desses indivíduos na sociedade, o ingresso no crime acaba funcionando como passaporte para o aparecimento do sujeito, em virtude da conquista de “certo poder” que se impõe por meio do temor dos outros, e da possibilidade de consumo de objetos próprios de sua geração.

Adquirir mercadorias por meio de compra já define “quem é quem” no universo social. A maior parte da população tem um poder de compra extremamente reduzido e alguns, para possuir o que desejam, roubam ou furtam. Os chamados objetos de consumo, dessa forma, nem são consumíveis nem estão igualmente disponíveis para todos os indivíduos. A produção de objetos é seletivamente organizada de maneira a ser seletivamente distribuída pelos que têm muito dinheiro, pouco dinheiro ou nenhum dinheiro[...]. Os contingentes populacionais sem dinheiro formam os excluídos da economia e da sociedade, que são diretamente estimulados a possuir o que não podem comprar e indiretamente incitados a se apropriar de forma criminosa do que é levado a desejar. (COSTA, 2004, p.76)

Sem dúvida, compreender a dinâmica contraditória iminente da sociedade capitalista enquanto causa fundamental que potencializa a prática do ato infracional é imprescindível. Como afirma Volpi (2001, p.58) “[...] enxergar o ‘infrator’ sem perceber seu entorno social, as relações e estruturas políticas, econômicas e culturais implica em negligenciar a condição fundamental da

natureza humana”. Reproduzir o discurso que os filhos de pobres têm que trabalhar desde tenra idade, torna o trabalho infantil algo aceitável e natural.

Na verdade, ao analisar a história da Política da Criança e do Adolescente, observa-se que a relação entre adolescência e trabalho possui o recorte de classe social, na qual a sociedade compreende como solução para a “vagabundagem” o exercício de um trabalho corretivo e disciplinar, pois ser “[...] uma forma de contenção do real risco ou potencial desses garotos, pelo seu afastamento das ruas, ou pela ocupação de suas mãos ociosas” (ABRAMO, 2003, p.226)

O discurso para que o adolescente não esteja envolvido na criminalidade é necessário acesso ao mercado de trabalho precocemente ou ter um estudo profissionalizante, embora pareça progressista, guarda em si um ranço de conservadorismo burguês. Para estes, o trabalho é visto como um instrumento de moralização e disciplinamento dos indivíduos que não se submetem às normas e regras estabelecidas como padrões normais de sociabilidade.

A manutenção do controle social dos adolescentes/jovens pelo trabalho alienado não é uma infeliz coincidência e nem algo natural, é uma determinação sócio-histórica que está na sua raiz da divisão hierárquica do capital sobre o trabalho, no controle da produção, da distribuição dos bens e consumo, na divisão social hierárquica do trabalho e da propriedade privada. A cada fase de sua reestruturação também ocorrem modificações de significados atribuídos ao adolescente/jovem, ao trabalho e as suas relações. (OLIVEIRA E SILVA, 2005, p.51)

Diante dessa assertiva, entende-se que apesar de ser importante para o adolescente, no entanto essa formação profissional dos socioeducandos constitui-se uma estratégia adotada como forma de “ajustamento” de conduta desses sujeitos, uma vez que como toda política social, a Política da Criança e do Adolescente no Brasil possui suas contradições e é fruto da luta de classes.

Os Códigos de Menores (1927/1979) concebiam o “menor” como o “vagabundo” e “ocioso” estando em “situação irregular” ou “desajustado socialmente”, precisando de instituições do Estado para atendimento assistencial e/ou correccional. Atualmente, essa lógica ainda persiste com novas roupagens, sobretudo àqueles adolescentes pobres e negros que não estão inseridos no mercado de trabalho.

Os adolescentes/jovens são um dos mais afetados pela crise no mundo do trabalho, sendo atingidos pelo desemprego estrutural e pelo retrocesso dessas políticas sociais universais, nas quais aos mais pobres restam o controle social através de atendimentos assistencialistas e/ou encarceramento em uma unidade correcional para os que cometeram atos infracionais.

Diante desse quadro, a próxima discussão parte da reflexão teórica e crítica acerca da Política da Criança e do Adolescente desde da concepção da “situação irregular” do antigo Código de Menores até a análise das políticas neoliberais e seus embates com o ECA, por meio da discussão da redução da maioria penal e dos projetos do governo interino de Temer.

1.4 REBATIMENTOS DO NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS SOCIAIS: avanços e retrocessos no atendimento aos socioeducandos.

Sabe-se que existência da Política Social é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, quer dizer, ao modo capitalista de produzir e reproduzir-se. É quando as “expressões da questão social” vêm à tona, deixando de ser só “caso de polícia” (coerção) para ter um viés de consenso (política). Não obstante, as Políticas Sociais não podem ser pensadas como meras concessões do capital, usando a abordagem economicista e fatalista, ou como exclusiva vitória dos trabalhadores, pois se constitui uma abordagem simplista.

As Políticas Sociais têm o viés contraditório, apresentando-se como conquista, mas também como necessário para manutenção da ordem do Capital por meio da desmobilização da classe trabalhadora e da preservação da mão-de-obra. A Política Social envolve mediações sociais, econômicas, culturais e políticas, sendo impulsionada pela luta de classes, como no caso da Política da Criança e do Adolescente.

Historicamente, as práticas e as discussões acerca da infância e da adolescência sempre foram complexas e dualistas. De um lado, os que privilegiam ações de violência, punição e repressão; de outro, foram surgindo, paulatinamente, grupos que discutiram a forma de tratamento a esses sujeitos, através da responsabilização do Estado para assisti-los.

Em meio às grandes transformações econômicas, políticas e sociais, que marcam a era industrial capitalista do século XIX, o conceito de infância adquire novos significados e uma dimensão social até então inexistente no mundo ocidental. A criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado. (RIZZINI, 1997, p. 23)

No Brasil, a legislação no período imperial centrava-se em torno do recolhimento de crianças órfãs e abandonadas por meio de medidas assistenciais de cunho religioso. Naquele período, foram instaladas as conhecidas Rodas dos Expostos, onde as mães podiam deixar seus filhos de forma que não fossem identificadas e não os abandonar nas ruas. Inicialmente foram implantadas três rodas no país: a de Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e em Recife no ano de 1789. As rodas passam a atender as crianças abandonadas, no entanto não impedia a morte dos “expostos”. Dentro dessas instituições, as condições de acolhimento eram precárias e insalubres, levando à morte da maioria dos acolhidos.

O final do século XIX no Brasil, com a instauração do regime republicano, houve várias mudanças na sociedade brasileira: a abolição da escravidão, a migração do homem para a cidade, a imigração dos europeus para substituir a mão de obra escrava e o avanço da industrialização e urbanização das cidades brasileiras. Essas mudanças aconteceram de forma tardia e repercutiram sobre as medidas destinadas às crianças e aos adolescentes.

Nesse contexto social, começou a surgir um grupo de pessoas marginalizadas e excluídas do modo de produção que eram intuitas como uma ameaça à ordem pública. Diante dessa percepção, o Estado começou a intervir mais sobre a questão da criminalidade infanto-juvenil que crescia.

Os discursos fundamentados na nova ordem republicana e eugenista acreditavam que o cuidado com a infância seria uma das formas de mudar a ordem social e alcançar um projeto de civilização desejado ao novo Brasil. Dessa forma, as campanhas realizadas vinculavam a limpeza urbana paralelo à necessidade de atender e disciplinar as crianças pobres por meio das instituições que as vinculassem ao mundo do trabalho.

As transformações que marcaram a industrialização do capitalismo tardio no Brasil contribuíram nas mudanças dos conceitos sobre a infância. Conforme

Rizzini (1997) “[...] na era industrial capitalista do século XIX, o conceito de infância adquire novos significados e uma dimensão social até então inexistente no mundo ocidental”.

Com as profundas transformações econômicas, políticas e culturais após a industrialização, eclodiu a ideologia burguesa sobre o trabalho, revestido de uma roupagem dignificadora e civilizadora do trabalhador. Nessa lógica, as crianças e adolescentes passaram a ser reprimidas através do princípio educativo do trabalho precoce. Vale salientar que esse discurso foi gerado em favor do interesse do modo de produção capitalista e é defendido até os dias atuais por uma parcela da população em relação ao trabalho infantil.

Naquela conjuntura, o Código Penal de 1890, se tornou mais rigoroso que o Código Criminal do Império de 1830, por reduzir a responsabilidade penal de quatorze para nove anos. Em 1893, foi promulgado o Decreto nº 145, que determinava a correção, por meio do trabalho, das pessoas que estavam perambulando pelas ruas da cidade, sem diferenciação de idade e gênero, pois todos eram tidos como “vadios” e “vagabundos”.

Segundo Moura (2007), em 1917, foi criada a Escola Correccional para Menores do Recife, instalado na Casa de Detenção do Recife, que recolhia crianças entre 9 e 12 anos para receber a educação primária e desenvolver trabalhos nas oficinas de sapatarias e encadernação.

Logo após, foi instituído o primeiro Juizado de Menores, no Rio de Janeiro, enquanto instância de intervenção jurídica através da defesa, vigilância, guarda e julgamento de menores. Em 12 de outubro de 1927, foi aprovado o primeiro Código de Menores por meio do Decreto Lei Nº17.943, resultado das ideias do movimento higienista associado ao positivismo dos militares, com imperativos de “ordem e o progresso”, por meio de mecanismos conhecidos como “escala da moralidade” ou da “profilaxia da criminalidade”, discriminando as crianças pobres, abandonadas ou que cometeram ato infracional como “menores em situação irregular”.

Destarte, surge a criminalização da pobreza, na qual se concebia como um problema individual pela incapacidade de inserção no mercado de trabalho, e, o crime como problema comportamental considerado “desviante da normalidade”. Esse Código incorporou “[...] tanto a visão higienista de proteção

do meio e do indivíduo como a visão jurídica repressiva e moralista” (FALEIROS,1995, p.63).

No governo de Vargas (1930/1945), a problemática da infância começou a emergir como uma questão de segurança nacional e sob esse entendimento passou-se a intervir sobre duas categorias específicas que foram classificadas como: os menores e as crianças. Os menores eram os chamados abandonados e “criminosos”, e, as crianças as que eram “carentes” que precisavam de ajuda. Essa discriminação acarretou em um atendimento diferenciado a esses indivíduos.

Esse Código prevaleceria até a década de 1980, houve alteração no ano de 1979 no governo ditatorial. Durante a prevalência do Código, alguns governos passaram a adotar estratégias de enfrentamento aos “crimes” praticados por crianças e adolescentes. Em 1941, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) no Governo de Getúlio Vargas. Órgão subordinado ao Ministério de Justiça que teve o caráter correccional-repressivo e se assemelhou a um sistema penitenciário ao incorporar a métodos arbitrários, nas quais ocorriam maus-tratos, castigos corporais, falta de higiene, alimentação de péssima qualidade e todo tipo de violência.

Um avanço na temática foi a Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia das Nações Unidas e ratificada no Brasil em 20 de novembro de 1959, que contemplou 10 princípios fundamentais para o desenvolvimento da criança. Entre os princípios, destaca-se: Direito a especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social; Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade; Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho; e, Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

Com o golpe militar de 1964, a Escola Superior de Guerra, por meio da Doutrina de Segurança Nacional, estabeleceu a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) que introduziria a rede nacional da Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), incorporando o patrimônio material e as atividades cotidianas do SAM. Para a efetivação dessa política foi necessário criar Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (as FEBEMs) que representavam o sistema de internato. As FEBEMs eram vinculadas à Secretaria de Estado e eram destinadas a prestar assistência ao menor, na faixa etária entre zero e

dezoito anos de idade, oferecendo-lhes oportunidade de promoção social, entretanto, esse objetivo não obteve o êxito pretendido.

Em 1976, a FUNABEM passou por uma investigação criteriosa da CPI do Menor em decorrência dos diagnósticos apresentados, e em 1979 através da Lei nº6.697 aprovou-se o novo Código de Menores. Esse Código tinha o objetivo de complementar o que o Código de 1927 não contemplou, como por exemplo, o sistema de descrição do estado sócio-econômico-familiar da criança e/ ou adolescente, consubstanciando a doutrina de situação irregular do menor, na qual “[...] os menores são sujeitos de direito quando se encontrarem em estado de patologia social, definida legalmente [...], fazendo-se da vítima um réu e tornando a questão ainda mais jurídica e assistencial” (FALEIROS, 1995, p. 81). Com o fim do regime militar e as novas perspectivas políticas de democracia e direitos sociais, as concepções desse Código são colocadas em xeque em face da ascensão dos movimentos sociais em busca de direitos, reflexo da crise econômica mundial do capital. No conjunto desses movimentos, a questão da criança e do adolescente enquanto sujeito de direitos ganha centralidade através do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), da Pastoral do Menor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes que, ao se unirem com outras organizações sociais, conseguem criar a Comissão Nacional Criança e Constituinte, materializada pela Portaria Interministerial nº 449, de setembro de 1986, que viria a se constituir em uma articulação entre os Ministérios da Educação, Justiça, Previdência e Assistência Social, Saúde, Trabalho e Planejamento.

Diante de tais movimentos sociais, a partir da regulamentação da Constituição Federal de 1988 foram instituídas as seguintes ordenações legais com base nos direitos sociais, as quais tiveram impacto direto sobre a Política da Criança e do Adolescente, como: o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal n. 8.069/90), a Lei Orgânica da Saúde – LOS (Lei Federal n. 8.080/90); a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (Lei Federal n. 8.242/91); a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Federal n. 8.742/93), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Federal n. 9.394/96) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (Portaria n. 458 de 2001).

Como resultado do avanço do ECA, na cidade do Recife, no ano de 1992 foi instituído o Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente de Recife (COMDICA) que tem por objetivo zelar pelos direitos da criança e do adolescente.

Inegavelmente a Constituição Federal de 1988 representa um grande avanço para as políticas sociais, sobretudo, porque ela se constrói por meio dos princípios dos direitos humanos, a partir dos quais se definem as responsabilidades do Estado.

Na configuração do capitalismo contemporâneo, o Estado Neoliberal vai incidir sobre as políticas sociais através da privatização, focalização e descentralização. No contexto de globalização, sob a égide de uma doutrina neoliberal, o Brasil vai sofrer com a retração de direitos. Mesmo diante de sua tentativa tardia de montagem de um Estado de Bem-Estar Social, o Brasil vai sofrer impactos do cenário internacional que vão culminar no desmonte dos direitos previstos na Constituição Federal, apesar dos avanços legais como serão vistos a seguir.

1.4.1 Do Estatuto da Criança e do Adolescente e aos desafios atuais no governo Temer: avanços e retrocessos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa um marco fundamental na perspectiva da Doutrina da Proteção Integral, em substituição à Doutrina de Situação Irregular do Código de Menores de 1979, introduzindo a moderna noção de adolescência e incorporando os preceitos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989. O ECA apresenta-se como avanço por reconhecer todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, banindo o termo “menor”, como estabelece o Art. 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, ECA, 2012, p.1)

O ECA define como criança a pessoa até doze anos incompletos; e adolescente aquela pessoa entre doze e dezoito anos incompletos. Essa distinção no ECA é imprescindível para a atuação sobre esses indivíduos, principalmente para encaminhamentos em caso de medidas socioeducativas. No caso de ato infracional praticado por crianças, cabem ao Conselho Tutelar as providências e encaminhamentos, aplicando as medidas de proteção; e por adolescentes, são aplicadas as medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do ECA, que é realizado a partir do viés da responsabilização sob o caráter pedagógico.

O ato infracional, segundo o Art. 103 do ECA (BRASIL, Presidência da República, 1990), é uma ação praticada por criança ou adolescente caracterizada como crime ou contravenção penal. De acordo com o Art. 228 da Constituição Federal (BRASIL, Presidência da República, 1988), o Art. 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, Presidência da República, 1990), e o Art. 27 do Código Penal (BRASIL, Presidência da República, 1940), o adolescente que praticou ato infracional é penalmente inimputável, em outras palavras, não tem responsabilidade penal, sendo submetido a uma responsabilização jurídica especial.

O adolescente é autor de ato infracional depois de ser transitado um processo judicial, comprovando a materialidade no cometimento do ato infracional. Portanto, as medidas socioeducativas são "[...] responsabilizadoras, de natureza sancionatória e conteúdo socioeducativo, aplicadas somente a adolescentes sentenciados em razão do cometimento de ato infracional". (BRASIL, SINASE, 2006, p.35).

Reconhece-se que apesar de tantos avanços após a aprovação do ECA, as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes deparam com uma série de obstáculos para se concretizarem, principalmente na operacionalização das medidas socioeducativas no que tange à reintegração social do adolescente que cometeram atos infracionais. Um dos graves obstáculos tem sido a conformação neoliberal do Estado brasileiro que, ao se tornar mínimo na provisão das políticas públicas sociais, acaba por precarizar estas, principalmente as que atendem às parcelas mais pobres e estigmatizadas da população, reforçando a sua criminalização.

O Brasil insere-se na adesão as políticas neoliberais tardiamente, por causa do denso processo de diluição da Ditadura Militar e da intensificação das lutas políticas e mobilizações sociais na abertura de democratização na década de 1980. Com a correlação de forças e a rearticulação do bloco conservador que se fortalecem no governo Collor, na década de 1990, adentra-se o neoliberalismo.

O neoliberalismo promoveu uma reestruturação das políticas sociais na perspectiva da seletividade, da refilantropização da pobreza, da responsabilidade social, da redução dos gastos sociais, da privatização e da descentralização, culminando assim na fragilização dos movimentos sociais e no desmonte de direitos que foram conquistados, processo chamado de contrarreforma do Estado Neoliberal. Esse modelo de Estado vai transferir sua responsabilidade para o indivíduo, a família e a comunidade.

Observou-se desse modo, nas últimas décadas, a entrada em cena de “novos” atores no campo do atendimento às políticas sociais à infância e a juventude. Entre eles encontram-se os nichos empresariais criados pela nova economia de mercado “responsável” do ponto de vista ambiental e social, e as novas organizações sociais de caráter público (ONGs, Organizações da sociedade civil de interesse público—Oscips, Fundações, etc.). (PASSONE; PEREZ, 2010, p. 670)

Nos governos ditos neodesenvolvimentistas que correspondem aos governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), trouxeram avanços para o âmbito social, apesar da manutenção dos acordos econômicos neoliberais. No primeiro mandato de Lula (2003-2006), houve a implementação do Programa Bolsa-Família (Lei n.10.683 de 2003), por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a unificação operacional de gestão das ações de transferência de renda.

O Bolsa Família integrou diversas ações existentes, como a Bolsa-Escola (programa nacional de renda mínima, vinculado ao Ministério da Educação); a Bolsa-Alimentação (programa nacional de renda mínima para combate à mortalidade infantil e desnutrição, vinculado ao Ministério da Saúde); o Cartão-Alimentação (programa nacional de acesso à alimentação, criado no âmbito do Programa Fome Zero e vinculado ao extinto Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar); o programa Auxílio-Gás (programa vinculado ao

Ministério das Minas e Energia), ampliando a quantidade de pessoas beneficiadas, dentre as quais destacam-se as famílias de baixa renda de adolescentes privados de liberdade.

Segundo Castelo (2016, pág. 49), a discussão acerca de uma suposta ruptura com o neoliberalismo no Brasil surgiu no segundo mandato de Lula, diante de um pacote de medidas, forçados pela crise de 2008, como a “[...] redução gradual dos juros, aumento do crédito ao consumidor e do salário-mínimo, desonerações fiscais e tributárias e financiamento do capital monopolista nacional via BNDES”. Sabe-se que apesar de não ter esse rompimento, em razão da crise internacional que ocorreu 2008, “[...]o novo desenvolvimentismo atuou como bombeiro no socorro do grande capital monopolista que exibiu sintomas de crise” (CASTELO, 2016, p. 69)

Conforme Harvey, a “crise das hipotecas subprime”, como ficou chamada a crise de 2008 nos Estados Unidos, gerou o desmonte de todos os bancos de investimento de Wall Street, através de fusões forçadas, falências ou até mudanças de estatuto das empresas. O marco dessa crise foi em 15 de setembro de 2008 quando o banco Lehman Brothers desabou. “O resto do mundo, até então imune, foi arrastado precipitadamente para a lama, gerada em particular pelo colapso financeiro dos EUA”. (HARVEY, 2011, p.10). No Brasil, atualmente vive-se a consequência dessa crise, na qual Lula a considerou como apenas uma “marolinha”.

No governo de Lula, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), por meio da Subsecretaria Especial de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), em conjunto com o CONANDA e com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), sistematizaram e organizaram a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Este sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital, municipais, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público. (BRASIL, SINASE, 2006, p. 22)

Assim, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo surge para normatizar as ações no campo do atendimento ao adolescente em conflito com a lei, propondo processos inovadores de implementação e condução das ações socioeducativas. Em janeiro de 2012, a presidenta Dilma Rousseff sanciona a Lei 12.594 que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que praticou ato infracional. É evidente que apesar de ser um grande avanço, a existência de uma norma jurídica por si só não é suficiente para resolver o complexo problema da criminalização do adolescente que cometeu ato infracional, sendo necessário que haja a intersetorialidade e articulação entre as diversas políticas sociais para efetivar os objetivos propostos pela Lei, como afirma Sales (2007, p.16):

O SINASE reflete as circunstâncias históricas sobre as quais atuaram diferentes sujeitos; circunstâncias essas que refletem, em muito, o momento de retração dos movimentos sociais e uma intensa luta política que redesenha permanentemente o enfrentamento nos diferentes projetos societários, entre eles os mais significativos: (de um lado) a defesa dos direitos e (de outro) a mercantilização das necessidades sociais. Sua implementação depende dessa correlação de forças e da supremacia da primeira perspectiva sobre a segunda.

Em abril de 2013, após um latrocínio cometido por um adolescente na capital paulista, o Instituto de Pesquisa Datafolha consultou a opinião dos paulistanos a respeito da proposta de redução da maioridade penal. O resultado mostrado foi, caso houvesse uma consulta popular, 93% dos paulistanos votariam a favor da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. O Datafolha constatou que o apoio da população em relação a esse tema tem crescido, já que as pesquisas de 2003 e 2006 apontavam respectivamente índices de 83% e 86% favoráveis à diminuição da maioridade penal (DATAFOLHA, 2013).

A discussão pela redução da maioridade se espalhou na sociedade, através do sensacionalismo que ocorre nos programas jornalísticos da mídia, que apresentam as medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes como algo que gera impunidade. Em 2015, foi retomado o debate acerca da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) referente à redução da maioridade penal, que

foi formulada em 1993 pelo deputado Benedito Domingos (PP/DF) que propôs a imputabilidade penal do maior de 16 anos de idade (PEC 171/93).

Diante do aumento da criminalidade e da falta de segurança pública, propostas como a redução, induzem a opinião pública a crer que seria a solução para intimidar os adolescentes e gerar a paz social tão almejada pela sociedade. Alguns argumentam sobre a discussão do discernimento, dizendo que se um jovem pode votar aos 16 anos, também tem amadurecimento suficiente para responder por seus atos criminalmente como qualquer adulto. Consideram que as medidas do ECA são insuficientes, necessitando de uma punição mais severa, a partir de uma equivocada sensação que nada acontece ao adolescente em que é aplicado tais medidas. Outros argumentam que é falha do sistema o adolescente ficar com a “ficha limpa” quando atingir a maioridade penal, não o considerando como reincidente.

Constata-se que encarcerar esses jovens em prisões agravaria ainda mais a crise do sistema prisional no Brasil, uma vez que não há estrutura para ressocialização e a superlotação dos presídios aumentaria ainda mais com a inclusão da faixa etária entre 16 e 18 anos. Essa situação afetaria principalmente jovens negros, pobres e moradores das periferias das grandes cidades brasileiras, aumentando ainda mais o preconceito e a desigualdade social.

Entende-se ainda que o adolescente tem discernimento sim, por isso em nosso país a partir dos 12 anos há uma responsabilização pelo cometimento de um ato contra a lei. O voto aos 16 anos é opcional e não obrigatório, direito adquirido pela juventude, entretanto, o adolescente não pode ser votado. No caso de se arrepender pode mudar sua escolha nas eleições seguintes.

Assim, a inimputabilidade não é a mesma coisa que impunidade. A condição de pessoa em desenvolvimento faz com que o objetivo da medida socioeducativa seja a preparação para uma vida adulta sem o retorno ao crime. O investimento em educação seria uma ferramenta mais eficiente para amenizar a criminalidade, uma vez que a baixa escolaridade geralmente produz a falta de acesso a empregos, principalmente as de maiores remunerações. Também se sabe que a violência não será solucionada com a culpabilização e punição, como visto nesse breve histórico da Política da Criança e do Adolescente em que havia medidas mais rigorosas.

As causas da violência e da desigualdade social não se resolverão com a adoção de leis severas, através de um Estado Penal, não havendo relação direta de causalidade entre a adoção de soluções punitivas e repressivas e a diminuição dos índices de violência. Conforme Faleiros (2004, p. 93) “[...] não é a revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente ou a revisão da idade da inimputabilidade penal que vão diminuir a violência, mas a mudança das relações sociais e das condições de vida da população”.

Em 2016, acontece o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que faz parte do Partido dos Trabalhadores (PT), cujos trâmites duraram do mês de abril até o final de agosto do ano de 2016, acolhido pelo presidente da Câmara dos Deputados da época, Eduardo Cunha. Desde que o presidente interino Michel Temer assumiu a Presidência da República, através de um golpe parlamentar, uma série de direitos sociais vêm sofrendo ameaças, ao mesmo tempo em que avançam projetos de caráter neoliberal.

Uma das primeiras medidas de Michel Temer ao assumir a Presidência foi retirar a Previdência Social do Ministério do Trabalho e transformá-la em uma Secretaria subordinada ao Ministério da Fazenda. O governo apresentou ao Congresso, sem nenhuma consulta à sociedade, a PEC 287, em que propõe um conjunto radical de mudanças da Previdência Social. Entre os pontos propostos está a alteração dos 65 anos como idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, sem diferenciação.

Vale lembrar que no Governo Lula algumas propostas também que foram apresentadas para cercear o direito dos trabalhadores no âmbito da previdência. A reforma previdenciária de Lula, aprovada na Câmara de Deputados e no Senado em dezembro de 2013, foi centrada no regime dos funcionários públicos retomando pontos que tinham sido apresentados no Governo de FHC como a cobrança aos servidores inativos. Portanto, ocorram algumas mudanças que permitiram caracterizar como uma contrarreforma previdenciária ao trazer consequências negativas na luta pelos direitos na classe trabalhadora.

Outro fato ocorrido no governo Temer foi a proposta de regulamentar a terceirização do trabalho. Um trabalhador terceirizado recebe menos, trabalha mais e possui uma menor estabilidade no seu emprego do que um trabalhador diretamente contratado e que realiza a mesma função. Com a terceirização

também gera uma redução das vagas de trabalho, uma vez que a flexibilidade gerada costuma produzir menos contratações. Assim, a reforma trabalhista que entrou em vigor em novembro de 2017 representou um retrocesso para os que dependem da venda de sua força do trabalho para sobreviver.

Há também o projeto proposto pela atual primeira dama Marcela Temer, que é o chamado Projeto Criança Feliz, o qual promove um aumento do acompanhamento na residência das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, que possuem bebês ou crianças de até 3 anos de idade. Serão atendidas também crianças de até 6 anos portadoras de deficiência ou incluídas no Benefício de Prestação Continuada. Afirma que o objetivo principal desse programa é conseguir promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância. Contudo, nota-se que esse projeto serve para aumentar a fiscalização do programa, assim como consiste no deslocamento do direito social para o retorno à filantropia.

Destaca-se também que em maio de 2017, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou por unanimidade um projeto de autoria do senador Aécio Neves que poderá alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ao permitir que adolescentes que cometem atos infracionais sejam internados por até 8 anos. Se o projeto virar lei, a internação mais longa ocorrerá aos atos infracionais equiparados aos crimes hediondos cometidos com uso de violência ou grave ameaça, como o tráfico de drogas, homicídio e abuso sexual.

Com esse projeto, a extinção compulsória ocorrerá somente quando o jovem atingir 26 anos. Atualmente, o tempo máximo de medida socioeducativa de internação permitida pelo ECA é de 3 anos, com extinção compulsória aos 21 anos. Segundo o projeto, esse limite permanecerá nos atos infracionais que não forem análogos a crimes hediondos. Caso seja aprovado pelo Senado e pela Câmara, o projeto será encaminhado para a sanção ou veto do presidente Michel Temer. Salienta-se que esse projeto precisa ser debatido, uma vez que as superlotações nos centros de internações, assim como a falta de atividades pedagógicas vai de encontro com a proposta da medida socioeducativa. Aumentar o tempo dessa medida sem discutir as condições objetivas desses locais, é ratificar as características do Estado Penal de encarceramento em massa.

Diante dessa conjuntura atual do Brasil, nota-se que essas ações vão trazer aumento das desigualdades, da pobreza, da violência, em função da crise estrutural e, do descaso com as políticas sociais. Com isso, os assistentes sociais que são os profissionais que se inserem nesses espaços sócio ocupacionais, serão contratados pelo Estado para trabalhar com a seletividade e controle da pobreza, atuando em um ambiente de trabalho ainda mais precário. Soma-se a isso à constituição de um Estado Penal, que criminalizam os movimentos sociais, reprime o pensamento crítico e culpabiliza o indivíduo, encarcerando os pobres e rebeldes para manter a ordem burguesa.

2. A REALIDADE PESQUISADA: a caracterização do Centro de Atendimento Socioeducativo e o perfil dos adolescentes internos e respectivos familiares

Ao considerar o objetivo deste estudo investigativo que é analisar a efetividade da medida socioeducativa de internação para adolescentes em conflito com a lei, evidencia-se como um dos objetivos específicos “caracterizar o CASE/Abreu e Lima/PE e analisar o perfil socioeconômico dos adolescentes privados de liberdade nesse Centro e os seus familiares”, objeto deste Capítulo. Por conseguinte, está estruturado em três tópicos: as medidas socioeducativas, a caracterização do CASE/Abreu e Lima/PE (*locus* da pesquisa) e o análise do perfil dos adolescentes em conflito com a lei entrevistados e respectivos familiares.

No sentido de perseguir essa intencionalidade investigativa, desenvolveu-se uma pesquisa de campo cujos dados foram coletados junto a 25 adolescentes que se dispuseram a responder a entrevista. A amostra da pesquisa ocorreu por acessibilidade (GIL, 2002), visto que 05 (cinco) dos 30 (trinta) adolescentes se recusaram a participar por estarem em processo de transferência de Unidade.

No tocante ao perfil, esses socioeducandos foram entrevistados à luz de dois eixos investigativos: a caracterização do perfil dos adolescentes em torno da idade, existência de filhos, escolaridade, trabalho e uso de drogas; e, a caracterização do perfil das famílias desses entrevistados. A caracterização embasou-se nos dados sociodemográficos e socioeconômicos quanto à identificação dos adolescentes e à configuração familiar. No caso dos familiares, os dados vinculam à escolaridade e trabalho (do responsável), renda familiar e recebimento de benefício social e/ou previdenciário.

Como este Capítulo versa sobre a discussão conceitual das Medidas Socioeducativas, a caracterização institucional e a análise dos perfis dos socioeducandos e dos respectivos familiares, para esses dois últimos tópicos, foram levantados os dados quantitativos relativos ao perfil, agrupados e analisados estatisticamente mediante o uso de Tabelas, Gráficos e Quadros.

Para introduzir a discussão sobre a medida socioeducativa, optou-se pela breve análise conceitual mediante a recorrência de autores e da legislação que abordam essa temática.

2.1 As Medidas Socioeducativas: breves considerações conceituais

Com a aprovação do ECA, o adolescente que cometeu o ato infracional será responsabilizado através das medidas socioeducativas. Essas medidas se constituem parte do sistema de responsabilização jurídica especial, condicionada à garantia de direitos fundamentais e ao desenvolvimento de ações que visem à formação plena do adolescente julgado.

Os tipos de medidas impostas aos adolescentes que estão em conflito com a lei na faixa etária de 12 a 18 anos, estão elencados no Art. 112 do ECA, que são: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação. Salienta-se que a medida socioeducativa levará em conta as circunstâncias do ato infracional e a gravidade, portanto, não há uma determinada ordem para aplicação destas medidas.

A Advertência consiste em uma admoestação verbal, executada pela autoridade judiciária na audiência, por meio da explicação da ilegalidade do ato infracional cometido pelo adolescente, na presença dos seus pais ou responsáveis, na qual explicará as consequências da eventual reiteração da prática do ato infracional e/ou do descumprimento de medidas que tenham sido eventualmente aplicadas cumulativamente. O procedimento deverá ser reduzido a termo e assinado, como dispõe o Art. 115 do ECA. Essa advertência dirige-se ao adolescente que cometeu ato infracional de pouca gravidade e pela primeira vez.

A Obrigação de Reparar o Dano é uma medida que visa à restituição e/ou à compensação do prejuízo material dado pelo adolescente que cometeu ato infracional à vítima. Essa medida caracteriza-se pelo ato do adolescente em reconhecer o erro, e depois promover o ressarcimento do dano, sendo assim uma medida punitiva e também educativa. Essa reparação do dano deve ser cumprida pelo adolescente, e não por seus pais ou responsável, necessitando ser assim verificado, previamente, se aquele tem capacidade de cumpri-la, conforme o Art. 112 do ECA.

A Prestação de Serviços à Comunidade é a medida que possibilita o retorno do adolescente que cometeu ato infracional ao convívio com a comunidade de sua residência, por meio de tarefa ou serviços que serão prestados em locais como

escola, hospitais ou instituições semelhantes. Essa medida não excede a seis meses, na jornada máxima de 8 horas semanais e deve ser cumprida de forma que não prejudique a frequência escolar ou a jornada normal de trabalho. Para tanto, o adolescente não pode ser conduzido a exercer meros trabalhos em favor da comunidade, mas é orientado de acordo com suas habilidades e áreas de interesse, garantindo o caráter pedagógico da medida.

A Liberdade Assistida é a medida que designa um responsável para acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente através de programas pedagógicos que estabelecem metas a serem cumpridas pelo adolescente e pela instituição, na qual culminará no desenvolvimento de um relatório. Esse acompanhamento não é uma investigação, mas um apoio no desenvolvimento de habilidades, no aproveitamento escolar e na profissionalização. A Liberdade Assistida é fixada em pelo menos seis meses, podendo o prazo ser prorrogado. Importante mencionar que o orientador não deve substituir o papel que cabe à família ou responsável pelo adolescente.

A Semiliberdade é um tipo de medida socioeducativa realizada como forma de regime inicial para a internação ou como medida de transição do adolescente internado para o meio aberto, como explica o Art. 120 do ECA. Não há qualquer obrigatoriedade de o adolescente ao qual foi originalmente aplicada a medida socioeducativa de internação passe primeiro pela semiliberdade antes de ganhar o meio aberto. A autoridade judiciária não pode impedir a realização de atividades externas pelo adolescente que se encontra em regime de semiliberdade. A avaliação dessa medida segue os mesmos critérios da medida de internação.

A Medida de Internação - que é a medida analisada nesta pesquisa - é a medida que retira o adolescente que está em conflito com a lei do convívio com a sociedade. O período de internação deve ser analisado a cada seis meses, possuindo o prazo máximo de cumprimento de até três anos. Caso seja cumprida corretamente, ao atingir esse limite de tempo, deverá ser realizada a progressão para uma medida mais branda. A liberação compulsória do adolescente é aos 21 anos, e, esse fato ocorre quando o adolescente estava privado de liberdade antes de completar os 18 anos.

O Art. 121 do ECA sinaliza o entendimento da Política da Proteção Integral dado a essa medida quando afirma que “[...]a internação constitui medida privativa

da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento. ” (BRASIL, ECA, 2012, p. 21)

A brevidade significa que essa medida deve ser desenvolvida apenas no tempo necessário para a readaptação do adolescente que cometeu atos infracionais; a excepcionalidade da internação é explicada por ser imputada em último caso; e o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento predispõe a compreensão das condições subjetivas e concretas dos socioeducandos.

O ECA, em seu Art. 123, determina que a entidade de cumprimento dessa medida deva usar os critérios de idade, condição física e gravidade do ato infracional para separar os adolescentes internados, sendo obrigatórias as atividades pedagógicas. No Art. 124, do ECA, observa-se que várias são as garantias oferecidas aos adolescentes que cumprem medida de internação, dentre eles: direito ao conhecimento de sua situação processual, receber escolarização e profissionalização, ter assistência religiosa, receber visita semanalmente, realizar atividades culturais, esportivas e de lazer, e de ter condições dignas para a sua permanência.

Para as medidas socioeducativas se efetivarem, as entidades ou programas de atendimento responsável pelo adolescente precisa articular-se com as demais políticas sociais. A medida socioeducativa deve, sobretudo, proporcionar ao adolescente a possibilidade de projetar novas perspectivas na sua biografia.

2.2 Caracterização do Centro de Atendimento Socioeducativo: *locus* da pesquisa.

A Política da Criança e do Adolescente, em especial, as medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade no estado de Pernambuco é realizada pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE). Essa fundação é uma instituição pública estadual, de patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado de Pernambuco (SDSCJ). No Decreto Nº 39.268, de 12 de abril de 2013, nos termos do Art. 2º, ANEXO I, são competências da FUNASE:

I - planejar e executar as medidas socioeducativas de semiliberdade e internação relativamente aos adolescentes envolvidos ou autores de ato infracional; II - prestar atendimento inicial e internação provisória, visando à proteção integral e à garantia dos direitos fundamentais dos adolescentes envolvidos ou autores de ato infracional; III - desenvolver ações articuladas com outras instituições públicas e a sociedade civil organizada, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo– SINASE.

A FUNASE tem sua origem no antigo Serviço Social do Menor (SAM), órgão responsável pela assistência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no estado de Pernambuco, que na época era vinculado ao Juizado de Menores dessa Capital. Durante o regime militar, através da Lei Nº. 5.810/66, se tornou a Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM), respaldada pela Doutrina de Situação Irregular. Em 1975, vinculada à Secretaria do Estado de Trabalho e Ação Social, a FEBEM teve seu âmbito de ação ampliado, com a criação dos Núcleos de Prevenção, localizados em Recife, região metropolitana e interior do estado de Pernambuco.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trouxe avanços significativos para o atendimento especializado desse público alvo, passou a denominar-se Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC), através da Lei Complementar Nº. 03, artigo Nº. 17, de 22/08/1990, tendo como respaldo a Doutrina da Proteção Integral a faixa etária de 0 a 18 anos.

Em Pernambuco, a FUNDAC é reestruturada e redenominada, através da Lei Complementar nº 132, de 11 de dezembro de 2008, passando a designar-se Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE), que no início era vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSDH), na qual detém como finalidade a execução da política de atendimento aos adolescentes envolvidos ou autores de ato infracional, com privação ou restrição de liberdade. A execução fica sob responsabilidade de vários centros socioeducativos, são eles:

- Uma (01) Unidade de Atendimento Inicial – UNIAI, na capital pernambucana;
- Duas (02) Unidades de Internação Provisória, na capital (uma, para adolescentes do sexo masculino e uma, para o sexo feminino);

- Quatro (04) Unidades de Internação Provisória, no interior do estado pernambucano, seguindo os princípios da Regionalização do Atendimento, nos municípios de Caruaru, Arcoverde, Garanhuns e Petrolina;
- Quatro (04) Centros de Atendimento Socioeducativos, na capital e região metropolitana, sendo três masculinos (localizados em Abreu e Lima, Timbaúba e Cabo de Santo Agostinho) e um feminino em Recife;
- Quatro (04) Centros de Atendimento Socioeducativos, no interior do estado, seguindo os princípios da Regionalização do Atendimento, nos municípios de Caruaru, Arcoverde, Garanhuns e Petrolina;
- Oito (08) Casas de Semiliberdade, seguindo modelo residencial, em bairros residenciais, sendo três, na capital; uma na Região Metropolitana; e quatro, no interior do estado, seguindo os princípios da Regionalização do Atendimento, nos Municípios de Timbaúba, Caruaru, Garanhuns e Petrolina. Apenas com uma casa para o gênero feminino em todo estado de Pernambuco.

O Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) localizado em Abreu e Lima é a Unidade executora da medida socioeducativa de internação. Este Centro possui uma estrutura para comportar 98 adolescentes internos. Contudo, neste momento esse número só tem aumentado. No início deste trabalho o universo era de 205 adolescentes, mas hoje são 283 socioeducandos neste CASE.

Essa quantidade de adolescentes está sendo atualmente dividida por seis equipes, compostas pelos seguintes profissionais: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e advogados que atendem os adolescentes individualmente com frequência semanal. Ao iniciar esta pesquisa eram 7 equipes, mas devido a redução dos profissionais uma equipe foi fechada e os adolescentes foram encaminhados para outras equipes.

Destaca-se que essa redução no quadro funcional ocorreu também devido a ter alguns profissionais adoecidos diante da exposição ao risco que acontece na instituição. Importante também salientar que a quantidade de adolescentes por equipe está sendo bem superior ao que está previsto no SINASE, que são de 20 adolescentes por equipe técnica.

O Assistente Social está inserido nessas unidades de internação da FUNASE, através do Cargo de Analista em Gestão Socioeducativa, o qual tem como requisito a graduação nas áreas específicas (Serviço Social, Psicologia e Pedagogia) para compor a equipe interdisciplinar.

De acordo com a resolução do Conselho Federal do Serviço Social - CFESS Nº557/2009 em seu Art. 4º estabelece que o assistente social ao atuar em equipes multiprofissionais, deverá garantir a especificidade de sua área de atuação, bem como:

[...]compreender o indivíduo na sua dimensão de totalidade e, assim, contribuindo para o enfrentamento das diferentes expressões da questão social, abrangendo os direitos humanos em sua integralidade, não só a partir da ótica meramente orgânica, mas a partir de todas as necessidades que estão relacionadas à sua qualidade de vida (CFESS Nº557/2009)

O Serviço Social, sob as novas exigências do mercado de trabalho vai se redimensionando e se inserindo em várias áreas, sendo a socioeducação um dos campos de atuação mais desafiadores aos assistentes sociais, considerando a própria natureza do trabalho, em um local onde o indício de violações dos direitos humanos é evidente. Para isso esse profissional necessita ter as competências técnica-operativa, teórico-metodológica e ético-política frente aos desafios do cotidiano em uma Unidade de Internação.

O CASE Abreu e Lima possui em sua estrutura com dois espaços de alojamento para os adolescentes reclusos nesta Unidade. Existem as alas que ficam ao redor da quadra poliesportiva, que é onde comporta a maior parte dos adolescentes internos, conhecido como “quadrado”. Esse espaço possui cinco alas, que são subdividas em “celas”. Há também as alas externas, que um espaço menor para os casos dos adolescentes que não podem mais conviver no “quadrado”. Estas alas são conhecidas como “espaços de segurança”, pois estão os socioeducandos que se encontram em risco de morte.

Importante lembrar que próximo a equipe técnica há um quarto em que ficam os adolescentes com diagnósticos de transtornos mentais e os que estão com doenças físicas que impedem a convivência com os demais socioeducandos dos outros espaços. Na Unidade também há o refeitório e o

espaço para a escola, mas a estrutura é a mesma das alas com grades entre as salas. Há também um espaço chamado de auditório onde ocorre os cursos profissionalizantes, as atividades religiosas e os demais eventos deste Centro Socioeducativo. Por fim, tem as salas das equipes técnicas e das coordenações (técnica, administrativa e geral).

No tópico seguinte, explana-se sobre os dados referentes a amostra do perfil dos adolescentes privados de liberdade no Centro de Atendimento Socioeducativo do município de Abreu e Lima/PE.

2.3 PERFIL DOS SOCIOEDUCANDOS NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO E RESPECTIVOS FAMILIARES

Os sujeitos desta pesquisa são os adolescentes em conflito com a Lei que estão privados de liberdade no Centro de Atendimento Socioeducativo do Município de Abreu e Lima/PE. Para analisar as perspectivas desses sujeitos sobre a medida socioeducativa de internação – objeto do 3º Capítulo deste Trabalho – sentiu-se a necessidade de apresentar os dados que compõem o seu perfil a partir de dois eixos interpretativos, para melhor compreensão.

O primeiro eixo são os dados identitários dos sujeitos da pesquisa, na qual foram utilizadas as variáveis: idade, filhos, escolaridade, trabalho e uso de drogas.

E o segundo eixo interpretativo se analisa o contexto familiar dos adolescentes entrevistados a partir das variáveis: configuração familiar, escolaridade e trabalho do responsável, renda familiar e recebimento de benefício social/previdenciário.

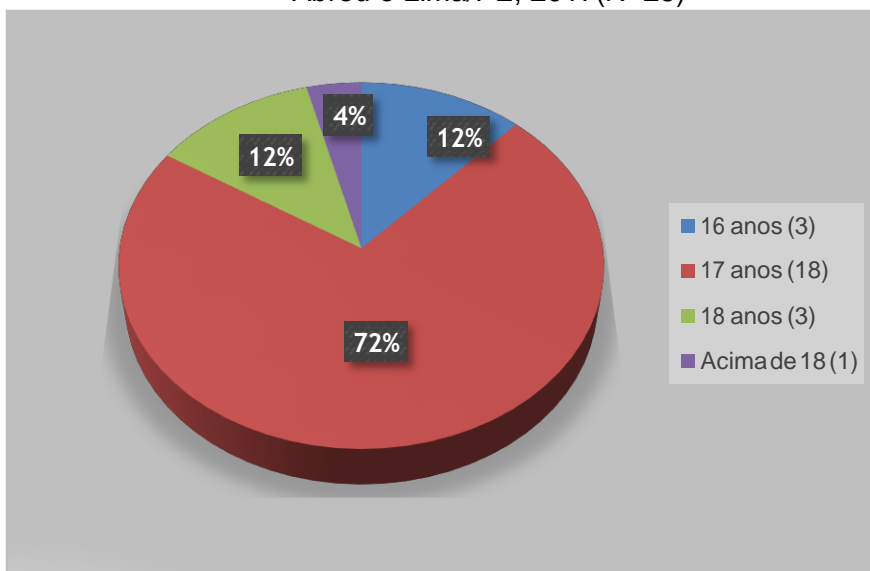
Os procedimentos metodológicos utilizados para análise desses eixos embasam-se na perspectiva quantitativa dos dados empíricos através da estatística descritiva com uso de Tabelas e Gráficos. Para Minayo (2000, p. 22) “[...] o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage, dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

2.3.1 Caracterização do Perfil dos Socioeducandos Entrevistados

Conforme se aludiu anteriormente, a caracterização da primeira dimensão investigativa do perfil dos sujeitos da pesquisa compõe-se dos dados sociodemográficos e socioeconômicos. No conjunto desses dados foram escolhidas as variáveis mais pertinentes à análise da temática deste trabalho, como: idade, existência de filhos, escolaridade, trabalho, drogas, situação de rua e instituições por onde passou.

Inicia-se a discussão sobre **a idade** dos sujeitos entrevistados, cujos dados estão apresentados no Gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Idades dos socioeducandos entrevistados no CASE.
Abreu e Lima/PE, 2017(N=25)



Fonte: Primária

Os dados desse Gráfico revelaram que a maior incidência refere-se a 18 (72%) dos entrevistados que possuem 17 anos. Esse dado é compreendido pelo fato de o CASE Abreu e Lima receber adolescentes a partir de 16 anos até 17 anos e 5 meses. Diante das transferências dos adolescentes entre as unidades, a faixa etária torna-se mais variada. Outro motivo de existir adolescentes de outras idades é o tempo da medida de internação que pode se estender até os 3 anos de privação de liberdade ou até 21 anos de idade; bem, como o reinício da medida quando o adolescente comete outro ato infracional dentro da Unidade que gera outra sentença de internação.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) criança é a pessoa até os 12 anos de idade incompletos e adolescente dos 12 a 18 anos de idade. Entretanto, em sequência, ressalva em parágrafo único que nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente o Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Vale destacar que as categorias adolescência e juventude, juridicamente, confundem-se e misturam-se em um determinado período da fase da vida, pois segundo o Estatuto da Juventude é considerado o termo 'jovem' as pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos. O Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013) dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

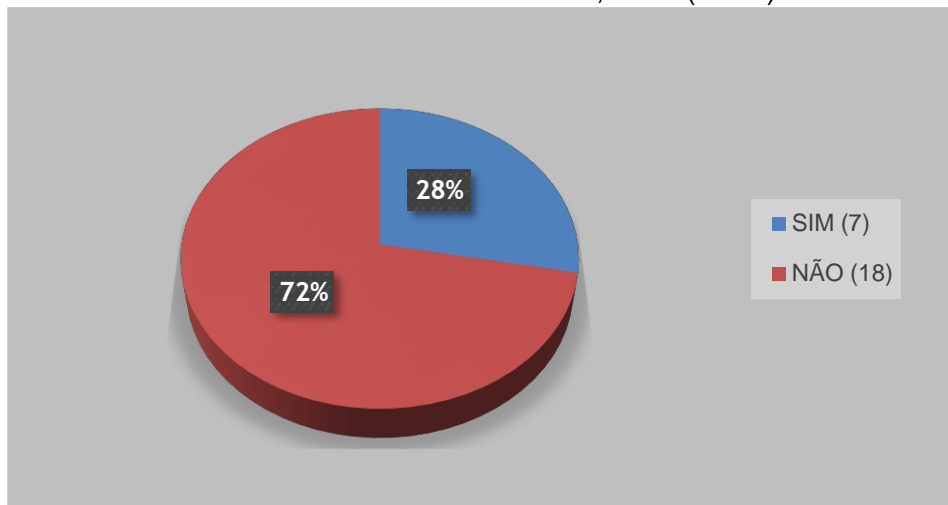
Dentre as demais providências, o Estatuto visa assegurar direitos históricos como a meia passagem e a meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de entretenimento; a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para jovens de baixa renda no sistema de transporte coletivo interestadual; entre outros direitos que fortalecem políticas específicas para essa faixa etária nas áreas de educação, saúde e emprego.

Compreende-se os termos adolescência e juventude têm sido discutidos e deixaram de ser vistos como algo supérfluo ou como apenas um "momento de passagem", para serem compreendidos como sujeitos protagonistas, conforme afirma Abramo (2003, p. 222):

hoje é difícil dizer que se resume à preparação para uma vida adulta futura: a juventude se alargou no tempo e no espaço social, e ganhou uma série de conteúdos próprios. Isto é, deixou de ser um momento breve de passagem, restrito às classes altas e médias, não só porque a educação foi largamente expandida, pois não é mais definida exclusivamente pela condição estudantil, mas por uma série de movimentos de inserção em diversos planos da vida social, inclusive no mundo do trabalho, na vida afetiva/sexual, na produção cultural, na participação social etc. Um momento, portanto, de intensa experimentação e de construção de caminhos de participação na sociedade; é ainda, um tempo de formação – mas não mais isolado da intensidade da vida social.

O próximo dado a ser analisado indica se os adolescentes pesquisados **possuem filhos** ou não.

Gráfico 2 – Existência de filhos segundo socioeducandos entrevistados no CASE. Abreu e Lima/PE, 2017 (N=25)



Fonte: Primária

Na leitura dos dados desse Gráfico, verifica-se que 7 (28%) dos 25 adolescentes possuem filhos. Apesar de não ser a maior parcela, este dado é significativo, ao considerar que os sujeitos da pesquisa são adolescentes do sexo masculino com a faixa etária predominante de 17 anos (72%).

Merece destaque que a gravidez precoce não é um problema exclusivo de adolescentes do sexo feminino. Não se pode esquecer que embora os rapazes não possuam as condições biológicas necessárias para engravidar, um filho não é concebido por uma única pessoa. E se é à menina, que cabe a difícil missão de carregar o bebê no ventre, o rapaz não pode se eximir de sua parcela de responsabilidade. Por isso, quando uma adolescente engravida, não é apenas a sua vida que sofre mudanças. O pai, assim como as famílias de ambos, também passa pelo difícil processo de adaptação a uma situação imprevista e inesperada.

Contudo, mesmo diante dessa mudança na vida dos adolescentes em questão, sabe-se que em uma sociedade machista a maior responsabilidade recai sobre as mães. São inúmeros os casos da paternidade ausente. Portanto, é fundamental um trabalho de ensino sobre sexualidade saudável e planejamento familiar dentro das Unidades de Internação.

Essa variável (adolescentes com filhos) foi posta propositalmente na pesquisa para se ter uma análise quantitativa dessa realidade, uma vez que é comum na rotina dos assistentes sociais na unidade de internação realizar os devidos encaminhamentos para providenciar os registros de nascimentos.

A gravidez precoce, a evasão escolar, a não inserção no mercado de trabalho, nem participação em algum programa de treinamento para o trabalho pelos adolescentes/jovens são características de um grupo representado pela sigla em inglês “NEET” (*neither in employment nor in education or training*), sendo no Brasil chamado de “nem-nem” (nem estudam, nem trabalham).

A inatividade desse público tem sido discutida para a implementação de políticas públicas específicas, representado pelo contingente de 5,3 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2012.

Diante desse contexto, a variável seguinte refere-se à **escolaridade** dos adolescentes entrevistados.

Tabela 1 – Nível de escolaridade dos socioeducandos entrevistados no CASE. Abreu e Lima/PE, 2017 (N=25)

ESCOLARIDADE	N	%
Não alfabetizado	4	16
Fase I	1	4
Fase II	2	8
Fase III	10	40
Fase IV	4	16
Fase Ensino Médio	4	16
TOTAL	25	100

Fonte: Primária

*NOTA: A divisão das turmas na escola instalada no CASE Abreu e Lima se processa na seguinte forma: Não alfabetizado; Alfabetizado até o 3º ano Fundamental (Fase I); 4º ao 5º ano Fundamental (Fase II); 6º ao 7º ano Fundamental (Fase III); 8º ao 9º ano Fundamental (Fase IV); 1º ao 3º ano do Ensino Médio (Fase Ensino Médio)

A escolha da pesquisadora pelos termos de escolaridade, se dar pela forma como os adolescentes internos no CASE Abreu e Lima estão matriculados. Essa divisão em fases é uma forma de agrupar os socioeducandos que estão em defasagem escolar. Pois, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos regulares no ensino

fundamental e médio na idade apropriada, sendo ofertado a jovens a partir dos 15 anos de idade através da Secretaria de Educação.

Considerando os resultados da Tabela e a partir das informações anteriores, contata-se a baixa escolaridade dos adolescentes entrevistados, na qual 40% está na Fase III (6º ao 7º ano do ensino fundamental). Se a esse percentual for somado os entrevistados inseridos nas Fases I e II, totaliza em 52%. Ressalta-se que a maior parte (72%) dos entrevistados possuem 17 anos, conforme o Gráfico 1.

Merece evidenciar ainda que nenhum adolescente pesquisado possui o Ensino Médio Completo, e que dos 25 adolescentes entrevistados apenas 4 estão cursando o Ensino Médio (16%).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no Art. 37, dispõe sobre a continuidade e o acesso aos estudos por aqueles que não tiveram oportunidade. Essa necessidade está em conformidade com a Constituição Federal de 1988, no seu Art. 208 onde “[...]o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria.” (BRASIL, CF, 1988, p. 95)

A evasão escolar e a reprovação são uma realidade presente nas escolas do Brasil. Uma pesquisa realizada pelo Movimento Todos Pela Educação com base na Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD, IBGE) de 2013, indica que a taxa de conclusão do ensino fundamental foi de 76%, e a do ensino médio de apenas 59%. Então, quatro em cada 10 jovens de 15 a 19 anos não concluem o ensino médio, ou seja, 45,7% dos jovens brasileiros não conseguem concluir o ensino médio até os 19 anos.

As causas são variadas, desde as condições socioeconômicas, culturais, falta de transporte escolar, necessidade de trabalhar, proibição dos pais de ir à escola ou mesmo falta de interesse frente aos aspectos pedagógicos, além da baixa qualidade das escolas. No arsenal de contramedidas do capital para preservar seu lucro está a mercantilização da educação, na qual o investimento em uma escola privada torna o ensino de maior qualidade, o que acaba contribuindo com a ampliação da desigualdade social.

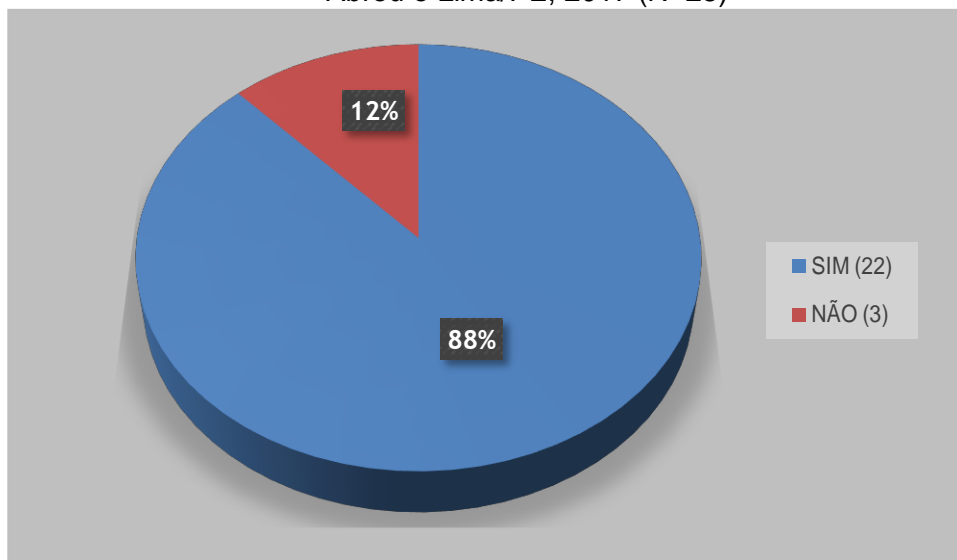
A matrícula e a frequência escolar são algumas das exigências para cumprimento das medidas socioeducativas, sendo requisitos para avaliar o

socioeducando na internação. Muitos dos adolescentes que estão em reclusão embora entendam a importância da educação básica, não se identificam com a vivência escolar, nem atribuem sentido aos conteúdos apresentados nessa instituição.

Afora essa realidade, ocorre que muitos dos adolescentes não frequentam às salas de aulas na Unidade, por medo de encontrar algum desafeto ou de estar em aula no momento que acontecer algum tipo de tumulto/motim. Dentre outras regras e códigos que são impostas entre eles mesmos. Desta forma, há uma inviabilidade de ser uma escola de ensino regular, pois é necessário se adaptar as circunstâncias de estar em uma Unidade de Internação.

Diante desse problema de descompasso entre idade e ano escolar, tem-se como resultante a dificuldade de inserção em programas e projetos de qualificação/profissionalização que exigem um mínimo de instrução escolar. Com isso, os adolescentes têm buscado como alternativa, a entrada em subempregos que requer pouco (ou nenhum) nível de escolaridade, conforme se pode verificar nos dados seguintes sobre **trabalho**.

Gráfico 3 – Acesso ao trabalho pelos socioeducandos entrevistados no CASE. Abreu e Lima/PE, 2017 (N=25)



Fonte: Primária

Na discussão desses dados, verifica-se que 22 (88%) dos 25 adolescentes que foram entrevistados já tiveram algum tipo de atividade laborativa, e que apenas três adolescentes nunca trabalharam, o que corresponde a 3 (12%) do total. Durante a entrevista foi possível observar um

dado instigante: os adolescentes que estão cursando o Ensino Médio são os que nunca trabalharam. Em outras palavras, conforme a Tabela 1 são quatro adolescentes que estão no Ensino Médio, entre estes, há três adolescentes que nunca trabalharam, apenas estudam.

O Trabalho Infantil no Brasil é o trabalho que é proibido para quem ainda não completou 16 anos. Mas, quando realizado na condição de aprendiz, é permitido a partir dos 14 anos. Se for trabalho noturno, perigoso, insalubre ou atividades da lista das piores formas de trabalho infantil (Lista TIP), a proibição se estende aos 18 anos incompletos. Nessa lista estão incluídas 93 atividades proibidas para menores de idade, conforme o Decreto nº 6.481/2008, de 12 de junho de 2008.

O ingresso no trabalho de forma prematura impossibilita a busca por uma vida melhor, ofuscando sonhos de milhares de crianças e adolescentes. O dilema dos adolescentes e jovens pobres é factual, porque precisam estudar para se preparar para o mercado de trabalho, que é cada vez mais qualificado, mas ao mesmo tempo precisam trabalhar para ajudar nas despesas familiares e também para obter certos tipos de produtos de consumo, impostos na atual sociedade capitalista. De modo geral, os adolescentes e jovens se submetem a trabalhos de extrema precariedade, conforme se pode verificar na Tabela seguinte.

Tabela 2 –Tipos de Trabalho dos socioeducandos entrevistados no CASE.
Abreu e Lima/PE, 2017 (n=22)

TIPO DE TRABALHO	n	%
Ajudante de Pedreiro	6	27
Ajudante no Lava-Jato	3	14
Ajudante na Oficina	3	14
Vendedor de Frutas	2	9
Vendedor/Entregador de Água e Gás	1	5
Auxiliar de Mecânico de Refrigeração	1	5
Auxiliar de Gesseiro	1	5
Ajudante de Carga/Descarga	1	5
Circo	1	5
Pesca	1	5
Marabalista no sinal	1	5
Serralheiro	1	5
TOTAL	22	100

Fonte: Primária

*NOTA: Essa Tabela totaliza em 22 por corresponder ao número de entrevistados que informaram ter realizado algum tipo de trabalho.

Segundo os resultados dessa Tabela, constata-se as profissões mais recorrentes (55%) são os de ajudantes de pedreiro, no lava-jato e na oficina. Nota-se ainda a presença de subempregos e trabalhos informais e precarizados, como ajudante de carga/descarga, vendedor de frutas, circo, pesca e marabalista no sinal.

Nos dados percebe-se que são atividades laborativas de baixa remuneração e de grande risco. Estes são uma forma de ajudar na remuneração de seu lar, auxiliando no trabalho de seus responsáveis, como no caso de ajudante de pedreiro, de gesseiro, na pesca e no circo que apontados posteriormente na Tabela 5.

Outro fator a assinalar é a presença de dois trabalhos que estão na lista das piores formas de trabalho infantil (Lista TIP). Refere-se ao item 52 da Lista que aponta o trabalho em serrilharia como prováveis riscos ocupacionais: “[...] a exposição a poeiras metálicas tóxicas, (chumbo, arsênico cádmio), monóxido de carbono, estilhaços de metal, calor, e acidentes com máquinas e equipamentos”, tendo como prováveis repercussões à saúde a “[...] neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; queimaduras; cortes; amputações; traumatismos; conjuntivite; catarata e intoxicações” (BRASIL, Decreto nº 6.481, p.3).

O item 13 dessa mesma Lista versa sobre a pesca (Na cata de mariscos) que tem como prováveis riscos ocupacionais: “[...] a exposição à radiação solar, chuva, frio; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos pérfuro-cortantes; horário flutuante, como as marés; águas profundas”, tendo como prováveis repercussões à saúde “queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; hipertemia; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; ferimentos; fadiga; distúrbios do sono; afogamento”. (BRASIL, Decreto nº 6.481, p.4).

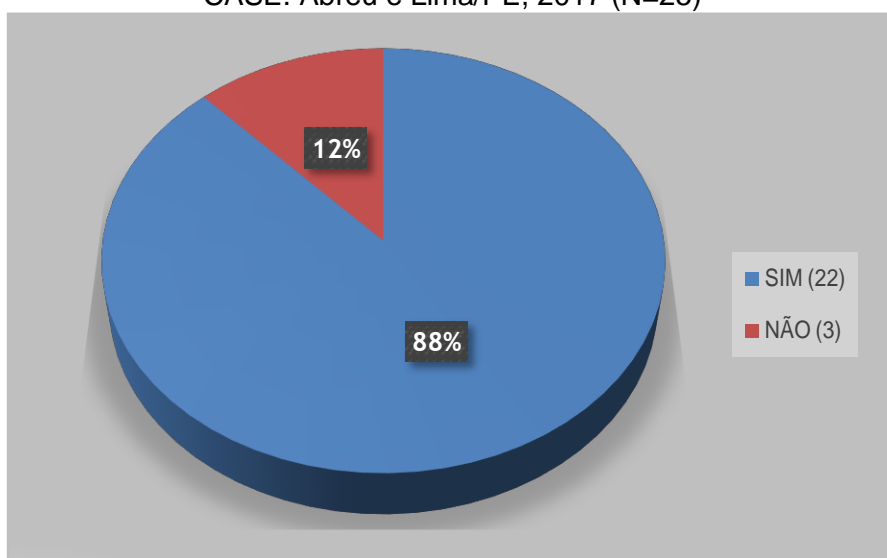
As consequências do trabalho prematuro para crianças e adolescentes são inúmeras. Além de ser motivo de evasão escolar, a torna vulnerável a futuros

problemas de saúde, assim como contribui para a reprodução do ciclo da pobreza da família, repetido de geração a geração.

Diante desse quadro, muitos dos jovens adentram nas atividades ilícitas para ganhar dinheiro de forma mais rápida, tendo acesso a grandes quantias de dinheiro como no tráfico de drogas, que permite ao indivíduo o acesso aos bens que pelo trabalho formal/informal levaria meses ou anos para conquistá-los.

O ingresso no mundo das drogas é algo que tem se tornado frequente entre os adolescentes, principalmente entre os que praticaram algum ato infracional, como se observa no Gráfico seguinte sobre o consumo de **drogas**.

Gráfico 4 – Socioeducandos usuários de drogas ilícitas entrevistados no CASE. Abreu e Lima/PE, 2017 (N=25)



Fonte: Primária

Ao analisar os dados desse Gráfico, comprova-se que 22 (88%) dos 25 socioeducandos entrevistados antes da apreensão estavam fazendo uso de algum tipo de substância psicoativa. Isto é, dos 25 adolescentes entrevistados, somente 3 (12%) afirmam que não estavam usando drogas.

A adolescência é uma fase de transição para a idade adulta. Trata-se de uma fase muito conturbada devido às várias mudanças no sistema biopsicossocial. Por conseguinte, é o período que fica mais propício a consumir drogas seja como mera experimentação (curiosidade) seja como fuga da situação de sofrimento social e emocional no contexto de vulnerabilidade familiar e também de desproteção por parte do Estado.

A droga aparece na adolescência muitas vezes também como uma ponte que permite o estabelecimento de laços sociais, propiciando ao indivíduo o pertencimento a um determinado grupo de iguais, ao tempo que buscam novos ideais e novos vínculos, diferentes do seu grupo familiar de origem. (JUSTINO, 2007, p. 31).

Como apresentado nos dados anteriores, além de ter que enfrentar o problema da falta de acesso à educação e ao mercado de trabalho, ao se submeter às precárias condições laborativas, o adolescente fica à mercê do que o capitalismo oferece para consumir, sendo o consumo de drogas um desses mercados que o adolescente busca refúgio. Sob a ótica capitalista, o consumo dessas substâncias psicotrópicas é um negócio rentável e lucrativo que movimenta alta quantia de dinheiro, mesmo essa mercadoria não sendo benéfica para a sociedade.

A problemática do consumo de drogas refere-se a uma concepção estrutural determinada socialmente pelo modo de produção capitalista. É necessária uma análise que considere todos os elementos presentes, o sujeito, a droga e o contexto, para não se incorrer no risco da supervalorização da droga ou a atribuição de um peso excessivo ao indivíduo. (SARTÓRIO, 2007, p. 81)

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), droga é toda a substância que introduzida no organismo vivo modifica uma ou mais das suas funções. A OMS ainda define o conceito de dependência como sendo um estado psíquico e por vezes físico, caracterizado por comportamentos e respostas que incluem sempre a compulsão e necessidade de tomar a droga, de forma contínua ou periódica, de modo a experimentar efeitos físicos ou para evitar o desconforto da sua ausência, podendo a tolerância estar ou não presente.

As drogas podem ser classificadas como depressoras, estimulantes ou perturbadoras da atividade mental. Além de provocar vários sintomas na saúde, essas substâncias também ocasionam mudanças de comportamento como instabilidade emocional marcada por momentos de passividade alternados com agressividade, isolamento, desmotivação pelas atividades escolares e esportivas, dificuldade de concentração e raciocínio, entre outros.

Diante desse contexto, aos socioeducandos que informaram estar utilizando alguma substâncias psicoativas (22 adolescentes), foram questionados quais eram as drogas utilizadas, conforme o quadro abaixo.

Tabela 3 – Tipos de drogas que já foram utilizadas pelos socioeducandos entrevistados no CASE. Abreu e Lima/PE, 2017 (n=22)

DROGAS	n	%
Maconha	21	98
Cigarro	18	90
Álcool	6	30
Cocaína	6	30
Ecstasy	5	25
Cola	4	20
TOTAL	22	100

Fonte: Primária

*NOTA¹: A questão foi aberta para múltiplas respostas.

NOTA²: Essa Tabela totaliza em 22 por corresponder ao número de entrevistados que informaram ter utilizado algum tipo de droga.

Conforme os dados dessa Tabela, nota-se que dos 22 adolescentes que informaram estar usando substâncias psicoativas antes da apreensão, 21 disseram fazer o uso da maconha. Logo após, verifica-se a presença das drogas “lícitas” tendo 18 adolescentes entrevistados declarado que usam cigarro e 6 demais tomam bebidas alcoólicas. Atesta-se ainda uma menor quantidade de adolescentes (4) que afirmam usar solvente (cola); afora 11 respostas que apontam drogas mais “pesadas” como: cocaína e ecstasy.

Cabe destacar que entre os socioeducandos reclusos no CASE/Abreu e Lima, há uma certa resistência e estigma aos que dizem ser usuários de cola e crack. Em detrimento de um certo “status” para os que dizem ser usuários de maconha. Essa informação detectada nos atendimentos técnicos é confirmada nos resultados da tabela apresentada. Segundo os adolescentes os “noiados” são os que usam a pedra do crack e também utilizam de forma pejorativa o nome “cheira cola” os que são usuários de solventes.

Sabe-se que superar a dependência química na adolescência é uma luta árdua que necessita da articulação do Estado, sociedade civil e família para intervenção e tratamento da maioria dos casos, como é discutido na Política Nacional Antidrogas (PNAD):

O Estado deve estimular, garantir e promover ações para que a sociedade (incluindo os usuários, dependentes, familiares e populações específicas), possa assumir com responsabilidade ética, o tratamento, a recuperação e a reinserção social, apoiada técnica e financeiramente, de forma descentralizada, pelos órgãos governamentais, nos níveis municipal, estadual e federal, pelas organizações não governamentais e entidades privadas. (BRASIL, PNAD, 2002, p.17)

No CASE/Abreu e Lima existe o Grupo de Orientação sobre Drogadição (GOD) que atua através da prevenção por meio de orientações sobre os efeitos das drogas. Esse grupo foi idealizado pelo Núcleo de Apoio à Prevenção Terapêutica a Drogadição de Adolescentes (NAPDT), que é um núcleo técnico da Vara da Infância e Juventude, organizado em conjunto com profissionais da FUNASE. Todavia, esse grupo possui limitações ao se deparar com impasses apresentados pela segurança da Unidade.

Considerando a importância da família na questão da drogadição e no acompanhamento da medida socioeducativa, se faz necessário um aprofundamento sobre a configuração familiar desses socioeducandos, através de um estudo sobre os dados sociodemográficos e socioeconômicos dos adolescentes entrevistados. Essa análise é fundamental, posto que na maioria das vezes a família é responsabilizada e culpabilizada por toda situação.

Porém, esse discurso do senso comum, em nenhum momento expõe as condições que muitas dessas famílias estão expostas, nas quais são vítimas de extrema pobreza ou estão inseridas no mercado informal de exploração do trabalho, sofrendo com a ausência de políticas públicas voltadas para garantia de direitos básicos e fortalecimento dos sujeitos.

2.3.2 Caracterização do Perfil das Famílias dos adolescentes entrevistados

O eixo interpretativo do perfil das famílias dos socioeducandos entrevistados está categorizado pelas seguintes variáveis: configuração familiar; trabalho do responsável; escolaridade do responsável; recebimento de benefício social ou previdenciário. Portanto, abre-se a discussão desse eixo a partir dos resultados da configuração familiar, que se inicia com a análise dos dados sobre as pessoas que o adolescente residia antes de sua apreensão, que indicam o modelo de família a que pertence, conforme a Tabela seguinte:

Tabela 4 – Modelos de configuração familiar dos socioeducandos entrevistados no CASE. Abreu e Lima/PE, 2017 (N=25)

TIPOS DE FAMÍLIAS	N	%
Família Monoparental*	11	44
Família Nuclear	5	20
Família Extensa	4	16
Família Substituta	2	8
Outro	3	12
TOTAL	25	100

Fonte: Primária

* NOTA: Evidenciou-se que as 11 famílias monoparentais são chefiadas por mulheres.

A família tem sofrido grandes mudanças ao longo do tempo. A estrutura familiar, que não é estática, sente os impactos das transformações societárias. Essa família é concebida a partir de um determinado contexto histórico e através das relações estabelecidas nos âmbitos públicos e privados, sendo apresentada como elemento central na garantia da proteção social, como mostrado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

A família, independente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social (BRASIL, PNAS, 2004, p. 41)

Considerando os diferentes formatos, foram adotados para esta pesquisa, os modelos reconhecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que são as três espécies de família: a natural, a extensa e a substituta. Entretanto, a família natural foi subdividida em: Família Monoparental e Família Nuclear. Essa subdivisão ocorreu para melhor compreensão dos próximos dados a serem apresentados. Logo, seguindo a sequência da Tabela 3, cita-se:

✓ Família Monoparental: é constituída por um dos pais e seus filhos. A Constituição Federal no Art. 226, § 4º reconheceu esse tipo de configuração familiar.

✓ Família Nuclear: é formado por um casal e seus filhos. Existe diferenças na opinião de alguns pesquisadores: algumas consideram apenas filhos biológicos, quer dizer, os genitores e seus descendentes, enquanto outros permitem o padrasto/madrasta e os filhos dependentes, incluindo enteados e filhos adotivos.

✓ Família Extensa: Também conhecida como Família Ampliada, no Art. 25 do ECA dispõe que “[...] é aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.” (BRASIL, 2012, p. 13).

✓ Família Substituta: é aquela que se forma mediante a guarda, tutela ou adoção. De forma excepcional, ocorre na hipótese da família de origem não possuir capacidade de garantir direitos e garantias decorrentes do princípio da proteção integral (maus-tratos, abandono, dependência a entorpecentes, orfandade, etc.).

De acordo com os dados da Tabela 3, verifica-se a predominância da família monoparental com 11 (44%) do total dos 25 entrevistados. A opção “Outro” são os dois casos dos adolescentes que residiam há mais de um ano sozinho e 1 adolescente que não possui nenhum familiar, estando no abrigo.

Com o advento do capitalismo, a família vivenciou significativas transformações nas suas formas tradicionais de se configurar, como é visto no resultado desta pesquisa que em que há uma presença marcante da família monoparental.

As novas configurações da família contemporânea – que é influenciada não somente pela afetividade, mas também pela economia e pelo mercado – estão descaracterizando a “constituição da família”, através do casamento, que de fato tem se modificado bastante [...] Com base na feminilização do trabalho, a antiga estrutura familiar – pai, mãe e filhos – está cedendo lugar as famílias monoparentais, sendo que a mulher tem assumido postos de trabalho, responsabilidades econômicas e afetivas na criação e educação dos filhos. (OLIVEIRA E SILVA, 2005, p. 48)

Na aproximação investigativa com a realidade vivenciada, constatou-se a presença constante da genitora no acompanhamento da medida socioeducativa de internação imposta aos seus filhos. Para fundamentar essa observação, os socioeducandos foram questionados quanto ao responsável pela chefia familiar que estava trabalhando para prover o sustento básico da família, conforme os resultados da Tabela seguinte sobre **trabalho dos responsáveis**.

Tabela 5 – Responsável que trabalha segundo os socioeducandos entrevistados no CASE. Abreu e Lima/PE, 2017 (N=25)

RESPONSÁVEL QUE TRABALHA	N	%
Genitora	11	44
Genitor	4	16
Padrasto	2	8
Avô	2	8
Irmão	1	4
Tio	1	4
Não têm responsável trabalhando	4	16
TOTAL	25	100

Fonte: Primária

Essa Tabela atesta que 11 (44%) dos 25 adolescentes pesquisados têm sua genitora como a responsável que possui alguma atividade laborativa, e que quatro (4) adolescentes possuem os parentes próximos como os responsáveis: avô (2), irmão (1) e tio (1), coincidindo com os dados em relação aos que estão na família extensa.

A inserção da mão de obra feminina nas atividades laborativas que ocorreu durante o período industrial não foi por acaso. Apesar de expressar uma conquista feminina, configura-se também como uma importante estratégia do capital para potencializar os lucros e reduzir custos no processo produtivo, uma

vez que o trabalho feminino se apresentava e ainda se revela como uma mão de obra mais barata em relação ao homem.

Outro dado relevante dessa Tabela refere-se aos quatro (4) adolescentes que não têm responsável trabalhando. Esse caso são dois (2) socioeducandos que há o rompimento dos vínculos familiares e que estavam morando sozinhos. Acrescenta-se que esses adolescentes não recebem visitas de familiares na Unidade, se restringindo apenas as visitas das companheiras. Os próprios jovens em questão eram os que sustentavam suas casas, ora através de trabalhos informais, ora através de atividades ilícitas.

Também há o caso de um (1) adolescente que não conhece nenhum familiar e que estava em situação de acolhimento institucional (abrigo) no período de sua apreensão. A outra situação é um (1) socioeducando em que todos os membros de sua família estão desempregados, na qual a subsistência está sendo precariamente provida através de benefícios sociais. Destaca-se que não houve o questionamento acerca da renda familiar pois, a maior parcela dos adolescentes não sabe informar o valor exato.

A seguir foi questionado quais os **tipos de trabalhos** realizados pelos responsáveis, cujos resultados apresentam-se na Tabela seguinte:

Tabela 6 –Tipo de trabalho dos responsáveis pelos socioeducandos entrevistados no CASE. Abreu e Lima/PE, 2017 (n=21)

TIPO DE TRABALHO DO RESPONSÁVEL	n	%
Serviços Gerais	6	29
Pedreiro(a)	4	19
Cozinheiro(a)	3	14
Técnico(a) de enfermagem	2	10
Vendedor(a)	2	10
Cuidador(a) de idosos	1	5
Pesca	1	5
Cortador(a) de cana	1	5
Atividade circense	1	5
TOTAL	21	100

Fonte: Primária

*NOTA: Essa Tabela totaliza em 21 por corresponder ao número de responsáveis pelos adolescentes que estão exercendo algum tipo de trabalho.

Ao realizar a leitura dos dados dessa Tabela, identifica-se que 48% dos responsáveis pelos adolescentes possuem a atividade laborativa em serviços gerais (29%) e Pedreiro(a) (19%). Ao ser realizado uma comparação com a Tabela 2 (Tipo de Trabalho dos Adolescentes Entrevistados), infere-se que também há a predominância no trabalho como pedreiro (27%).

Outros dados que chamam atenção são algumas atividades laborativas que também são comuns aos adolescentes entrevistados, quer dizer, trabalho em que o entrevistado realizava com sua família, como: pesca (5%) e a atividade circense (5%). Aponta-se ainda que não há nenhum trabalho em que é exigido o nível superior de escolaridade, mas é observado há trabalho em que é preciso ter concluído o nível técnico, como o técnico de enfermagem que representa 2 (10%) dos 21 responsáveis que trabalham.

As transformações no trabalho ocorridas no Brasil a partir da década de 1990, têm imprimido alterações substantivas e impactos perceptíveis no mercado de trabalho que atingem várias famílias e que precisam se submeter a trabalhos precários e informais para sustentar seus lares. Com a crise de 2008 até os dias atuais esse cenário se agrava causando muitos desempregos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da pesquisa PNAD, o índice de desemprego no Brasil atingiu 12,2% no trimestre encerrado em janeiro de 2018. Isso significa que 12,7 milhões de pessoas estão desempregadas no Brasil.

O contexto socioeconômico dos adolescentes entrevistados e suas famílias tem por base uma renda que depende de trabalhos manuais, não necessitando de um nível de escolaridade mais avançada, como se vislumbra na Tabela seguinte sobre **a escolaridade dos responsáveis**:

Tabela 7 – Escolaridade dos responsáveis pelos adolescentes entrevistados.
Abreu e Lima/PE, 2017 (N=25)

Escolaridade	N	%
Não alfabetizado	5	20
Ensino Fundamental Incompleto	7	28
Ensino Fundamental Completo	5	20
Ensino Médio Incompleto	2	8
Ensino Médio Completo	3	12
Ensino Técnico	2	8

Não se aplica	1	4
TOTAL	25	100

Fonte: Primária

Quanto às informações referentes à escolaridade dos responsáveis pelos adolescentes entrevistados, identifica-se que a maior prevalência (68%) está ou parou nos primeiros anos da escola, em outras palavras, estudaram até o ensino fundamental. Há 5 (20%) não alfabetizados, 7 (28%) com ensino fundamental incompleto e 5 (20%) que concluíram o Ensino Fundamental. Ressalta-se também que 2 (8%) possuem o Ensino Técnico concluído.

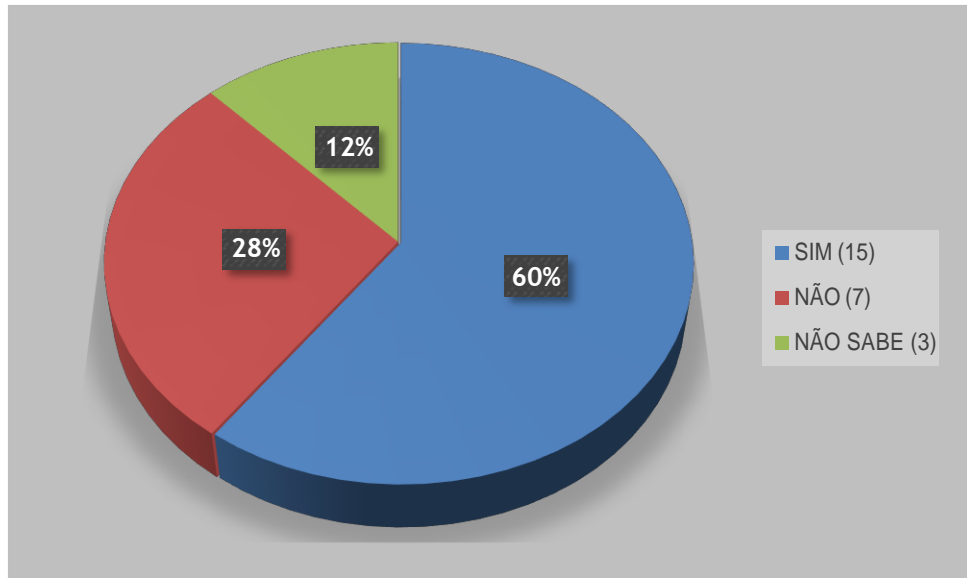
É preciso pontuar que apesar dessa pergunta ter sido dirigida à totalidade dos 25 adolescentes, a situação que não se aplica na Tabela se refere ao adolescente que estava no Abrigo que não tem informações quanto aos seus genitores.

Nesta pesquisa se verifica a baixa escolaridade tanto dos socioeducandos quanto das famílias representadas. Cabe repetir que essas informações não são para trazer culpabilização as famílias pela situação atual dos adolescentes que estão na medida socioeducativa de internação com defasagem escolar.

Na verdade, esses dados revelam que é necessário maior investimento do Estado uma vez que as histórias se repetem e a pobreza permanece. As “expressões da questão social” apresentam a intensificação das lutas coletivas nos diferentes espaços de organização e participação da sociedade civil e governamental, os quais são partes indispensáveis na defesa e na garantia de direitos das crianças e dos adolescentes.

Em face dos salários baixos provenientes de trabalhos informais, bem como a presença do desemprego no perfil das famílias, visto nas informações das Tabelas e Gráficos apresentados, existe a necessidade da complementação da renda através de benefícios pecuniários, na qual será o próximo dado a ser discutido que está relacionado às famílias que **recebem algum benefício social/previdenciário.**

Gráfico 5 –Nº de famílias que recebem algum benefício assistencial/previdenciário segundo os socioeducandos entrevistados no CASE. Abreu e Lima/PE, 2017 (N=25)



Fonte: Primária

Os resultados desse Gráfico revelam que 15 (60%) dos responsáveis pelos entrevistados possuem algum benefício assistencial/previdenciário. Essa informação é fundamental para aprofundar um pouco a análise acerca da renda familiar dos adolescentes entrevistados, uma vez que estes não sabem informar com precisão quanto é a renda por quantidade de salários mínimos.

Os benefícios assistenciais/previdenciários identificados pelos adolescentes entrevistados, que serão detalhados na próxima tabela são: o Benefício pecuniário proveniente do Programa Bolsa-Família (PBF), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Pensão por Morte e a Aposentadoria por Invalidez.

- ✓ O Programa Bolsa-Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza do Brasil, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade através da garantia à alimentação e o acesso à educação e à saúde.

As condicionalidades impostas por esse Programa são que as famílias extremamente pobres têm renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa e as famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00

por pessoa. Vale destacar que as famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. Para ter acesso a esse programa, é necessário que a família esteja inscrita no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal.

✓ O Benefício de Prestação Continuada (BPC), foi criado pela Lei 8.742/93, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garante um salário mínimo mensal para pessoas com deficiência e idosos que comprovem não ter condições de se manter financeiramente ou tê-la provida pela sua família. O benefício de prestação continuada não gera direito ao pagamento de 13º salário, nem direito ao benefício de pensão por morte para os dependentes da pessoa beneficiada pelo BPC.

✓ A Aposentadoria por Invalidez consiste em uma renda mensal que tem como objetivo substituir a remuneração do segurado que se encontre total e definitivamente incapacitado para o exercer a atividade que antes garantia a sua sobrevivência. Para isso é necessário que cumpra a carência mínima e tenha sido acometido de alguma incapacidade que o impossibilite para o trabalho.

✓ A pensão por morte é um benefício previdenciário pago aos dependentes do segurado do INSS, que vier a falecer, sendo substituidora da remuneração que o segurado falecido recebia em vida.

Diante dessas breves considerações, a próxima Tabela demonstra quantitativamente os benefícios recebidos, conforme aludido na Tabela a seguir:

Tabela 8 – Benefícios recebidos pelos responsáveis dos socioeducandos entrevistados no CASE. Abreu e Lima/PE, 2017 (n=15)

BENEFÍCIOS	n	%
Bolsa-Família	10	66
BPC	3	20
Aposentadoria (Invalidez)	1	7
Pensão por morte	1	7
TOTAL	15	100

Fonte: Primária

*NOTA: Essa Tabela totaliza em 15 por corresponder ao número de responsáveis pelos adolescentes que recebem os benefícios assistencial e/ou previdenciário.

Na leitura dos dados dessa última Tabela verifica-se que a maior porcentagem (66%) dos responsáveis correspondem aos que recebem o Bolsa-Família, sendo em seguida o Benefício de Prestação Continuada (BPC) com 3 (20%) do total.

Algo importante a ser considerado é a desconstrução de alguns mitos que prevalecem no senso comum acerca do Programa Bolsa-Família, pois uma parcela da sociedade considera que o valor recebido está produzindo pessoas que não querem trabalhar, chamados de forma pejorativa de “vagabundos”.

Conforme apresentado ao longo deste estudo, a inserção no mercado de trabalho qualificado tem se tornado cada vez mais difícil, ainda mais para os pobres que não podem ter acesso à educação, tendo que muitas vezes se submeter as atividades informais para poder sobreviver.

O Programa Bolsa Família é uma forma paliativa de transferir renda a essas famílias, para que os mesmos possam buscar outras alternativas e permanecer nas escolas. Nesse Programa também há pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho, mas que a renda não tem sido suficiente para a subsistência familiar, conforme os critérios apresentados anteriormente.

Diante desse contexto, é preciso erradicar o discurso enviesado de teor elitista e conservador que é algo para sustentar os que não procuram emprego, assim como a falácia que as pessoas querem viver apenas dessa renda ao aumentar a quantidade de filhos. O programa garante uma renda extra de apenas R\$ 35 mensais para a criança nascida, um valor que dificilmente compensa a geração de mais filhos. Então mesmo que não seja a solução para a pobreza, que tem sua raiz na relação capital x trabalho, esse programa tem suas contribuições no que tange à superação da extrema pobreza e na redução do trabalho infantil.

Por fim, a análise dos dados demonstrados nos gráficos e tabelas neste Capítulo indicam que os adolescentes entrevistados mesmo possuindo suas biografias diferenciadas, possuem nos seus perfis algumas características comuns: a maior parte desses socioeducandos entrevistados possuem 17 anos, estão em defasagem escolar (6º e 7º ano), já exerceram alguma atividade laborativa informal, assim como seus responsáveis.

Também foi possível analisar que a maior parte vem de uma família monoparental, tendo a sua genitora como a responsável que trabalha em um

emprego manual que não exige uma escolaridade avançada, e/ou são dependentes de algum benefício assistencial/previdenciário para contribuir na renda familiar.

Traçar esse perfil generalizado possui significância, pois a medida socioeducativa de internação tem sido aplicada na maior parte para adolescentes pobres que são moradores da periferia. Mesmo com a amostra pequena diante da realidade dos centros de internações no Brasil, esses dados sinalizam a presença do Estado Penal que encarcera os que possuem baixa renda, ao invés de trazer políticas que previnam as circunstâncias que possam gerar atos infracionais.

Sobre esse assunto, será discutido no próximo Capítulo que irá tratar sobre a análise acerca do ato infracional e da medida socioeducativa de internação, trazendo aspectos que analisam sua efetividade sob a perspectiva dos adolescentes que estão reclusos no Centro de Atendimento Socioeducativo. Dessa forma, trata-se de examinar as questões discursivas em que se pretende afirmar ou não a hipótese deste estudo.

3. A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: uma análise a partir das perspectivas dos socioeducandos entrevistados no CASE

O terceiro Capítulo trata da análise das questões discursivas referentes às percepções dos socioeducandos entrevistados acerca da medida socioeducativa de internação, considerando os parâmetros dispostos no SINASE e no ECA. Em torno dessa perspectiva, pretende-se confirmar ou não a hipótese deste estudo que apresenta a seguinte formulação: a lógica do Estado neoliberal (Estado mínimo) brasileiro, urdido em defesa dos interesses do grande Capital, incide sobre a precarização das Políticas Sociais no atendimento das necessidades da população. Inserida nesse contexto conjuntural, a medida socioeducativa adquire uma conotação repressora, inerente à conformação de Estado policial, que se afasta da garantia de direitos sociais ao criminalizar os adolescentes em conflito com a lei.

Em face da complexidade do objeto dessa pesquisa, optou-se pelo uso de metodologias quanti-qualitativas. No Capítulo anterior adotou-se a metodologia quantitativa de análise dos dados para discutir as questões objetivas, em que se recorreu à utilização de Tabelas e Gráficos. Neste Capítulo, escolheu-se a metodologia qualitativa de análise dos dados para poder interpretar as questões subjetivas realizadas nas entrevistas, relatando os depoimentos dos adolescentes privados de liberdade. Dessa forma, elegeu-se a análise de conteúdo que, para Bardin (2011, p. 47) significa:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para realizar a análise de conteúdo por categorização temática, as respostas obtidas nas entrevistas foram agrupadas por similitudes e destacando-se as principais (as mais incidentes), sendo o sujeito pesquisado identificado por um número para garantir o anonimato. Durante o desenvolvimento da pesquisa não houve resistência dos socioeducandos para responder, diante do contato direto da pesquisadora em sua rotina de trabalho.

Essa situação é baseada na experiência da pesquisadora com o perfil do público-alvo, considerando que os adolescentes que cometeram ato infracional necessitam de um tempo para criar vínculo com a equipe de modo a poder compartilhar sua história de vida e responder aos questionamentos propostos pelo instrumental da pesquisa de forma fidedigna. Esse critério torna os resultados da pesquisa mais próximos da realidade, uma vez que a pesquisadora tem ainda como atribuições a visita domiciliar e o atendimento às famílias.

Durante a entrevista foi utilizado inicialmente o gravador para ter a maior exatidão das respostas no momento de transcrevê-las. Contudo, diante do contexto de estarem privados de liberdade, alguns adolescentes recusaram, o que fez a pesquisadora descartar esse instrumento de coleta de informação nas últimas entrevistas.

Ratifica-se que a participação na pesquisa se deu mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou Termo de Assentimento (TA), aprovados pelo Comitê de Ética do CCS na UFPB. Diante das gírias apresentadas nas falas dos socioeducandos entrevistados, foi optado pela pesquisadora explicitar entre parêntese o significado da palavra para melhor compreensão do leitor.

Para realizar a categorização dos trechos das entrevistas, as perguntas foram classificadas em quatro subcategorias ou eixos investigativos, a saber: a privação de liberdade e a convivência familiar; a rotina institucional e as atividades pedagógicas; o ato infracional e suas causas; e, por fim, a função da medida socioeducativa de internação.

3.1 Tempo de privação de liberdade na medida de internação

A discussão desse eixo investigativo envolveu duas variáveis: a reincidência dos socioeducandos e o tempo de privação de liberdade.

Para iniciar a análise sobre a medida socioeducativa de internação, os adolescentes entrevistados que estão privados de liberdade no Centro de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco foram questionados acerca da sua **reincidência nesta medida**. As respostas demonstram que 10 dos 25 adolescentes (40%) passaram pela medida internação anteriormente. Portanto,

para esta pesquisa foi considerado a reincidência por medida socioeducativa, não por ato infracional, uma vez que muitos haviam já passado por outros tipos de medidas ou até mesmo receberam a remissão.

A reincidência na medida socioeducativa de internação para adolescentes em conflito com a lei é um tema complexo e multifacetado, que precisa de uma análise aprofundada. Contudo, sabe-se que o Estado tem o dever de fomentar ações que desestimulem a prática desses atos infracionais, por meio de políticas públicas mais efetivas.

Com estabelecimentos educacionais de internação precários e superlotados, torna-se fragilizado esse retorno ao convívio familiar e comunitário. O uso excessivo, e por vezes desnecessário, da aplicação da medida de internação ao invés de outras medidas em meio aberto tem contribuído para essa superlotação que não favorecem a prevenção da reincidência na medida.

A reiteração no ato infracional que causa a reincidência revela a falha no sistema socioeducativo, diante da fragilidade na rede de acompanhamento ao adolescente em conflito com a lei. É fundamental que o Estado ofereça melhores condições de vida para os seus egressos, pois ao minimizar os investimentos nas políticas educacionais, assim como ao reduzir os postos de trabalho diante da reestruturação produtiva favorece esse retorno aos atos ilícitos.

Sabe-se ainda que nesses ambientes de privação de liberdade, o crime organizado encontra espaço para se fortalecer e desenvolver suas atividades. O Estado por não oferecer atividades educacionais com vagas suficientes, assim como não ofertar uma estrutura adequada, de forma que ocorra a separação dos adolescentes reclusos por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração - conforme preconiza o Art. 123 do ECA - tem contribuído que alguns socioeducandos retornem mais revoltados para o convívio social. Pois, para garantir sua própria sobrevivência, os adolescentes primários e com atos mais leves, acabam se submetendo à hierarquia das facções presentes nessas Unidades de Internação.

Essa não é uma lista exaustiva dos fatores que levam os adolescentes ao retorno à Unidade de Internação, pois a reincidência é multifacetada. Porém, essas questões perpassam pela discussão da desigualdade social diante da

contradição capital x trabalho, assim como do debate acerca do Estado Penal no encarceramento em massa.

Dessa feita, depois de questionados sobre a reincidência, os adolescentes responderam sobre o **tempo de privação de liberdade na atual medida de internação aplicada**. Por ser uma pergunta subjetiva, alguns entrevistados responderam detalhando os dias, mas a resposta foi agrupada pela pesquisadora para melhor compreensão do leitor. Assim, as respostas foram divididas entre os adolescentes que estão na internação: há menos de seis meses, os que estão de seis meses a um ano e os que estão há mais de um ano.

A medida socioeducativa de internação, segundo o Artigo 42 do ECA, é uma medida que deve ser reavaliada no máximo a cada seis meses e possui o tempo limite de três anos. Dessa maneira, há casos que o adolescente tem na sua sentença uma redução de prazo de avaliação que em vez de ser semestralmente, passa a ser quadrimestral, trimestral ou bimestral. Isso vai depender do ato infracional praticado ou do tempo já cumprido pelo adolescente na instituição com bom comportamento.

Considerando essa subdivisão, foi possível analisar que há 6 dos 25 socioeducandos entrevistados (24%) que estão privados de liberdade há menos de seis meses.

- **“Estou há um mês e dois dias nesse lugar. Não sei quando vou sair, nem porque tô pagando por um ato que cometi em 2014, pô! Eu tava de boa no mundão, tava no trampo (trabalho) para sustentar meu filho. Um mês parece uma eternidade sem ver meu filho.”** (Entrevistado n° 3)

- **“Estou aqui há 27 dias. Vou ficar 90 dias nesse castigo. Espero que não tenha rebelião”.** (Entrevistado n° 14)

A fala do socioeducando entrevistado n°3 mostra a necessidade de compreender o que de fato se constitui a medida socioeducativa. O lapso temporal do ato infracional até a aplicação da medida revela o inquietante contrassenso ao princípio da proteção integral do adolescente, adotado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A medida socioeducativa apesar de ter o viés responsabilizador, apresenta um caráter eminentemente pedagógico, para que não ocorra a reiteração do ato infracional.

O socioeducando entrevistado nº14 é um caso de internação-sanção. Essa internação, diferente da internação provisória e da definitiva, é o meio legalmente previsto para casos que há regressão de uma medida anteriormente aplicada. Em outras palavras: quando for reiterado o descumprimento da medida socioeducativa de meio aberto ou de semiliberdade, é possível que o juiz determine a internação-sanção pelo prazo máximo de 3 meses, conforme disciplina o Art. 122, §1, do ECA, em que deverá ser observada o devido processo legal, no qual ao adolescente é garantido o contraditório e a ampla defesa.

Há também aqueles adolescentes que estão de 6 meses a um ano privado de liberdade, que corresponde a 9 dos 25 socioeducandos (36%). Esses adolescentes já foram avaliados por meio de relatórios da equipe técnica que o acompanha. Dessa feita, observa-se nas falas abaixo a exposição da manutenção como resposta do Juiz a sua situação jurídica.

- “Aqui estou há dois meses, mas no total tenho onze meses de cadeia (privação de liberdade), porque já vim transferido. Tô ciente que aqui também não vou ficar muito tempo por causa do meu B.O (ato infracional)... aí vou rodar.”
(Entrevistado nº 11)

- “Oito meses nesse lugar! Recebi a manutenção mesmo fazendo os cursos, indo à escola e me comportando. Só penso no próximo relatório porque boto fé que vou sair nesse.” (Entrevistado nº15)

- “Estou há seis meses e dez dias aqui, recebi mais seis. Agora não quero mais nem saber de resposta dos outros relatórios porque sei que vou tirar os três anos mesmo por causa do meu B.O” (Entrevistado nº 16)

O trecho descrito da resposta do entrevistado nº 11 revela a dificuldade apresentada pelos socioeducandos que cometem atos infracionais que não são aceitos pelos outros adolescentes, que são os de cunho sexual ou de violência contra a própria família, passando a ser chamados pejorativamente de “amaldiçoados”. Assim, esses casos excepcionais ficam em alas de segurança para resguardar a sua integridade física, podendo gerar várias transferências caso seu ato infracional seja exposto para os demais.

Nas falas dos adolescentes entrevistados nota-se a ênfase da resposta do “relatório” que tanto pode ser a manutenção, a progressão ou até mesmo a extinção da atual medida. Esse dado é percebido no cotidiano dos atendimentos a esse público-alvo, como é verificado na resposta do Entrevistado nº16 ao detalhar a quantidade de dias de privação de liberdade. A ansiedade apresentada nas falas dos adolescentes atendidos é uma constante e faz parte do processo de desenvolvimento.

A adolescência é uma fase da vida em que se desenvolve um conjunto de mudanças biológicas, físicas, psicológicas e social do indivíduo. Nesse período eles enfrentam realidades diferentes das que já encararam quando crianças e diante dessa situação, reagem e sentem-se ansiosos e, por vezes agressivos, principalmente quando tratam da liberdade. Esse termo (liberdade) possui uma conotação de suma importância para os que vivem reclusos, submetendo-se a todos os tipos de regras para sua sobrevivência.

Contudo, verifica-se que apesar da medida socioeducativa ter um cunho predominantemente pedagógico, a medida de internação tem sido mantida pelos magistrados pelo nexos entre tempo e ato infracional, desconsiderando outros fatores que (des)favorecem a progressão da medida para uma mais branda. Essa situação é observada no discurso do entrevistado nº 15.

Ainda sobre o tempo de internação há 10 dos 25 socioeducandos entrevistados (40%) que estão privados de liberdade há mais de um ano. Em outros termos: ao analisar o perfil, atestou-se que a maior parte (76%) dos entrevistados já está reclusa há mais de seis meses, ou seja, receberam manutenção de medida e estão em processo de reavaliação. Esse tempo é suficiente para trazer considerações importantes para embasar a análise da medida socioeducativa.

- **“Dois anos aqui, né? Sabe quantas rebeliões e mortes já vi? O sistema é cruel, só sabe quem passa... Tem que saber entrar e sair na humildade.”** (Entrevistado nº 5)

- **“Estou há um ano e dez meses aqui. Pensei que ia sair no primeiro relatório, mas peguei B.O na ala sem ter feito nada. Não gosto de relatório, só cria expectativa *frojada (falsa)* no cara. Já sei que vou ficar os três anos mesmo.”** (Entrevistado nº10)

- “Estou há um ano e dois meses nesse *presídio* (Centro Socioeducativo). A fim de ir para rua. Faço de tudo para vê o *mundão*! Fico feliz até quando vou para as audiências e na UPA. Todo dia a mesma coisa: vejo os caras saindo e fico só *castelando* (pensando) de como as coisas vão tá diferente quando eu sair, porque a maioria dos meus comparsas ou tão preso ou *morreram*.” (Entrevistado n°24)

As falas desses socioeducandos que estão privados de liberdade há mais tempo no CASE/Abreu e Lima (mais de um ano) indicam a presença de aspectos negativos em relação à medida de internação, como rebeliões, mortes, aquisição de novos processos com outros atos infracionais, e até mesmo a necessidade constante de ir para rua. Diante dessas consequências se entende que a internação deve ser mantida pelo menor tempo possível, de acordo com o princípio da brevidade como previsto no Art. 121 do ECA.

As rebeliões são situações que têm se tornado comum nos presídios para adultos, assim como nos estabelecimentos educacionais para os adolescentes apreendidos. Esses lugares de reclusão têm como realidade as condições subumanas, a precariedade e a violência.

As causas para rebeliões podem ser diversas desde de reivindicações por melhores condições de alimentação e habitabilidade, até situações de conflitos entre facções por consumo de drogas e “manutenção de poder”. As privações materiais continuam a ser impostas aos presos no Brasil. Porém, a maior parte das prisões brasileiras vem funcionando com um mínimo de controle por parte do Estado, sendo então dirigidas pelos próprios presos.

O Estado tem investido pouco no quantitativo de agentes penitenciários e/ou socioeducativos, assim como em formação continuada e melhores salários para os mesmos. Situações como essas favorecem o fortalecimento de lideranças dentro dos presídios/estabelecimentos educacionais para a obtenção do controle daquele “território”, reproduzindo o que ocorre nas comunidades.

Portanto, é no curso das disputas pelo controle “do poder”, de ter liderança, que muitas das rebeliões, violências e mortes impostas aos desafetos ocorrem, gerando o crescimento dos grupos organizados nesses ambientes. E, é em torno dessas questões que a manutenção da medida socioeducativa, e até mesmo a proposta de aumentar o tempo da medida para oito anos é falha, pois não vai melhorar o quadro do sistema carcerário e/ou socioeducativo. Ao contrário do que a sociedade pensa que quanto mais sofrido for a reclusão menor

será a chance de reincidência, uma vez que é no bojo das situações vivenciadas diariamente em Unidades de Internação que muitos adolescentes saem mais revoltados reproduzindo a violência sofrida nesses ambientes.

3.2 Convivência familiar na medida de internação

A partir do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), em 2006, rompeu-se com a perspectiva predominante de institucionalização de crianças e adolescentes por reconhecer o paradigma da proteção integral, no qual se compreende o desenvolvimento da criança e adolescente a partir da convivência familiar e comunitária. Assim, o segundo eixo investigativo desta pesquisa trata da importância da família no acompanhamento da medida socioeducativa de internação.

A família passa a ocupar o centro das políticas de proteção social, necessitando de apoio para desenvolver seu potencial protetivo, independente das alterações e mudanças nas composições e arranjos familiares com as quais nos deparamos na contemporaneidade. (CARVALHO, 2008, p. 269)

O PNCFC defende o investimento nas políticas públicas de atenção à família, em termos da prevenção do rompimento dos vínculos familiares, compreendendo a necessidade do acompanhamento nos serviços de acolhimento institucional para que haja um retorno eficaz ao convívio com a família de origem.

O SINASE foi construído em consonância com o ECA e o PNCFC, sinalizando a corresponsabilidade da família, da sociedade e do Estado para a efetivação dos direitos fundamentais dos adolescentes que cometeram ato infracional. É imprescindível entender o papel dos familiares na socioeducação, bem como a necessidade de garantir condições necessárias para o cuidado dos socioeducandos a partir de programas e atividades que garantam a presença dos membros da família no cotidiano dos adolescentes que cumprem tais medidas.

Nesse entendimento, faz-se necessário conhecer o contexto social e apostar nas potencialidades da família para o enfrentamento dos problemas vivenciados diante da aplicação da medida socioeducativa de internação a um adolescente. Essa situação é planejada antecipadamente e está posta no Plano Individual do Adolescente (PIA) para ser desenvolvido no decorrer da atual medida.

Em torno da **importância da convivência familiar no acompanhamento da medida socioeducativa de internação**, os socioeducandos entrevistados foram questionados de quem eles recebem visita e qual a importância para eles. Constatou-se que 16 dos 25 adolescentes (64%) recebem visita com regularidade da genitora, o que ratifica os dados da Tabela 4 no capítulo anterior que informa sobre quem é o responsável pela família, como se constata nos fragmentos das falas a seguir:

- **“Recebo visita da minha mãe duas vezes na semana e ainda quero ligar para ela nos dias que me chama para atendimento, porque preciso saber se está tudo bem com ela”**. (Socioeducando Entrevistado nº4)

- **“Tenho visita da minha mãe toda semana. Minha mãe é minha rainha, por isso fiz essa tatuagem com o nome dela, *olha aqui!* Quando todos me abandonaram, ela *tava ali comigo*”**. (Socioeducando Entrevistado nº 9)

- **“Minha mãe sempre vem me visitar para saber como estou aqui. Amor mesmo é só de mãe. Vejo os caras que não têm visita aqui da mãe, vai sair é pior”**. (Socioeducando Entrevistado nº 17)

Nos fragmentos dessas falas é possível observar que para os socioeducandos entrevistados a visita da família na Unidade de Internação é de suma importância. Ressalta-se ainda, o vínculo afetivo com a genitora, conforme presente nas falas.

Diante dessa realidade, a equipe técnica que acompanha os socioeducandos, principalmente o assistente social, tem como função orientar as famílias dos adolescentes no sentido de fortalecer os vínculos, bem como sinalizar a implicação da responsabilidade familiar no acompanhamento e apoio aos mesmos.

Contudo, sabe-se que nem sempre a família se configura protetiva, pois existem problemáticas como alcoolismo, violência doméstica, maus tratos e abusos à população infanto-juvenil que se apresentam no seio familiar, necessitando de intervenções da equipe técnica por meio de encaminhamentos aos equipamentos sociais responsáveis.

Não se deve ignorar as violações de direitos que ocorrem nas famílias, mas também é preciso considerar as condições estruturais em que estão submetidas. De acordo com Teixeira (2006, p. 440), "[...] para muitas crianças e adolescentes a família é espaço das primeiras experiências de abandono, vitimização e violência".

É comum atender nesse espaço organizacional, famílias que se encontram com vínculos rompidos ou fragilizados, sendo imprescindível a articulação de Políticas Sociais para que haja a reinserção familiar e comunitária de maneira que se permita evitar a reincidência do adolescente à medida de internação.

Ainda em relação à importância do acompanhamento familiar na Unidade, 4 (16%) dos 25 adolescentes afirmaram que não recebem visita como se vislumbra nos trechos seguintes:

- “Não recebo visita aqui, né? Minha mãe morreu quando eu era pequeno. Só tenho uma irmã, mas nem sei por onde ela anda. Queria tanto saber dela... Meu pai, eu não conheço. A única pessoa que posso ligar é para a tia que cuidou de mim, mas ela já é velhinha e não pode vir aqui”
(Socioeducando Entrevistado nº2)

“Tô sem receber visita desde que cheguei aqui. Minha família viaja muito por causa do circo. E também para vir visitar aqui tem que ter dinheiro. Por isso peço *meu bonde* (transferência) para mais perto de onde eles ficam e meu irmão mora” (Socioeducando Entrevistado nº8)

- “Eu recebia visita da minha mãe, né? Só que agora ela tá sem saúde e sem dinheiro para vir. Ainda bem que o dinheiro do estágio vai ajudar ela. Quando eu sair, vou cuidar dela.” (Socioeducando Entrevistado nº 18)

Considerando as falas desses socioeducandos, nota-se como a ausência familiar traz consequências negativas no desenvolvimento da medida internação imposta ao adolescente. Situações como essas são corriqueiras em uma

unidade de privação de liberdade, seja por motivos de orfandade, doenças e/ou situações financeiras precárias que prejudicam o deslocamento para a visita, e até mesmo descrença por parte de familiares na mudança de comportamento do adolescente, sobretudo quando é reincidente na internação ou cometeu um ato muito grave.

Há também casos de familiares que se tornam adoecidos devido ao sofrimento das situações de perigo vivenciadas pelos seus adolescentes ao longo de todo o processo de envolvimento com a prática dos atos infracionais, e que agora temem a permanência dos mesmos nas unidades, visto o cotidiano de rebeliões e mortes de adolescentes ocorridos nesses ambientes.

Assim como é comum, familiares recusarem realizar a visita com frequência diante da revista íntima vexatória, sendo obrigados a se despir para que haja a busca de drogas, celulares e objetos que têm a entrada proibida nas unidades. Portanto, é fundamental que a equipe técnica que acompanha o adolescente faça visita domiciliar e/ou institucional para compreender o motivo da ausência de visita familiar na Unidade e fazer os devidos encaminhamentos.

A visita domiciliar constitui-se como norteador quase que obrigatório para a prática do Assistente Social dentro da unidade de internação, na qual a aproximação da realidade vai possibilitá-lo refletir quais as intervenções a serem realizadas diante das demandas apresentadas.

No que se refere ao entrevistado nº8 foi realizado o relatório circunstanciado pedindo a transferência do referido adolescente para a Unidade mais próxima de sua residência, contudo foi negada pela instituição devido a incompatibilidade de idade. Entretanto, o socioeducando em tela recebeu a progressão de medida para Liberdade Assistida após o primeiro relatório de acompanhamento.

Em um relatório de acompanhamento, em especial ao Relatório Social, é fundamental que seja analisada a situação socioeconômica do adolescente e sua família, bem como as relações que estabelecem em sua comunidade, com os dispositivos da rede, demais relacionamentos do jovem e os desdobramentos em sua vida.

O relatório de acompanhamento é onde se encontram as considerações técnicas do desenvolvimento do adolescente no período da medida de internação. O cumprimento das metas pactuadas no Plano Individual de

Atendimento, inserção do adolescente nas atividades escolares e profissionalizantes, inserção do adolescente e família em programas de Políticas Sociais. É nesse documento que se registra os passos do adolescente no sistema socioeducativo, sendo fundamental uma visão crítica da conjuntura que o adolescente que faz parte para ser emitido um parecer técnico.

Ao considerar esses aspectos, é inquietante que a manutenção da medida socioeducativa de internação seja enfaticamente mantida pelos magistrados sob a fundamentação do modelo de família dos adolescentes, trazendo princípios assistencialistas e normatizadores da vida familiar, ao apresentar o viés controlador do Estado sob o comportamento dos indivíduos e suas famílias.

A avaliação negativa do magistado a partir do arranjo familiar do adolescente, certamente decorre do seu padrão de valores que são oriundos da família burguesa, branca e culta. Portanto, trazer relevância a um determinado padrão familiar traduz o caráter ideológico funcionalista, no qual as instituições se ajustam para manter a ordem. Nesse caso, a instituição é a família.

Ainda sobre esse questionamento, houve também 5 (20%) dos 25 adolescentes que indicam outras pessoas que são importantes nesse acompanhamento da medida socioeducativa:

- **“Não tenho mãe nem pai para me visitar. Meu irmão me visita quando pode. Ele me ajuda muito trazendo as coisas que preciso aqui, traz as *pâreas* (roupas) e comida do mundão para mim. Ainda tenho a minha mulher e meu filho por mim”.** (Socioeducando Entrevistado nº 1)

- **“Recebo visita da minha tia. Minha mãe *tá* internada na reabilitação e não conheço meu pai. Minha tia é como minha mãe. Dou muito valor a ela. Ela vem de longe para me visitar. Também tenho minha *novinha* (namorada) que tá comigo nessa”.** (Socioeducando Entrevistado nº 19)

- **“Recebia visita da minha mãe, mas ela *tá* só piorando na bebida. Aí já sei que ela não vem, *né?* A mãe de meu *comparsa do mundão* (amigo), que chamo ela de tia, quem vem me visitar. Ela sabe dessa situação de *mainha*.”** (Socioeducando Entrevistado nº 20)

As referidas falas revelam a presença da família extensa, como analisado no capítulo anterior sobre o perfil dos adolescentes. É preciso considerar a presença de namoradas e companheiras no acompanhamento da medida de

internação. Muitas delas já estão inseridas nos núcleos familiares já constituídos pelos adolescentes. Geralmente, elas são incluídas nas falas em uma perspectiva de futuro pelos adolescentes, após a progressão da medida de internação.

Diante desse contexto em torno da importância da convivência familiar, é indispensável para o profissional de Serviço Social considerar a totalidade das relações sociais dos envolvidos no processo do cumprimento da internação, que é o adolescente e sua família. Contudo, a falta de encaminhamentos mais efetivos junto aos familiares deriva não exclusivamente da falta de vontade individual dos profissionais, mas às condições precárias para a realização das atividades e ao sucateamento de um sistema socioeducativo.

O número reduzido de profissionais na composição das equipes para atender as demandas postas; a falta de condições de trabalho, principalmente, no que se refere às salas de atendimento individual e familiar, bem como, espaços reservados para guardar documentos sigilosos são algumas das questões que dificultam que as ações passem do campo do imediato para o mediato. Em outras palavras: questões que impedem uma intervenção efetiva às famílias dos socioeducandos.

Diante desse contexto, é fundamental apreender que a família é coparticipante nesse processo, não a única responsável, portanto não pode ser culpabilizada. Com a retração do Estado, sob a égide do neoliberalismo, a sociedade absorve a ideia do aumento da responsabilidade da família por não se encontrar nos padrões do que se é “ideal”, ou seja, uma família tradicional.

Infelizmente, esse discurso do senso comum é reproduzido em alguns documentos elaborados por profissionais da equipe técnica que penalizam as famílias ao sugerir a manutenção da medida de internação por utilizar termos como “famílias desestruturadas” ou de forma indireta por meio de expressões como “mãe muito permissiva” ou “inexistência de uma figura de autoridade que exerça papel de vigilância” para tentar explicar o contexto do envolvimento do adolescente em atos infracionais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe mudanças basilares para a forma de tratamento e no entendimento do que se referem às medidas socioeducativas, a partir da perspectiva da Proteção Integral. Entretanto, ao analisar o ato infracional de forma monocausal, sob o prisma apenas de não ter

uma “família ideal” é o mesmo que retroceder aos preceitos da família “em situação irregular” postos nos anteriores Códigos de Menor. Portanto, se reproduz um viés conservador e elitista.

As implicações do uso de tais termos difundem a ideia de que as famílias falharam ou fracassaram no cuidado com os seus adolescentes, atestando uma suposta incapacidade das famílias pobres. Esses argumentos dão sustento para a atuação de um Estado Penal que oculta a base material das precárias condições de vida de parte dessas famílias, fruto da relação de exploração capital x trabalho. Assim, essa penalização ou punição das famílias envolve a reprodução do discurso midiático de criminalização da pobreza e apelo à punição por meio da institucionalização e encarceramento em massa.

3.3 Rotina e as atividades pedagógicas na medida de internação

O terceiro eixo investigativo compõe-se da discussão de três categorias temáticas: participação nas atividades pedagógicas; convivência com os demais socioeducandos; e o dia mais difícil após privado de liberdade.

A Unidade de Internação de Abreu e Lima, que é *locus* da pesquisa, destina três dias da semana (quarta, sábado e domingo) para a visita dos familiares. Nos outros dias ocorrem as atividades pedagógicas para que haja o cumprimento das metas pactuadas no Plano Individual do Adolescente (PIA), pautado no Art. 53, da Lei nº 12.594/2012.

A proposta pedagógica apresentada pela FUNASE, em consonância com o SINASE, visa a garantia dos direitos a: educação, saúde, esporte, cultura e lazer, profissionalização, assistência religiosa e ao acompanhamento técnico especializado.

Ao considerar essa proposta, os socioeducandos entrevistados foram questionados acerca da **sua participação nas atividades pedagógicas oferecidas no Centro de Atendimento Socioeducativo**, cujas respostas trouxeram ênfase na participação nas aulas da escola (81%), do discipulado (11%) e da oficina de música (8%).

- **“Gosto muito do disciplinado! Quando chega o momento do encontro parece até que não estou aqui. Essas reuniões me fez [sic] pensar em escolher outro caminho quando eu sair daqui”.** (Socioeducando Entrevistado nº13)

- **“As aulas de músicas é *pam* (boa)! A gente aprende cada instrumento musical e ainda toca na banda. Às vezes toca até no *mundão*.”** (Socioeducando Entrevistado nº 23)

- **“Eu vou às aulas na escola sempre que posso. Fiquei muito feliz em concluir o ensino fundamental. Teve até formatura, só que minha mãe não tinha condições de vir me vê [sic] recebendo o certificado, mas ela ficou foi feliz”.** (Socioeducando Entrevistado nº 25)

Em conjunto com a educação básica, o ensino profissionalizante responde a necessidades dos jovens, em especial aqueles que se veem com menos chances de ingresso no ensino superior. Tal sistema de ensino profissional deve, portanto, ser integrado às políticas voltadas aos adolescentes de baixa renda e baixa escolaridade, respondendo às suas aspirações formativas e às demandas colocadas pelo mundo do trabalho.

Há também a oficina de eletrônica com ênfase em robótica, assim como a atividade esportiva de futebol que ocorre na quadra e nos espaços de convívio. De acordo com o Art. 4º do ECA, é necessário assegurar a efetivação dos direitos à cultura, ao esporte e ao lazer, pois complementam o processo pedagógico, favorecendo a promoção da convivência em grupo e o desenvolvimento emocional, social e cognitivo do adolescente interno.

O Art. 3º do ECA, bem como o Art.124, item XIV do SINASE permitem que nas unidades de internação tenha o oferecimento de atividades de espiritualidade, respeitando a crença e o interesse dos (as) adolescentes em participar. A concepção dá-se, resguardando à laicidade do Estado, de modo a garantir o direito à crença do socioeducando diante de seu desejo em seguir algum tipo de religiosidade e respeitando a diversidade religiosa.

Importante destacar que atualmente a Unidade está oferecendo outros cursos como gesso, eletricista predial, mecânico de carro e bicicleta, com base na parceria com o SENAI. No período da pesquisa, a instituição estava no plano de contingenciamento diante da crise econômica que, como se sabe, trouxe fragilidades de toda ordem para as instituições executoras das Políticas Sociais. Assinala-se também que há um socioeducando entrevistado que faz estágio

remunerado, realizado sob a parceria do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Segue a fala que expressa essa situação:

- “Estou fazendo estágio há dois meses na parte de informática, que eu gosto. É bom que tô aprendendo muita coisa, saindo todo dia e ainda ajudando minha mãe com o dinheiro que eu recebo”. (Socioeducando Entrevistado nº 18)

O estágio é um momento muito importante para o desenvolvimento de uma profissão, pois propicia a aquisição de conhecimentos por meio da troca de experiências com os funcionários de uma empresa. O estagiário está diariamente em contato com os profissionais que atuam na área, portanto, é a primeira experiência que vai ocorrer através da observação e da ajuda nas tarefas a serem executadas.

No entanto, há alguns critérios de seleção para ser estagiário, como estar cursando o ensino médio. Dessa forma, muitos dos adolescentes em cumprimento da medida de internação não poderão ser estagiários por causa da baixa escolaridade, conforme analisado no capítulo anterior. Diante dessa seletividade para vagas no estágio e em cursos profissionalizantes, há adolescentes privados de liberdade que não estão participando de nenhuma atividade educativa, como se pode atestar em depoimentos abaixo:

- “Quero tanto estudar e fazer curso, mas não posso porque não tenho nenhuma documentação. Mas, às vezes dou um rolé na escola e escuto a professora falar, só que meu nome não está lá (matriculado)” (Socioeducando Entrevistado nº 2)

- “Não estou fazendo nada, parece que o tempo não passa. Não vou à escola, pois estou em uma ala de risco e não posso ir com os das outras alas”. (Socioeducando Entrevistado nº 11)

- “Estou matriculado, mas não quero ir à escola nem a curso não. Vou ficar os três anos aqui mesmo, não preciso disso”. (Socioeducando Entrevistado nº 21)

Ao considerar a fala do socioeducando entrevistado nº 2, constata-se uma circunstância que é recorrente nas unidades de privação de liberdade, principalmente entre os adolescentes que passaram boa parte das suas vidas em instituições de acolhimento.

De acordo com o Censo do IBGE de 2010, há no Brasil cerca de 600.000 crianças de zero a dez anos de idade que ainda não possuem o Registro Civil de Nascimento. Na verdade, essa população infanto-juvenil tem seus direitos fundamentais violados, acessando limitadamente os serviços mais essenciais, como saúde, educação e assistência social.

A documentação civil é um importante instrumento de inclusão social, além de ser obrigatório no Brasil, como dispõe o Decreto nº 6.289, de 6 de dezembro de 2007, ao estabelecer o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica. Compreende-se como documentação civil básica os seguintes documentos: Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; Carteira de Identidade ou Registro Geral - RG; e Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

Frente a essa situação, conforme o Regimento Interno da FUNASE cabe ao assistente social fazer articulações para providenciar a documentação civil dos adolescentes. É fundamental que o profissional seja propositivo no seu espaço socioocupacional, pois a falta de registro civil de nascimento indica uma situação de vulnerabilidade na família, que deve ser analisado por esse profissional mediante uso de instrumentos técnicos necessários.

Nessa perspectiva, fica sob a responsabilidade do profissional de Serviço Social apreender e elaborar as estratégias e possibilidades para enfrentar suas demandas e desafios, postos na realidade intervinda. Dessa forma, deve evitar uma atuação focalista, endógena, messiânica e conservadora de sua prática, ao utilizar as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que norteiam e medeiam o seu fazer profissional. O exercício da profissão é:

[...] uma ação de sujeito profissional que têm competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (IAMAMOTO,2012, p.21).

Tais reflexões e intervenções devem estar fundamentadas nos normativos legais que orientam a profissão, como: Código de Ética, a Lei de Regulamentação, Projeto Ético-Político (1993), as Diretrizes Curriculares (2002),

bem como as demais legislações sociais, dentre elas: SINASE, ECA e demais leis que assegurem direitos sociais.

Ademais, é basilar que seja garantido aos adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa em uma Unidade de Internação que participem das atividades pedagógicas que são oferecidas, independentemente da situação de estar em uma ala de segurança, como se expressou o Socioeducando Entrevistado nº11; ou do tempo que vai cumprir a medida, conforme afirmou o Socioeducando Entrevistado nº 21.

A falta de participação na escola e nos cursos ocorre na oposição ao caráter pedagógico da medida, tornando-a apenas punitiva e também descumprindo as metas estabelecidas no Plano Individual do Adolescente (PIA), uma vez que a formação escolar e profissional dos adolescentes se constitui importante fator para o desenvolvimento das suas potencialidades e para a capacitação para o exercício profissional.

Em seguida, para compreensão do que é a medida socioeducativa de internação para os adolescentes, foi perguntando aos adolescentes entrevistados sobre a sua **convivência com os demais socioeducandos**, na qual 24% dos entrevistados relataram a dificuldade na convivência diante de algum tipo de violência sofrida. Seguem, abaixo, fragmentos dos depoimentos dos entrevistados:

- **“Já passei por muita coisa aqui, mas fazer o quê se o cara não tem família pra ajudar, né? Parece até que não sou gente. Mas, hoje a ala que tô tá mais de boa [sic]. O negócio é só esperar *cantar a Lili* (chegar à liberação)”.**
(Socioeducando Entrevistado nº2)

- **“O dia a dia aqui *né* fácil, não. Mas, tem que se adequar ao sistema. É muita regra, e se quebrar já sabe, *né*? É só não *moscar* (errar). Vai conviver com trinta caras no mesmo espaço e todo dia.”** (Socioeducando Entrevistado nº 7)

- **“Eu tô no espaço separado porque não posso *tá* na convivência com os *pirraias* (socioeducandos) das outras alas. Mas, tem dois que convivem aqui de boa comigo na ala de risco, aí a gente se ajuda porque se *rodar* (ser transferido) para outra ala, já era.”** (Socioeducando Entrevistado nº11)

O cotidiano em um sistema de privação de liberdade não é fácil. Além da rotina imposta pela instituição e a situação de estar em regime fechado sem a

convivência familiar e comunitária, há também as dificuldades oriundas do contato diário com os outros socioeducandos.

O cárcere é um cenário que pode gerar experiências de medo diante da nova realidade, pois sobreviver é uma tarefa que exige uma estratégia pensada para atender os interesses do grupo. Nos atendimentos, os socioeducandos relatam a experiência de ter que respeitar as regras dos demais, não falar certos termos, ter os sentidos aguçados para caso de perigo e tumultos, entre outros.

Os socioeducandos fazem seu próprio código de conduta para tentar colocar ordem em suas alas, como por exemplo as regras estipuladas para os casos dos que são acusados de estupro, agressões contra mulheres, idosos e crianças. Há também conflitos causados para os considerados “X9”, o famoso “cabueta”, pois o ato de entregar alguém é imperdoável entre eles.

Diante dessas situações que se depara, há as alas de segurança para que seja assegurada a integridade física do socioeducando, como no caso do socioeducando entrevistado nº11 do relato anterior.

Porém, a maior parte (76%) dos adolescentes disse ter uma boa convivência, como se vislumbra nos depoimentos a seguir:

- **“Tranquilo, a gente se ajuda. Um empresta a *parêa* (roupa) que a visita traz para o que não tem. Tô na ala dos caras da minha favela, tá ligado? Conheço desde pequeno, aí tá de *boa*”.** (Socioeducando Entrevistado nº 6)

- **“De boa *né*, não? Tu sabe [sic] que levo lá na ala, mas é na humildade. Vê se tem alguém que reclama dos que *tão* sob minha liderança. O problema são os caras do outro espaço. A gente aqui é tudo união”.** (Socioeducando Entrevistado nº 12)

- **“Dá para esperar a minha *LA* (Liberdade Assistida) na tranquilidade. Os caras me respeitam porque sabem que sou ‘*bença*’ (evangélico), então não faço mal a nenhum e dá pra conviver bem com eles.** (Socioeducando Entrevistado nº13)

Nos trechos de falas dos socioeducandos, nota-se algumas estratégias que possibilitam essa boa convivência na ala. O entrevistado nº6 relata a situação de residir na mesma comunidade que os demais de seu espaço. Essa identidade de grupo construída pelo pertencimento a um bairro ou um território

é uma característica própria da adolescência, que vai criando a identidade ao se tornarem participantes de um grupo. O entrevistado n° 12 afirma ser uma das lideranças instituída entre eles, portanto, essa “posição” adquirida, o permite ficar bem na ala.

A “hierarquia” entre os adolescentes reclusos nas unidades socioeducativas é algo que não pode ser naturalizado. Não é um fato que ocorre sem intencionalidade ou por acaso. É notório que os estabelecimentos educacionais do sistema socioeducativo têm copiado o que ocorre nos presídios do Brasil.

Ser o “comando” ocorre pelo tempo de privação de liberdade ou até mesmo pelo nível de envolvimento nas práticas ilícitas antes da apreensão. Esse tipo de organização no espaço ocupacional também reproduz a hierarquia que acontece no tráfico de drogas, na qual há o chefe, os intermediários que mandam e os “aviões” que vendem.

Portanto, essa “relação de poder” precisa ser debatida e reprimida nas instituições. É fundamental lembrar que essa situação ocorre devido à ausência do Estado em relação ao sistema carcerário e socioeducativo.

Outra questão revelada na resposta sobre a convivência com os demais socioeducandos é a situação dos adolescentes que por professarem uma religião cristã protestante passa a ter o “respeito” dos demais, como se pode comprovar na fala do socioeducando entrevistado n°13.

Contudo, para adquirir esse “respeito”, o adolescente que aceitou essa fé vai ser proibido pelos demais de realizar algumas coisas, quais sejam: escutar músicas que não sejam cristãs, falar palavras de baixo calão, se envolver em confusão, apresentar um vocábulo que tenha gíria e palavras de cunho ofensivo, obsceno ou agressivo, dentre outros.

Diante de tais proibições, o adolescente passa a ser chamado de “bença”. Essa é mais uma das regras impostas entre os mesmos na convivência diária no Centro de Atendimento Socioeducativo.

Nesse contexto de rotina de regras e perigo no cotidiano, a medida socioeducativa de internação preza pelo desenvolvimento psicossocial dos adolescentes reclusos. Os socioeducandos entrevistados também foram questionados **acerca do dia mais difícil após privado de liberdade.**

Ao categorizar as respostas, observou-se que 64% levantaram aspectos relacionados à rotina e situações de violência, sofridas no cumprimento da medida, como se pode apreender dos fragmentos de relatos a seguir:

- **“Dia mais difícil foi quando eu soube que ficaria aqui por mais seis meses, tá ligado? Aí depois disso teve uma *cutruca* (conflito) lá na ala e disseram que iam me transferir para um *presídio* (unidade de internação) do interior. Lá eu nem ia ser aceito porque sou da capital e também não ia ter visita da minha rainha (mãe).”** (Socioeducando Entrevistado nº 10)

- **“O sistema daqui é cruel, só quem vive é quem sabe. É muita regra e muita guerra. Quem é conhecido na vida errada *livra as caras*, e quem não tem precisa é aprender....Todo dia é difícil.”** (Socioeducando Entrevistado nº22)

- **“Para mim foi na noite que teve rebelião aqui, não sabia o que fazer...os pirraias me ajudaram a subir na laje e tive que jogar pedra pra me proteger. Fiquei com medo de morrer, de ser atingido....Tá ligado que na hora tem que correr, é cada um por si”** (Socioeducando Entrevistado nº25)

O fragmento da fala do socioeducando entrevistado nº10 demonstra mais uma vez o sentimento apresentado pelos adolescentes quando é dito que chegou a resposta do Juiz com a manutenção da medida por mais seis meses. Também se percebe as transferências entre as unidades de internação como algo negativo para o adolescente por ficar distante de sua família.

Essas transferências ocorrem quando não há mais espaço que o socioeducando possa ficar em que resguarde a sua integridade física, mas deve ser assegurado de toda forma o contato do adolescente com a família em qualquer instituição. Somente poderá ocorrer a suspensão do contato familiar em casos excepcionais que prejudicam o processo pedagógico da medida. Com relação à necessidade de contato familiar e a possibilidade de restrição de visitas, Rossato, Léporé e Cunha (2012, p. 134) asseveram que:

O processo pedagógico surtirá efeito se o adolescente puder permanecer o mais próximo ao seu domicílio, logicamente, atendendo aos padrões de razoabilidade e proporcionalidade na execução dos serviços públicos. Só poderá ocorrer a restrição temporária de visita, imposta pela autoridade judiciária, sempre que o processo pedagógico puder ser prejudicado, quando

então existirem motivos sérios e fundados de seu prejuízo aos interesses do próprio adolescente, entretanto, em nenhum caso, haverá a incomunicabilidade.

O socioeducando entrevistado nº22 traz a fala que “todo dia é difícil”, ou seja, vivenciar o cotidiano da privação de liberdade para um adolescente não é uma tarefa simples. Cabe destacar, que em casos de agressões que são relatados pelos adolescentes para a equipe técnica, a mesma realiza o procedimento de fazer a escuta, elaborar um documento chamado de relatório circunstanciado apresentando o ocorrido, encaminhar para enfermaria e também para Delegacia para prestar depoimento e fazer o registro no Boletim de Ocorrência.

O entrevistado nº 25 apresenta o dia que vivenciou a rebelião como o dia mais difícil. É sabido que nesse momento todos saem do espaço para poder ficar em grupo. É importante evidenciar também que diante das situações inesperadas desses momentos, tanto os adolescentes como os funcionários ficam sempre em alerta, o que tem ocasionado várias doenças psicológicas, materializadas pelo número de afastamento dos trabalhadores que atuam nessas instituições e de adolescentes que começam a usar remédios psicotrópicos.

Ainda sobre a questão do dia mais difícil após privado de liberdade, os demais socioeducandos entrevistados (36%) revelaram aspectos externos, principalmente no que diz respeito à falta de contato com a família, como se observa nos trechos de falas a seguir:

- “Toda semana é difícil para mim, porque vejo os caras recebendo visita e eu não. Queria muito minha mãe aqui, mas ela já morreu. Teve dia que sofri tanto e a única coisa que podia esperar é a equipe me chamar” (Socioeducando Entrevistado nº 2)

- “Para mim o dia mais difícil foi quando soube que meu filho ia nascer e eu não tava lá junto. Quando vim pra cá, perdi meu emprego, mas isso conquista. Agora meu filho foi para UTI e precisando de mim, e eu não podia fazer nada por estar aqui dentro” (Socioeducando entrevistado nº 3)

- “Mais difícil foi passar o dia do meu aniversário aqui, completar 18 anos aqui. Eu queria ir para o Exército, mas já passou o tempo. Fora que passei Natal e Ano Novo longe da minha família” (Socioeducando Entrevistado nº 5)

A falta da família no dia de visita e a ausência desse contato em datas especiais como dia do nascimento do filho, aniversário, Natal e outras datas comemorativas foram relatados pelos adolescentes como sendo dias difíceis nessa Instituição. Diante dessa realidade, o poder público deve estimular o fortalecimento dos vínculos familiares, por meio de atividades que demonstrem a importância da família no processo de ressocialização do adolescente privado de liberdade.

3.4 Atos infracionais da medida de internação

Esse eixo investigativo compõe-se de duas categorias temáticas que são: o tipo de ato infracional que ocasionou a internação; e o consumo de roupas de marcas. Diante do acompanhamento da pesquisadora a esses adolescentes, compreende a importância dessa última categoria (roupas de marca) nessa discussão, uma vez que impera a ostentação entre eles e também porque esse ponto tem sido alvo de conflitos constantes na Unidade.

Em relação ao **tipo de ato infracional cometido para estar cumprindo a medida de internação**, a predominância apresentada pelos socioeducandos entrevistados foi de Roubo (48%), seguido do ato infracional de Tráfico (28%). Quando narram sobre o ato infracional, alguns socioeducandos apresentam o motivo de terem realizado a atividade ilícita, como a situação financeira desfavorável que vivem e também o consumo de drogas, conforme ratifica-se nos fragmentos de falas seguintes:

3.4.1 “O meu foi roubo. Precisava de dinheiro porque queria muito usar droga. Aí fui à cozinha do abrigo, peguei uma faca e assaltei uma pessoa. Não queria fazer mal a ela, mas precisava de dinheiro naquela hora”. (Socioeducando Entrevistado nº7)

3.4.2 “Rodei por roubo. Não vou negar que já tinha feito vários roubos, mas depois fiquei trabalhando de boa no circo. Aí minha mulher engravidou, precisava comprar as coisas do bebê, fiquei doidinho sem saber o que fazer porque já *tava* perto de nascer, aí desenrolei uma arma e fui assaltar”. (Socioeducando Entrevistado nº8)

Na percepção do socioeducando entrevistado nº7 sobre o seu ato infracional, o envolvimento com as drogas foi identificado como importante fator que contribuiu para tal prática. O uso dessas substâncias psicoativas é recorrente entre os adolescentes que estão em conflito com a lei, como foi possível verificar no capítulo anterior deste trabalho.

Sabe-se que o uso da droga é um fator que traz consequências nocivas à saúde e por vezes está associado a situações de violência. A droga também possui uma relação direta com a evasão escolar, uma vez que o uso abusivo apresenta implicações seriíssimas na saúde mental do usuário. E a escola é fundamental para a proteção da prática infracional.

Cabe ressaltar que nos atendimentos sistemáticos a esses socioeducandos, alguns revelam que se encontravam sob a influência dessas substâncias ilícitas e do álcool ao praticar o ato infracional que culminou na sua apreensão. Apesar desse contexto, compreende-se que a droga é apenas um agente causal ou motivador do cometimento de atos infracionais, diante de tantos outros fatores de risco apresentados no cotidiano desses adolescentes.

Esse entendimento difere do que se propaga na mídia que reduz o ato infracional ao consumo de drogas, sendo este como consequência errada da escolha do indivíduo. Essa análise simplista dissocia o ato infracional do seu contexto social, sendo necessário romper com essa abordagem moralista e repressiva amplamente propagada.

O socioeducando entrevistado nº8 apresenta que uma circunstância facilitou a reiteração do ato infracional ora cometido, sendo essa condição a necessidade financeira. Ao analisar o perfil dos adolescentes entrevistados para este trabalho, analisou-se no capítulo anterior a predominância da presença de famílias que têm a sua renda provida por trabalhos informais e precarizados. Contudo, não se pode reduzir o fenômeno complexo que é o fato de adolescentes cometerem atos infracionais à pobreza.

Apesar de cada vez mais evidenciada a exclusão e criminalização desse segmento da sociedade - jovens, negros e pobres -, resumir o ato infracional a uma classe social é um equívoco e está atrelada a visão histórica de uma política “menorista” para crianças e adolescentes.

Compreende-se que ao sistema capitalista não interessa criar políticas públicas que incluam esses jovens no mercado de trabalho, optando por considerá-los descartáveis e desnecessários à sociedade produtiva, para serem tratados como bandidos. As causas do ato infracional são diversas, mas as similitudes apresentadas nos relatos expressam também outra questão: a necessidade de “visibilidade” por meio do consumo de bens materiais de alto custo, como pode ser analisada nas falas a seguir:

- “Tô nessa por causa do tráfico. Vi meu padrasto ganhando dinheiro e dando coisa boa a minha mãe. Aí entrei nessa... Queria conquistar as *novinhas* e também comprar minhas coisas boas. Fui conquistando as coisas e gostando, tá ligado?” (Socioeducando Entrevistado nº9)

- “Caí nessa cadeia por tráfico. Era para eu ter saído no primeiro relatório, mas eu fugi e me pegaram de novo, aí vou demorar agora. O tráfico dá muito dinheiro, ganhava uns três mil ligeiro, mas também gastava muito rápido. No tráfico a gente ostenta, a gente gasta nas festas com as *novinhas*...vive uma vida louca... é muita droga, roupa de marca, motos e adrenalina. Por isso poucos querem deixar de vender.” (Socioeducando Entrevistado nº 23)

O tráfico de drogas permite aos adolescentes a conquista de um valor financeiro considerável e de forma rápida, o que dificilmente ocorreria através de um trabalho formal ou informal. Esse poder aquisitivo possibilita o acesso às mercadorias de alto custo. A apropriação de tais mercadorias faz com que, entre seus pares, seja elevado sua “autoimagem”.

Conforme é observado nas falas dos socioeducandos, a conquista das coisas materiais possibilita que os mesmos ganhem “visibilidade” com as adolescentes ou “*novinhas*”, como são chamadas nas músicas que gostam de ouvir. Portanto, o tráfico para além de ser uma forma de sobrevivência para adolescentes das periferias também tem sido um meio que permite a ascensão da sua imagem e a conquista do “respeito” pela comunidade de origem.

Esse tal “respeito” é uma forma de satisfazer as suas necessidades pessoais e grupais. É ter o reconhecimento seja pelas coisas adquiridas com o lucro do tráfico, seja pelo medo que impõe aos outros diante de seu envolvimento. Nesse contexto, essa situação de estar em conflito com a lei geralmente traz para o adolescente o “empoderamento” entre seu grupo. É uma

forma de valorização associada à virilidade e à masculinidade para um grupo de adolescentes que está em busca de sua identidade e formação de personalidade.

Ainda sobre os tipos de atos infracionais praticados pelos adolescentes entrevistados que culminaram na sua apreensão, há em menor proporção: Homicídio (12%), Latrocínio (4%), Abuso (4%) e Descumprimento de outra Medida Socioeducativa (4%), como se atesta nas falas seguintes:

- **“Tô aqui por descumprimento de LA. Eu fui assinar só uma vez, depois não fui mais porque é muito distante da minha casa. Eu ia de bicicleta, depois quebrou a bicicleta e deixei de ir, achando que não ia dar em nada. De repente, fui chamado para uma audiência, como *tava* sem fazer nada de errado, compareci e recebi essa sanção. Me algemaram [sic] e vim direto pra cá”.** (Socioeducando Entrevistado nº 14)

- **“Estou por homicídio. Na verdade, tudo começa no tráfico, aí o cara quer ganhar cada vez mais dinheiro... começa a se articular mais...vai gostando do dinheiro fácil...depois descobre que pra não perder a posição no tráfico tem que *tá* disposto a matar. Pronto, é guerra de favela, guerra por boca de fumo. Isso é com todos, *pô*.”** (Socioeducando Entrevistado nº16)

- **“Era meu segundo assalto. O primeiro deu certo. Aí me chamaram para roubar no ônibus, os caras fizeram o arrastão e eu fiquei na parte de trás do ônibus com a arma. Quando uma vítima se moveu de forma estranha, eu achei que era um policial, aí atirei...saímos correndo...fui pego pela população... depois descobri que ele tinha morrido... terminei rodando por latrocínio, vou demorar um tempo ainda aqui”.** (Socioeducando Entrevistado nº 17)

Merece analisar que no caso do socioeducando entrevistado que está privado de liberdade por abuso sexual não houve a transcrição da sua resposta para este trabalho, por ser um ato de cunho sexual e também para não que não ocorra à identificação do mesmo já que é o único caso de adolescente que está atualmente recluso no espaço de segurança por causa desse ato no CASE/Abreu e Lima. Já no caso do socieducando entrevistado nº14 é uma situação de internação-sanção por descumprimento de outra medida mais branda.

É inverídico afirmar que a maioria dos crimes como homicídio e latrocínio é cometida por adolescentes e que as maiores incidências nas unidades de

internação são por esses atos de maior gravidade. No caso do CASE/Abreu e Lima, as equipes recebem os adolescentes segundo os atos infracionais e os atos mais graves são de menor frequência.

De acordo com o Panorama Nacional de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação do ano de 2012 (Conselho Nacional de Justiça, 2012), comprova-se que os atos infracionais mais praticados permanecem caracterizados como os crimes contra o patrimônio, tais como roubo e furto, cuja incidência representa 43% do total de tipificações.

A problemática é que a mídia tem criado um temor, assim como difundido o sentimento de revolta e impunidade na sociedade. O discurso sobre a “periculosidade” do adolescente como “desvio de caráter”, “má índole”, “tendência para a maldade” atribui ao indivíduo a responsabilidade exclusiva, desconsiderando a conjuntura social em que ele está inserido.

Diante da dimensão complexa e multifacetada que circunscreve o ato infracional, não cabe neste trabalho ter uma visão radical sobre a responsabilização desses atos praticados pelos adolescentes. Não se pode atribuir a responsabilidade exclusiva ao adolescente sem fazer uma leitura crítica da realidade. Também é fundamental que não reduza o ato infracional a uma resposta automática pela falta de acesso aos seus direitos.

O ato infracional ocorre em todas as classes sociais e por diversos motivos, por isso a medida socioeducativa tem, em tese, não só a reparação dos seus direitos por meio da articulação das Políticas Sociais e das atividades pedagógicas, como também trazer a responsabilidade aos adolescentes de reflexão por seus atos para construir um novo projeto de vida.

Nesse sentido, é necessário refletir sobre as diversas concepções e julgamentos nos debates em torno do ato infracional, principalmente os que reforçam uma visão conservadora e moralista que acentuam o preconceito acerca desse tema.

Considerando ainda o discurso sobre a necessidade de adquirir bens materiais de alto custo pelos adolescentes, os socioeducandos entrevistados foram questionados acerca da **importância do consumo de produtos de marca**. As falas apontaram para a predominância da relevância desses produtos pelos socioeducandos entrevistados (92%), como se pode constatar nos fragmentos dos discursos seguintes:

- “Roupa de marca é *pam* (boa), *né* não? Tem que ter a *corda* (cordão), o *cap* (boné), as *dedeiras* (anéis) também. Eu não vou *tá* vacilando aqui também, não posso *tá* jogado, só na arte. O cara tem que *tá* pronto para as visitas e para os atendimentos, isso já é uma coisa minha”. (Socioeducando Entrevistado n° 21)

- “Tem que ter, *né*? O cara tem que *tá* no estilo. Só gosto de coisas caras pra representar para as *novinhas*, *né*? Quando eu ter [sic] um filho, ele só vai andar nesse modelo”. (Socioeducando Entrevistado n°24)

De acordo com os fragmentos dessas narrativas, é perceptível a influência do consumo no processo de desenvolvimento da identidade dos adolescentes sujeitos desta pesquisa. Na resposta do socioeducando entrevistado n°24 a necessidade desse “estilo” é tão importante que se torna uma “verdade” que precisa ser transmitida para seus familiares.

A mídia motiva a venda de produtos que muitos indivíduos desejam possuir, ao transmitir valores que a indústria focada no lucro e na estabilidade no mercado considera da “moda”. Essa ferramenta de persuasão mobiliza a necessidade real ou imaginária dos adolescentes em que o valor que dão ao consumo de produtos de marca para se autoafirmarem junto à sociedade é preocupante.

A vivência em uma sociedade globalizada, consumista e capitalista dificulta o acesso de parcela da população aos bens produzidos, o que acaba contribuindo para a prática do ato infracional para aquisição desses bens. O sistema capitalista, através da propaganda, transforma o desejo do consumo em uma necessidade a ser suprida, associando o produto à fantasia da alegria, do hedonismo e do pertencimento a um determinado grupo social.

Esse apelo ao consumo estimula a inserção de adolescentes da classe pobre no crime organizado, resultando em única alternativa econômica para adquirir altas quantias de dinheiro para comprar roupas, acessórios e celulares de marcas divulgadas, o que acaba resultando na inserção de uma medida socioeducativa como a de internação.

3.5 A função da medida socioeducativa de internação

O quinto e último eixo investigativo contempla a análise sobre o **cumprimento da função da medida socioeducativa de internação** a partir da perspectiva dos adolescentes que estão privados de liberdade. Ao serem questionados acerca dessa medida foi observado que todos os adolescentes foram unânimes na visão negativa quanto à realização dessa função, como se vislumbra nas respostas seguintes:

- **“Se quer saber se ressocializa, a resposta é: não! Os caras saem piores, porque tem que aprender a negociar, a sobreviver em uma “cadeia”. Na minha primeira “queda” (internação) eu saí conhecendo mais gente do crime, aí no lugar de melhorar vai é piorar.”** (Socioeducando Entrevistado nº 12)
- **“Se isso fosse bom, ninguém pedia a liberdade. Tem gente que fica é doido aqui. Dizer que é pro nosso bem é só “fato” (mentira).”** (Socioeducando Entrevistado nº 20)
- **“Cumre função boa nenhuma. Isso aqui não tem a socioeducação, tem a ‘sociopunição’ dos bandidos.”** (Socioeducando Entrevistado nº 24)

É impressionante o teor do relato dos adolescentes em relação à medida de internação. Apesar de compreenderem que existe o viés da responsabilização, os socioeducandos possuem uma unidade de pensamento desfavorável acerca da falta de prática socioeducativa na medida. Talvez as insatisfações dos adolescentes estejam ligadas às situações apresentadas nas questões anteriores, que apresentam a ausência de família, a submissão a algumas “regras” e as violações de direitos.

Ao apresentar as particularidades do cotidiano na medida socioeducativa de internação no município de Abreu e Lima/PE, buscou encontrar nas respostas de cada socioeducando a sua experiência na privação de liberdade e as dificuldades que impedem o cumprimento da função pedagógica da medida que deveria colaborar com a diminuição da prática reiterada do ato infracional.

A medida de internação, além do seu aspecto responsabilizador, deveria oportunizar o protagonismo juvenil por meio da oferta de medidas que visem o

fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, seguindo o conjunto de orientações presentes no SINASE.

Sabe-se que por mais bem implementada que seja essa medida deve estar associada às melhores condições de vida dos egressos e de suas famílias. Assim, essa é uma questão para além de uma Política Social, é um problema que é apresentado na estrutura da sociedade capitalista e que reflete a luta de classes.

Assim, entende-se que a questão do envolvimento de adolescentes com atos infracionais deve ser conjecturada no contexto do rompimento com modo de produção capitalista, a fim de que seja possibilitada a superação das condições de vida que geram a prática desses atos, em razão de uma sociedade reprodutora de desigualdades e violadora de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de investigativo buscou analisar a efetividade da medida socioeducativa de internação para os adolescentes em conflito com a lei. Para tanto, inicialmente, elaborou-se uma análise da conjuntura brasileira a partir da discussão do papel do Estado Penal e da Política da Criança e do Adolescente nos dias atuais. Logo após, procedeu-se à discussão dos dados objetivos do perfil identitário dos 25 (vinte e cinco) adolescentes entrevistados no CASE/Abreu e Lima/PE, bem como a interpretação dos dados subjetivos em torno da medida socioeducativa de internação segundo esses adolescentes.

Esse percurso foi indispensável à lógica expositiva adotada neste processo investigativo no sentido de apreender criticamente a realidade desses adolescentes, ultrapassando o imediatismo, uma vez que analisar a efetividade da medida socioeducativa de internação sem compreender o contexto de totalidade em que essa realidade encontra-se inserida, seria ter uma visão fragmentada dessa perversa expressão da “questão social”.

É inquestionável a omissão (econômica, social, política e jurídica) do Estado brasileiro na implementação e consolidação da ação protetiva junto aos adolescentes em conflito com a lei. Com a promulgação da Constituição Federativa da República Brasileira em 1988 e da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, coube ao Estado se responsabilizar pela garantia integral dos direitos sociais e da proteção social infanto-juvenil. Contudo, desde a implantação do Estado neoliberal, a partir dos anos de 1990, que vem se apresentando ineficiente e ineficaz na gestão das Políticas Sociais e, dentre elas, as que se destinam à proteção infanto-juvenil.

Decerto, a ausência do Estado Social ocorre diante da natureza contraditória que perpassa as políticas frente à luta de classes, sobretudo no atual contexto de crise do capitalismo, cuja estratégia de enfrentamento tem sido a redução drástica desse Estado no trato das expressões da “questão social” mediante a gestão efetiva de Políticas Sociais na garantia de direitos.

No cenário brasileiro atual, depara-se com um retrocesso nos direitos sociais ora garantidos em razão de um governo conservador e elitista. Na Política da Criança e do Adolescente, em especial na gestão das medidas

socioeducativas, as consequências de precarização postas nessa realidade recaem sobre as instituições executoras. Esse contexto institucional agrava-se diante de um Estado cada vez mais repressor e policaresco e de uma sociedade deveras preconceituosa, comprometendo sobremaneira a medida socioeducativa de internação que cada vez mais se distancia de cumprir o seu papel pedagógico. Frente a esse contexto, as Unidades de Internação têm se tornado apenas uma instituição funcional ao sistema capitalista ao confinar adolescentes que não interessam ao mercado de trabalho.

Reconhece-se que a discussão acerca das medidas socioeducativas constitui-se um avanço político, uma vez que não se pode privar a liberdade de um indivíduo apenas por não ter suas necessidades supridas no convívio da sociedade, conforme ocorria no texto dos Códigos de Menor. Ademais, essa privação de liberdade tem um recorte de classe social (pobres e negros), apesar de ser necessário cometer um ato infracional para existir essa reclusão.

Essa constatação deriva de vários estudos investigativos, inclusive deste que ao levantar o perfil dos adolescentes reclusos na unidade de internação de Abreu e Lima/PE, comprova que a maior parcela advém de comunidades e de famílias pobres. Portanto, conclui-se que esse recorte de classe incide na conformação de Estado Penal no sentido de criminalização do pobre. Nesta pesquisa, o recorte investigativo em torno de 25 adolescentes atendidos por uma única equipe profissional, demonstra essa realidade.

Ao analisar os dados referentes ao perfil dos socioeducandos entrevistados foi verificado que 18 (72%) possuem 17 anos, 7 (28%) possuem filhos, 22 (88%) antes da apreensão estavam usando drogas e, 13 (52%) estudaram até a Fase III (6º e 7º Ano) do Ensino Fundamental somando-se aos 4 (16%) que não são nem alfabetizados.

No que se refere ao trabalho, 22 socioeducandos (88%) afirmaram ter alguma atividade laborativa informal antes da internação, em que 12 (55%) desse total são ajudantes de pedreiro, de lava-jato e de oficina. Esses dados ainda indicam a presença de subempregos e atividades informais e precarizadas, como ajudante de carga/descarga, vendedor de frutas, circo, pesca e malabarista nos semáforos. Trata-se de um perfil de um segmento excluído dos bens e serviços da sociedade.

No que concerne aos dados relacionados às famílias desses socioeducandos entrevistados, verificou-se que 11 (44%) dos adolescentes entrevistados derivam de família monoparental, chefiada por mulheres (suas genitoras). Na renda familiar, identificou-se que 10 (48%) dos responsáveis pelos adolescentes possuem atividade laborativa em serviços gerais (29%) e pedreiro(a) (19%). Dentre esses responsáveis, 15 (60%) possuem algum benefício assistencial/previdenciário, sendo a maior parte usuária do Programa Bolsa-Família. Atestou-se ainda a baixa escolaridade de seus responsáveis, na qual 17 (68%) estudaram até o ensino fundamental e 5 (20%) não são alfabetizados.

É possível ainda extrair das respostas dos adolescentes as dificuldades inerentes ao cotidiano em uma Unidade de Internação e, dentre elas, registram-se: as manutenções recebidas (continuidade da permanência na unidade) nas respostas dos Relatórios; a saudade da família e da “rua” (“mundão”); a ansiedade pela liberdade frente a uma rotina massacrante e cruel. Destacam-se ainda as questões limitantes nas estruturas das Unidades, como: as escassas oportunidades para cursos profissionalizantes, a precarização do ensino, a falta de material de limpeza, de estrutura adequada, entre outras. A convivência com demais socioeducandos, a incerteza do amanhã perante uma transferência ou uma rebelião, também foram situações relatadas pelos adolescentes entrevistados.

[...] a experiência de privação de liberdade, quando observada pela percepção de quem a sofreu, revela toda a sua ambiguidade e contradição, constituindo-se num misto de bem e mal, castigo e oportunidade, alienação e reflexão, cujo balanço final está longe de ser alcançado, uma vez que as contradições da sociedade nunca serão isoladas no interior de qualquer sistema, por mais asséptico que ele seja (VOLPI, 2001, p. 56).

Compreender uma medida socioeducativa apenas pelo que está regulamentado nas legislações torna a análise puramente legalista e reducionista. Por tal razão, optou-se metodologicamente em dar “voz” a cada socioeducando atendido por esta assistente social. Desse modo, as considerações finais apontadas neste trabalho de pesquisa desvelam a distância e a contradição entre proteção social e o cotidiano dos adolescentes em

cumprimento de medidas socioeducativas, ao analisar a percepção dos socioeducandos reclusos no CASE Abreu e Lima/PE.

A contextualização conjuntural elaborada nesta Dissertação e as análises dos resultados da pesquisa, embasados por normativas e autores estudiosos dessa questão, confirmaram a hipótese da pesquisa que tem como recorte temporal a crise de 1970 e suas inflexões, materializadas em alternativas de enfrentamento engendradas pelo grande Capital para retomar seus altos níveis de acumulação que se expressam até os dias atuais com a implementação de novas formas de gestão social privatista e de precarização e flexibilização do trabalho sob a égide do Estado Mínimo ou Estado neoliberal.

Essas novas formas de acumulação e de exploração provocam graves influxos nas Políticas Sociais, especificamente no caso desta pesquisa, na política de atendimento socioeducativo. O avanço das políticas neoliberais no Estado, denominado de contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003), gera retrocessos políticos e econômicos, além de dificuldades operacionais à proposta pedagógica do SINASE.

Diante dessas considerações investigativas, ratifica-se a hipótese levantada: a lógica do Estado neoliberal (Estado mínimo) brasileiro, urdido em defesa dos interesses do grande Capital, incide sobre a precarização das Políticas Sociais no atendimento das necessidades da população. Inserida nesse contexto conjuntural, a medida socioeducativa adquire uma conotação repressora, inerente à conformação de Estado policial (ou Penal), que se afasta da perspectiva de garantia dos direitos sociais ao criminalizar os adolescentes em conflito com a lei.

Conclusivamente, a concretização da medida socioeducativa não responde efetivamente às reais necessidades e demandas apresentadas pelos socioeducandos diante da complexidade do ato infracional que se materializa como uma das expressões da “questão social”. Portanto, impor uma medida socioeducativa como algo meramente punitivo é reafirmar os preconceitos e gerar mais desigualdade social. Conclui-se, assim, esse trabalho com a frase dos socioeducandos, escrita por eles na parede do CASE: *"A cadeia é uma doença, a visita é um remédio e a liberdade é a cura"*.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Espaços de Juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.) **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez Editora; Ação Educativa; Friedrich Ebert Stiftung, 2003.

ALMEIDA, Janaina Loeffler. **Os Limites e a Potencialidade de uma Ação Profissional Emancipatória no Sistema prisional Brasileiro**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/ DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.481**, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 39.268**, de 12 de abril de 2013. Aprova o Regulamento da Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE, e dá outras providências. Diário Oficial, Pernambuco/PE, 2013.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 2012.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Estatuto da Juventude**. Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013. Brasília, 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Política Nacional Antidrogas**. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas** (5º ed.). São Paulo: Cortez, 2008.

CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio**. São Paulo: Paz e Terra, V. 3, 1999.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In: **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, p. 119-139, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução nº557**. Brasília, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. Perspectiva da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, Regina; NABNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004, p. 75-88.

DATAFOLHA. **Maioridade Penal**. Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/04/1264396-93-defendem-reducao-da-maioridade-penal.shtml> Acesso em: 03 de junho de 2017.

DIAS, Edmundo Fernandes. A Liberdade (Im)possível na Ordem do Capital, Reestruturação Produtiva e Passivização. In: **Textos Didáticos**. 2 ed. Campinas, São Paulo: IFCH/UNICAMP, n. 29, set/1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.) **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, 1995. p. 49-98.

FALEIROS, Vicente de Paula. Impunidade e inimizabilidade. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 77, 2004.

FAUSTINO, Deivison Mendes. O Encarceramento em massa e os aspectos raciais da exploração de classe no Brasil. In: **Encarceramento em Massa, Símbolo do Estado Penal**. PUC Viva, ano 11, n.39. Set/Dez. de 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 180-216.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. Tradução de João Alexandre Pechanski. São Paulo: Boitempo, 2011

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução de Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. Globalização e nova ordem internacional. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs.). **O Século XX: o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações**. Vol. 3. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 205-224

IPEA. **Atlas da Violência 2017**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf Acesso em: 25 de setembro de 2017.

ITURRALDE, Manuel. Responsabilidade moral e criminalização na formação social neoliberal. In: **Loic Wacquant e a Questão Penal no Capitalismo Neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

JUSTINO, Natalia. **Uso de Drogas na Adolescência e Família**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Faculdade Salesiana de Vitória/ES, 2007.

MANDEL, Ernest. O Estado na Fase do Capitalismo Tardio. In: **Capitalismo Tardio**. Trad. Carlo Eduardo S. Matos et al. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “Questão Social” e seu Enfrentamento**. São Paulo, Serviço Social e Sociedade, n. 110, 2012.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. Infância: assistencialismo e proteção em Pernambuco no início do século XX(1900-1930). In: MIRANDA, H; VASCONCELOS, M. E. 9 (org). **História da Infância em Pernambuco**. Editora Universitária/UFPE, Recife, 2007.

NETTO, José Paulo. Estado e Questão Social no Capitalismo dos Monopólios. In: **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduína. **O Controle Sócio-Penal dos Adolescentes com Processos Judiciais em São Paulo: entre a ‘proteção’ e a ‘punição’**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

OZELLA, Sérgio. (Org.) **Adolescências Construídas: a visão da psicologia sóciohistórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

PASSONE, Eric Ferdinando; PEREZ, José Roberto. **Políticas Sociais de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil (1830-1990) In: PILOTTI, F; RIZZINI, I. (Org.). **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995. p.24-98.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Ursula: Anais Livraria, 1997.

ROSSATO, Luciano Alves, et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado Artigo por Artigo**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

SALES, Mione Apolinário. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SARTÓRIO, Alexsandra Tomazelli. **Adolescente em Conflito com a Lei**: uma análise dos discursos dos operadores jurídico-sociais em processos judiciais. (Dissertação de Mestrado) Vitória: UFES/ PPGPS, 2007

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social**: Diferentes Concepções e Compromissos Políticos. Editora Cortez, 1ª edição, São Paulo, 2013, p.161-217.

VOLPI, Mário. **O Adolescente e o Ato Infracional**. 9ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

VOLPI, Mário. **Sem liberdade, sem Direitos**: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei. São Paulo: Cortez, 2001.

WACQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

WACQUANT, Loic. **As Duas Faces do Gueto**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT, Loic. **Punir os Pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Trad. Sérgio Lamarão. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO DE INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

ROTEIRO DA ENTREVISTA

➤ **DADOS SOCIOECONÔMICOS DO ADOLESCENTE E SUA FAMÍLIA**

1. **Idade:** () 16 anos () 17 anos () 18 anos () acima de 18 anos
2. **Tem filho(s)?** () Sim () Não
3. **Grau de Instrução do adolescente:**
 - () Não alfabetizado
 - () Fase I (Alfabetizado até o 3º ano Fundamental)
 - () Fase II (4º ao 5º ano Fundamental)
 - () Fase III (6º ao 7º ano Fundamental)
 - () Fase IV (8º ao 9º ano Fundamental)
 - () Fase Ensino Médio (1º ao 3º ano Ensino Médio)
4. **Já exerceu algum trabalho remunerado?**
 - () Não () Sim. Especificar _____
5. **Com quem morava antes da apreensão (Tipo de família)?**
 - () Família Monoparental
 - () Família Nuclear
 - () Família Extensa
 - () Família Substituta
 - () Outro. Especificar _____
6. **Qual o responsável por você que trabalha? Qual a função?**

Especificar _____

7. Qual a escolaridade de seu responsável?

- ☐ Não alfabetizado
- ☐ Ensino Fundamental Incompleto
- ☐ Ensino Fundamental Completo
- ☐ Ensino Médio Incompleto
- ☐ Ensino Médio Completo
- ☐ Ensino Técnico
- ☐ Ensino Superior Incompleto
- ☐ Ensino Superior Completo

8. Está inserido em algum desses programas sociais?

- ☐ Benefício Bolsa Família
- ☐ Benefício de Prestação Continuada (BPC)
- ☐ Aposentadoria/Pensão
- ☐ Outros. Especificar _____

9. Você já fez uso de alguma substâncias psicoativas (droga)? Qual?

- ☐ Especificar _____

➤ **SOBRE A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO**

10. Você é reincidente? Com quantos anos foi a sua primeira internação?

- ☐ Não ☐ Sim. Idade _____

11. Quanto tempo está privado da liberdade?

12. Você recebe visita? De quem?

13. Quais as atividades que voce participa na internação?

14. Como é a convivência com os outros socioeducandos?

15. O que foi mais difícil para você após privado da liberdade?

16. Qual o motivo te levou a prática do ato infracional?

17. O que você acha sobre o consumo de produtos de marcas?

18. Você acha que a medida socioeducativa de internação tem cumprido sua função?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada “A medida socioeducativa de internação para adolescentes em conflito com a lei: uma análise a partir do Centro de Atendimento Socioeducativo”, desenvolvida pela pesquisadora Alinne Medeiros Tavares, aluna do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.

O objetivo desta pesquisa trata-se de analisar a efetividade da medida socioeducativa de internação para adolescentes em conflito com a lei. Esta pesquisa será realizada no Centro de Atendimento Socioeducativo no município de Abreu e Lima/PE. Portanto, sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a entrevista elaborada pela pesquisadora.

Sua participação não é obrigatória, portanto, a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não vai ter nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição, não trazendo consequências negativas para o seu acompanhamento na atual medida socioeducativa.

Para garantia do seu anonimato, não será apresentada a sua identificação (nome ou foto), conforme o artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta pesquisa não se tratará de uma pesquisa laboratorial que manipulará diretamente o ser humano, logo, não há riscos relacionados com a sua participação nesta pesquisa. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou orientador. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar os adolescentes que participaram da pesquisa.

O benefício relacionado com a sua participação é a importância desta pesquisa para o debate sobre a redução da maioria penal, pois apresentará as dificuldades da medida de internação no sistema capitalista, contribuindo para reflexão do tema. Assim como o resultado desta pesquisa será fundamental para

a atuação profissional, uma vez que o aprofundamento e a sistematização dos dados socioeconômicos dos adolescentes e suas famílias serão base para o planejamento das ações das equipes técnicas no acompanhamento aos socioeducandos.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta informações sobre o Projeto de Pesquisa de sua participação, na qual poderá tirar suas dúvidas com a pesquisadora a qualquer momento, através do telefone: (81)3184-2411 ou mensagem para o e-mail: linnemedeiros@hotmail.com

É importante esclarecer que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da UFPB (Endereço: Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências da Saúde - 1º andar - Campus I – Cidade Universitária- CEP: 58.051-900 - João Pessoa - PB. Fone: (83) 32167791), e que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Neste sentido, não haverá nenhum risco ou desconforto, ou qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros.

Assim, diante das informações acima, atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo, consciente de que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas acerca da pesquisa. Por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido aprovando a participação do adolescente na pesquisa.

Abreu e Lima, _____ de _____ de 2017

Assinatura dos Pais ou Responsável Legal:

Assinatura do Jovem maior de 18 anos:

Assinatura da Pesquisadora:

APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “A medida socioeducativa de internação para adolescentes em conflito com a lei: uma análise a partir do Centro de Atendimento Socioeducativo”, desenvolvida pela pesquisadora Alinne Medeiros Tavares. Queremos saber sobre o que você pensa acerca da Medida Socioeducativa de Internação no Centro de Atendimento Socioeducativo de Abreu e Lima/PE.

Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir. A pesquisa será realizada na sala de atendimento individual através de uma entrevista. Suas respostas serão mantidas em sigilo, não será divulgado seu nome e não iremos tirar fotos, pois estamos de acordo com o artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a outros profissionais as informações que você nos der.

Se desistir não vai ter nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou neste CASE, não trazendo consequências negativas para o seu acompanhamento na atual medida socioeducativa. Contudo, sua participação é muito importante para a discussão acerca da redução da maioridade penal, pois apresentará as pessoas dificuldades da medida de internação, assim como também serve para compreendermos sobre o perfil das famílias que visitam os adolescentes internos nesta instituição. Pois, os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar que participou da pesquisa. Se você tiver alguma dúvida, você pode perguntar a pesquisadora Alinne a qualquer momento. Mas, é necessário que você assine abaixo.

Eu _____ aceito participar da pesquisa “A medida socioeducativa de internação para adolescentes em conflito com a lei: uma análise a partir do Centro de Atendimento Socioeducativo”. Entendi as coisas boas e as consequências que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai me prejudicar. A pesquisadora tirou minhas dúvidas e conversou com meu responsável que assinou o outro termo (TCLE).

Abreu e Lima, _____ de _____ de 2017

Recebi uma cópia deste termo de assentimento e concordo em participar desta pesquisa.

Assinatura do Menor de 18 anos do CASE: _____

Assinatura da Pesquisadora: _____

ANEXOS

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: uma análise a partir do Centro de Atendimento Socioeducativo

Pesquisador: ALINNE MEDEIROS TAVARES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 76635317.0.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.357.809

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa que tem como título "A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO" da Aluna ALINNE MEDEIROS TAVARES do programa de pós-graduação nível mestrado em serviço social sob a orientação da professora Dr. Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a efetividade da medida socioeducativa de internação para adolescentes em conflito com a lei.

Objetivo Secundário:

- Contextualizar criticamente as transformações societárias no Capitalismo Contemporâneo e suas inflexões na formação do Estado Neoliberal brasileiro que incidem sobre as políticas sociais e a política de atendimento socioeducativo;- Pesquisar o perfil socioeconômico dos adolescentes privados de liberdade no Centro de Atendimento Socioeducativo de Abreu e Lima/Pernambuco;- Analisar a compreensão dos adolescentes em conflito com a lei acerca da medida socioeducativa de internação a partir dos parâmetros pedagógicos elencados pelo SINASE.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.357.809

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa propõe-se à análise da medida socioeducativa de internação no CASE Abreu e Lima, em Pernambuco. Para garantia do anonimato dos sujeitos da pesquisa, não será apresentada a identificação (nomes ou fotos) dos socioeducandos que participarão da pesquisa. Assim como, não se tratará de uma pesquisa laboratorial, que manipulará diretamente o ser humano, logo, não apresentará riscos para as pessoas envolvidas no estudo.

Benefícios:

Esta pesquisa é de caráter relevante para o debate contemporâneo acerca da redução da maioridade penal, pois analisará as dificuldades da medida de internação no atual estágio capitalista, contribuindo para a discussão do tema no âmbito acadêmico. Também o resultado desta pesquisa será fundamental para a atuação profissional, uma vez que o aprofundamento e a sistematização dos dados socioeconômicos dos adolescentes e suas famílias serão base para o planejamento das ações das equipes técnicas no acompanhamento aos socioeducandos. Salienta-se também a importância para a sociedade, uma vez que essa temática tem sido amplamente divulgada nos meios de comunicação, ganhando discussões nas redes sociais após rebeliões constantes nos presídios e unidades de internação de adolescentes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa de campo que apresenta relevância científica daí a importância de sua operacionalização. Participarão 30 adolescentes masculinos, entre 15 e 21 anos, que cumprem Medida Socioeducativa de privação de liberdade em uma Unidade de Internação em Abreu e Lima/PE. Serão utilizadas entrevistas semiestruturadas, construídas sob o apoio de roteiros previamente estabelecidos. Na fase da interpretação dos dados, recorrer-se-á à análise estatística através da leitura descritiva dos dados objetivos coletados das respostas às questões fechadas mediante o uso de Tabelas, de Gráficos e de Quadros. E na interpretação dos dados qualitativos ou subjetivos utilizar-se-á da análise de conteúdo que será subdividida por categoria. Com esse percurso metodológico, pretende-se diante das perguntas elaboradas na entrevista, validar ou refutar a hipótese levantada na pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Após análise minuciosa observamos a presença de todos os termos de apresentação obrigatória

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.357.809

Recomendações:

Recomenda-se colocar no Termo de Assentimento os riscos e benefícios da pesquisa além do endereço completo da pesquisadora responsável e do comitê de ética do CCS

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista que todos os termos de apresentação obrigatória encontram-se devidamente corretos o parecer é favorável a sua aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_985043.pdf	29/09/2017 17:27:31		Aceito
Outros	Informacaodojuizaogestor.pdf	29/09/2017 16:50:03	ALINNE MEDEIROS TAVARES	Aceito
Outros	Autorizacaodojuiz.pdf	29/09/2017 16:48:37	ALINNE MEDEIROS TAVARES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCorrigidocomTCLE.pdf	29/09/2017 16:47:33	ALINNE MEDEIROS TAVARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAssentimento.pdf	29/09/2017 16:46:26	ALINNE MEDEIROS TAVARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEcorrigido.pdf	29/09/2017 16:45:45	ALINNE MEDEIROS TAVARES	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinadacchla.pdf	07/09/2017 11:07:41	ALINNE MEDEIROS TAVARES	Aceito
Outros	AutorizacaoGestor.pdf	31/08/2017 18:42:30	ALINNE MEDEIROS TAVARES	Aceito

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.357.809

Outros	certidaocolegiado.pdf	31/08/2017 18:39:27	ALINNE MEDEIROS TAVARES	Aceito
--------	-----------------------	------------------------	----------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 30 de Outubro de 2017

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** eticaccsufpb@hotmail.com